

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

JÉSSICA CRISTINA DOS REIS

CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA:

o aumento do crédito e o índice de inadimplência no Brasil de 2005 a
2012

FRANCA

2014

JÉSSICA CRISTINA REIS

CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA:

o aumento do crédito e o índice de inadimplência no Brasil de 2005 a
2012

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao *Uni-FACEF* Centro
Universitário de Franca para obtenção do
título do bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Elvisney Aparecido
Alves

FRANCA

2014

R31c Reis, Jessica Cristina
Crédito e inadimplência: o aumento do crédito e o índice de inadimplência no Brasil de 2005 a 2012. / Jessica Cristina Reis. – Franca : Uni-FACEF, 2014. 120p. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves
Graduação de Ciências Econômicas – Uni-Facef
Trabalho de Conclusão de Curso

1.Economia. 2.Crédito. 3.Política monetária. I.T.

CDD 332.4

JÉSSICA CRISTINA REIS

CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA:

o aumento do crédito e o índice de inadimplência no Brasil de 2005 a
2012

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Franca, 26 de novembro de 2014.

Orientador: _____

Nome: Prof. Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Ms. Carlos Bruno Bettarello

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, Terezinha e José, aos amigos, professores, familiares e ao meu namorado André, que sempre me incentivaram, pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- a Deus;
- aos meus amigos, parentes, familiares e ao meu namorado que sempre me incentivaram a buscar meus sonhos e alcançar meus objetivos;
- ao meu orientador, Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves, por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto.

*“A dificuldade real não reside nas novas ideias,
mas em conseguir escapar das antigas.”*

John Maynard Keynes

RESUMO

Com a explosão considerável, nos últimos anos, do consumo por conta da expansão do crédito na economia brasileira, é razoável considerar a importância dos problemas e riscos como a inadimplência, tendo em mente a crise financeira internacional de 2008 como um divisor de águas. Este tema deve ser levado em consideração, já que muitas pessoas, às vezes, por falta de um orçamento familiar equilibrado, não conseguem honrar seus compromissos junto às instituições financeiras. Em consideração a este aspecto, é necessário analisar a evolução da política monetária, no período de 2005 a 2012, e destacar o comportamento do crédito disponível às famílias. O que implica analisar a conjuntura histórica e como a política monetária foi utilizada, no período em questão. A presente pesquisa tem como objetivo estabelecer se existe correlação entre o crédito pessoal e a inadimplência. A metodologia da pesquisa, constitui-se do método de abordagem sistêmico ou estruturalista, com procedimentos de análises históricos e estatísticos, para levantamento de dados e descrição qualitativa da política monetária em relação a evolução do cenário econômico brasileiro. Além de pesquisa bibliográfica, serão analisadas as atas do COPOM para interpretação das justificativas econômicas que levaram a expansão do crédito de consumo.

Palavras-chave: crédito; inadimplência; política monetária.

ABSTRACT

In the recent years there was a considerable explosion of consumption, mostly due to the credit expansion in the Brazilian economy. Therefore it is reasonable to consider the importance of problems and risks with bad debt, bearing in mind the international financial crisis of 2008 as a turning point. This issue should be seriously taken into account, since many people, sometimes for lack of a balanced family budget, can not honor their commitments with financial institutions. Therefore it is necessary to analyze the evolution of monetary policy that took place in the period 2005-2012, and highlight the behavior of credit available to households. This implies analyzing the historical context and how the monetary policy was used, during the period in question. This research aims to establish if there is a correlation between personal credit and default. The methodology used to achieve our conclusions constitutes of a systemic or structuralist approach, where we used both historical and statistical analysis, to perform data collection and to do a qualitative description of the monetary policy in comparison to the evolution of the Brazilian economic scenario. In addition to researching the bibliographic literature, our approach will analyze the COPOM "atas" to interpret the economic justifications that led the expansion of consumer credit.

Key-words: credit; default; monetary policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2005.....	23
Figura 2 - Gráfico da Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2005.....	23
Figura 3 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2006.....	26
Figura 4 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2006.....	27
Figura 5 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2007.....	29
Figura 6 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2007.....	30
Figura 7 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2008.....	32
Figura 8 - Gráfico da taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2008.....	33
Figura 9 - Gráfico Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2009.....	35
Figura 10 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2009.....	37
Figura 11 - Gráfico Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2010.....	38
Figura 12 - Gráfico Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2010.....	39
Figura 13 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2011.....	41
Figura 14 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2011.....	42
Figura 15 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2012.....	44
Figura 16 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2012.....	45
Figura 17 - Gráfico do Crédito X Juros 2005 a 2012.....	46
Figura 18 - Gráfico da Taxa de desemprego - 2005 a 2012.....	50
Figura 19 - Gráfico dos Desligamentos - 2005 a 2012.....	51
Figura 20 - Gráfico do Consumo das famílias.....	52
Figura 21 - Gráfico do Salário mínimo nominal x necessário – 2005 a 2012.....	55
Figura 22 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível em milhões – 2005.....	56
Figura 23 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2005.....	58
Figura 24 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2005.....	59

Figura 25 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível em milhões – 2006	61
Figura 26 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2006.....	62
Figura 27 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2006	64
Figura 28 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2007	65
Figura 29 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2007.....	66
Figura 30 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2007	68
Figura 31 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2008	70
Figura 32 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2008.....	71
Figura 33 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2008	73
Figura 34 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2009	74
Figura 35 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2009.....	76
Figura 36 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2009	78
Figura 37 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2010	79
Figura 38 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2010.....	80
Figura 39 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2010	82
Figura 40 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2011	83
Figura 41 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2011.....	85
Figura 42 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2011	86
Figura 43 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2012	88
Figura 44 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2012.....	89
Figura 45 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2012	91
Figura 46 – Gráfico PIB trimestral 2005 a 2012.....	97
Figura 47 - Gráfico do Crédito X Juros 2005 a 2012	98
Figura 48 - Gráfico da Massa Salarial 2005 a 2012	99
Figura 49 - Gráfico do Endividamento das Famílias e Inadimplência - 2005 a 2012	100
Figura 50 - Gráfico Inadimplência do Consumidor - 2005 a 2012	101
Figura 51 - Gráfico Inadimplência Geral e da taxa SELIC - 2005 a 2012.....	102
Figura 52 - Gráfico do Crédito X Inadimplência 2005 a 2012.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2005	22
Tabela 2 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2005.....	23
Tabela 3 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2006	25
Tabela 4 Taxa de juros nominal - Overnight/ SELIC – 2006.....	26
Tabela 5 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2007	28
Tabela 6 Taxa de juros nominal - Overnight/ SELIC – 2007.....	29
Tabela 7 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2008.....	31
Tabela 8 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2008.....	33
Tabela 9 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2009	35
Tabela 10 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2009.....	36
Tabela 11 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2010.....	38
Tabela 12 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2010.....	39
Tabela 13 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2011	40
Tabela 14 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2011	42
Tabela 15 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2012	43
Tabela 16 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2012.....	44
Tabela 17 Taxa de desemprego – 2005 a 2012	49
Tabela 18 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Desligamentos - 2005 a 2012	51
Tabela 19 PIB trimestral – Dados observados – Consumo das famílias	52
Tabela 20 Salário mínimo nominal x Salário mínimo necessário – 2005 a 2012	53
Tabela 21 Massa Salarial Ampliada disponível – 2005.....	56
Tabela 22 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2005.....	57

Tabela 23	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2005.....	59
Tabela 24	Massa Salarial Ampliada disponível – 2006.....	61
Tabela 25	Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2006	62
Tabela 26	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2006.....	63
Tabela 27	Massa Salarial Ampliada disponível – 2007.....	65
Tabela 28	Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2007	66
Tabela 29	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2007.....	68
Tabela 30	Massa Salarial Ampliada disponível – 2008.....	69
Tabela 31	Indicador de Inadimplência do Consumidor – Variação Acumulada Anual – 2008	71
Tabela 32	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2008	72
Tabela 33	Massa Salarial Ampliada disponível – 2009.....	74
Tabela 34	Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2009	76
Tabela 35	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2009	78
Tabela 36	Massa Salarial Ampliada disponível – 2010.....	79
Tabela 37	Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2010	80
Tabela 38	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2010.....	82
Tabela 39	Massa Salarial Ampliada disponível – 2011.....	83
Tabela 40	Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2011	84
Tabela 41	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2011.....	86
Tabela 42	Massa Salarial Ampliada disponível – 2012.....	87

Tabela 43 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2012.....	89
Tabela 44 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2012	91

LISTA DE SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN	Conselho Monetário Nacional
COPOM	Cômite de Política Monetária
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SELIC	Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E TAXA DE JUROS DE 2005 A 2012....	20
1.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2005	21
1.2 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2006	24
1.3 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2007	27
1.4 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2008	30
1.5 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2009	34
1.6 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2010	37
1.7 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2011	40
1.8 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2012	43
2 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA INADIMPLÊNCIA.....	48
2.1 ANÁLISE DA TAXA DE DESEMPREGO, CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO PERÍODO DE 2005 2012	49
2.2 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2005	55
2.3 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2006	60
2.4 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2007	64
2.5 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2008	69
2.6 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2009	73
2.7 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2010	79
2.8 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2011	83
2.9 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2012.....	87

3 RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA	94
3.1 PANORAMA DO CRÉDITO E DOS JUROS DE 2005 A 2012	97
3.2 PANORAMA DA INADIMPLÊNCIA, COMPORTAMENTO DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2005 A 2012	99
3.3 CRÉDITO X INADIMPLÊNCIA	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERENCIAS.....	109
ANEXO A - Este anexo contem os dados do PIB trimestral 2005 a 2012	112
ANEXO B - Este anexo contem os dados Crédito X Juros 2005 a 2012	113
ANEXO C - Este anexo contem os dados da Massa Salarial 2005 a 2012	115
ANEXO D - Este anexo contem os dados do Endividamento das famílias 2005 a 2012	116
ANEXO E - Este anexo contem os dados da Inadimplência do Consumidor - 2005 a 2012.....	117
ANEXO F – Cálculo de correlação entre as variáveis.....	119
ANEXO G - Este anexo contem os dados do Crédito e Inadimplência de 2005 a 2012.....	120

INTRODUÇÃO

Com a explosão considerável, nos últimos anos, do consumo por conta da expansão do crédito na economia é razoável considerar a importância dos problemas de riscos, como o caso da inadimplência. Este risco tem que ser levado em consideração já que muitas pessoas, por falta de um orçamento familiar equilibrado, acabam não conseguindo honrar seus compromissos perante as instituições financeiras.

Em consideração a este aspecto é necessário analisar o comportamento da política monetária, o volume de crédito disponível as famílias, entre outras variáveis que possibilitarão o desenvolvimento deste trabalho. Com isso, será feita uma análise do período de 2005 a 2012 elucidando o comportamento das mesmas.

Como temos a crise de 2008, sendo o divisor de águas desse trabalho, é necessário ver como as variáveis se comportaram ao entorno desta, ou seja, como se comportou principalmente o crédito disponível e a inadimplência dos consumidores.

O presente trabalho tem como objetivo geral estabelecer se existe correlação entre a expansão do crédito disponível aos consumidores e a variação na inadimplência.

Como objetivos específicos, analisar a evolução do crédito disponível às famílias e o comportamento da taxa de juros; analisar a inadimplência levando em conta variáveis como a taxa de desemprego, consumo das famílias, comportamento da massa salarial, retomar a taxa de juros, endividamento das famílias, evolução do salário mínimo nominal e necessário; e por fim a relação entre crédito e inadimplência, que trará uma síntese de todas as variáveis abordadas na pesquisa e estabelecer o que aconteceu no período com essas duas variáveis que são as principais da pesquisa.

A metodologia usada consiste na abordagem sistêmica ou estruturalista, fazendo as conexões entre as variáveis utilizadas; o procedimento será monográfico; a pesquisa se dará por meio bibliográfico e eletrônico, na análise de boletins econômicos e coleta de dados.

A justificativa deste tema consiste na importância de saber o que leva o consumidor a inadimplência, uma vez que isso impacta a economia, já que quando se está inadimplente você não consegue adquirir mais bens e serviços, e isso se deve ao fato de uma falta de um orçamento familiar equilibrado e pelo desemprego, e impossibilita as pessoas de honrar seus compromissos financeiros.

O problema consiste no porque a concessão de crédito pode levar o consumidor a inadimplência.

No primeiro capítulo foi abordado como estava a evolução do crédito e o comportamento da taxa de juros ao longo do período, estas duas variáveis se comportaram de maneira inversa, pois enquanto a disponibilidade de crédito aumentava a taxa de juros veio decaindo.

No segundo capítulo, foram feitas análises do comportamento da taxa de desemprego, como se comportaram os desligamentos e demissões, o consumo das famílias pela ótica do PIB, a massa salarial, a taxa de juros, o endividamento e a inadimplência das famílias levando em conta as dívidas em atrasos junto aos bancos, as dívidas em atraso junto as financeiras, cartões de créditos e empresas não financeiras, ao longo do período.

No terceiro capítulo, foram feitos panoramas dos comportamentos das variáveis abordadas no primeiro e segundo capítulo, e a relação entre o crédito e a inadimplência com análise gráfica e a correlação existente entre elas no período, o que possibilitou chegar no objetivo deste trabalho.

1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E TAXA DE JUROS DE 2005 A 2012

Ao analisar a evolução do crédito e das taxas de juros, é necessário primeiramente entender os conceitos propriamente ditos. O crédito, de acordo com Sandroni (1999, p. 140) é:

Transação comercial em que um comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado. Essa transação pode também envolver apenas dinheiro. O crédito inclui duas noções fundamentais: confiança, expressa na promessa de pagamento, e tempo entre a aquisição e a liquidação da dívida. O crédito direto ao consumidor financia a compra de qualquer produto de consumo e até viagens. O comprador passa a usufruir imediatamente de um bem que será pago com sua renda pessoal.

O crédito está atrelado à capacidade que alguém seja indivíduo ou instituição, tem em retornar um empréstimo, financiamento e investimento sobre ele. Aquele que empresta moeda é chamado de credor.

[...] quando existe um sistema de conceder empréstimos e de tomar emprestado, a concessão de créditos protegidos por certa margem de garantia real ou pessoal aparece um segundo tipo de risco a que podemos chamar risco do emprestador. (KEYNES, 1996, p. 155).

Ou seja, o risco está presente em todas as operações de crédito, todo e qualquer empréstimo pode conter algum risco e cabe ao credor se embasar em probabilidades que possibilite estimar diferentes resultados, suas expectativas podem estar ligadas a uma análise minuciosa de dados históricos sobre o tomador de crédito. Com a possibilidade do risco permeia também a incerteza, que esta ligada ao fato do credor nem sempre adquirir dados históricos que possibilitem uma análise sobre o perfil do tomador de crédito.

Por meio do crédito torna-se possível o aumento no nível das atividades econômicas. O aumento destas pode acarretar uma elevação na empregabilidade, estimular o consumo, auxiliar na aquisição de bens e serviços e possibilitar a execução de projetos na falta de recursos próprios. Seu uso indevido pode, no entanto acarretar no aumento do endividamento das famílias ou empresas (pessoas físicas e jurídicas), e tornar-se componente de um processo inflacionário e provocar também uma variação na inadimplência.

Para Sandroni (1999, p. 316), os juros “[...] é a remuneração que o tomador de um empréstimo deve pagar ao proprietário do capital emprestado.”

Sabe-se que o credor tem como recompensa do empréstimo o juro pago pelo seu tomador. Este pode ser compreendido como sendo um “aluguel” que o tomador paga ao credor por ter abrido mão do seu direito de uso sobre o capital.

Segundo Keynes (1996, p. 174), a simples definição da taxa de juros é:

Literalmente a recompensa da renúncia a liquidez por um período determinado. Desse modo, sendo a taxa de juros, a qualquer momento a recompensa da renúncia a liquidez, é uma medida de relutância dos que possuem dinheiro alienar o seu direito de dispor do mesmo.

Conforme visto anteriormente quem possui liquidez quando renúncia deste recurso por um período determinado, e com isso possibilita aqueles que não são providos do mesmo, possam usufruir deste recurso em forma de empréstimo, e os juros são a recompensa que os desprovidos de liquidez pagam aos renunciadores da mesma.

Tendo conhecimento destes conceito, nos tópicos seguintes veremos como estava a economia, e a análise do crédito e a taxa de juros para as pessoas físicas, no período deste trabalho.

1.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2005

A economia brasileira, segundo análise de conjuntura do Banco Central, apresentou resultados favoráveis em 2005.

O Produto Interno Bruto (PIB), cresceu em média 3,18%, houve manutenção da inflação em patamar reduzido. O desempenho econômico, evidenciou a continuidade da condução adequada da política monetária, esta assegurou a manutenção dos ganhos relacionados com a estabilidade dos preços. A evolução das taxas de juros refletiu em dois momentos diferentes no decorrer do ano. Até meados de Maio o Comitê de Política Monetária (COPOM), manteve a estratégia de elevação gradual da taxa de juros que foi iniciada no segundo semestre de 2004, devido a importância de adequar o ritmo de expansão da demanda a meta anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cuja média era de 6,9%.

Neste sentido nas primeiras cinco reuniões do COPOM, este optou por fazer elevações sucessivas na taxa SELIC. Entre os meses de Junho a Agosto como veremos na Tabela 2 a meta da SELIC permaneceu na casa dos 19,75%.

Em Setembro começou o processo de ruptura da política monetária. Este fato levou a uma elevação da SELIC em relação a persistência, de maneira cada vez mais evidente, do cenário benigno para a inflação, e quanto a transitoriedade dos determinantes da inflação no curto prazo, em especial os efeitos dos reajustes dos preços domésticos de combustíveis e a reversão parcial da dinâmica favorável dos preços dos alimentos. Com isso, no último quadrimestre do ano, a SELIC começou a cair, fechando na casa dos 18% em Dezembro.

O crescimento do PIB atingiu 2,3% de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com destaque no âmbito interno, para a expansão do consumo das famílias, que atingiu 3,1% no ano.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que reflete a variação dos preços das cestas de consumo das famílias com rendimento médio mensal de 1 a 40 salários mínimos, acumulou variação de 5,69% no ano.

Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2005, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 1 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2005.

Data	Crédito Lista de valores em R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores em R\$ (milhões)
jan/05	207.879	jul/05	233.650
fev/05	210.691	ago/05	239.234
mar/05	215.961	set/05	245.120
abr/05	221.440	out/05	251.959
mai/05	227.441	nov/05	257.880
jun/05	231.262	dez/05	263.968

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005.

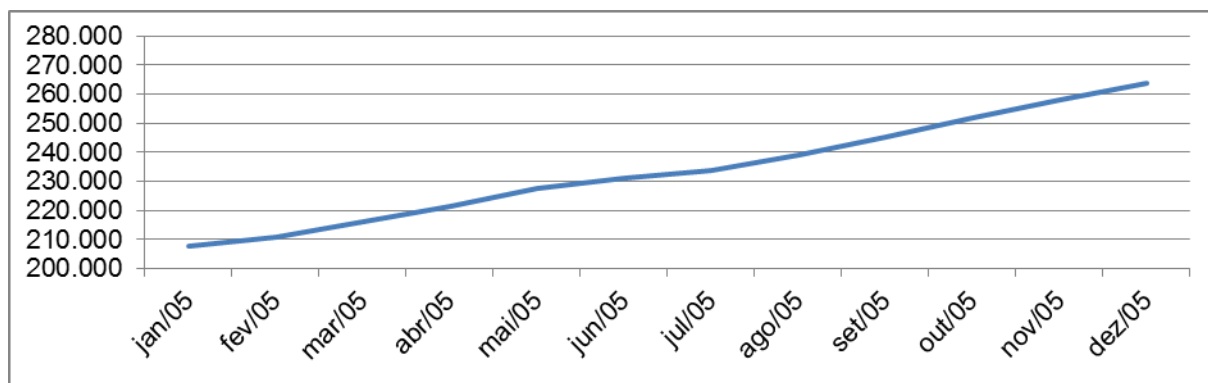


Figura 1 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2005.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005. Elaborado pela autora.

O crédito em 2005 apresentou um crescimento expressivo como podemos observar. Apresentou um aumento médio de 233.875 milhões de reais. O saldo total registrado no ano foi de 2.806.485 bilhões de reais. Iniciou em janeiro com 207.879 milhões de reais registrando em dezembro 263.968 milhões de reais, o que representou um aumento de 126,98%.

Tabela 2 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2005

Data	Taxa SELIC - (%a.a.)	Data	Taxa SELIC - (% a.a.)
jan/05	17,94	jul/05	19,75
fev/05	18,46	ago/05	19,75
mar/05	18,99	set/05	19,62
abr/05	19,33	out/05	19,31
mai/05	19,6	nov/05	18,88
jun/05	19,75	dez/05	18,23

Fonte: IPEADATA, 2005.

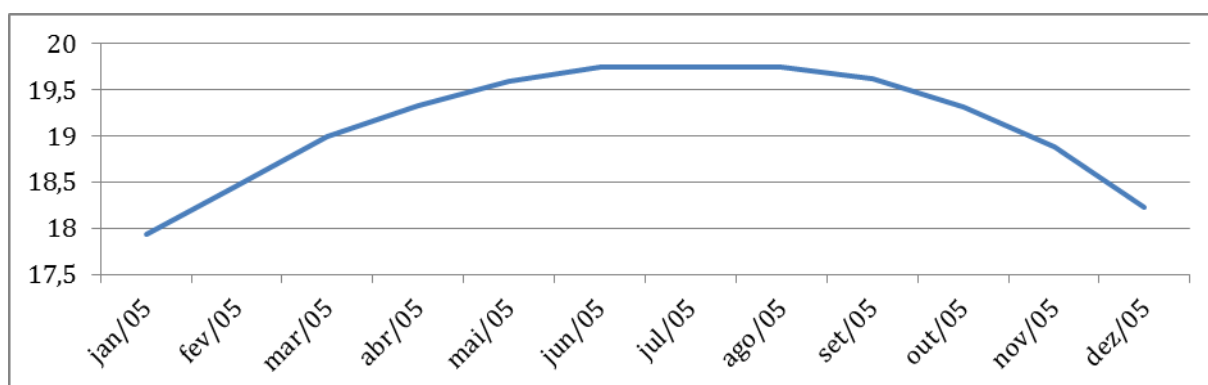


Figura 2 - Gráfico da Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2005.
Fonte: IPEADATA. Elaborado pela autora.

O COPOM seguindo a linha do último semestre de 2004 continuou o processo de elevação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) até o mês de Maio, entre os meses de Junho a Agosto esta manteve-se na casa dos 19,75%, e nos últimos meses do ano começa um processo de ruptura da política monetária e a SELIC começa a cair, registrando em Dezembro 18,23%. Por meio dessa queda na taxa de juros, houve uma extensão dos benefícios do crédito as camadas crescentes da população, essa influência se deu no segundo semestre.

O crédito aumentou consideravelmente no segundo semestre, quando a taxa de juros sofreu redução.

1.2 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2006

A economia brasileira de acordo com a análise de conjuntura do Banco Central, mostrou-se consistente com os processos de consolidação do crescimento do mercado interno, bem como a manutenção do ritmo de expansão da economia mundial, impulsionada pelo desempenho favorável da economia dos Estados Unidos da América (EUA) e pelo crescimento favorável das principais economias emergentes.

A condução da política monetária teve como objetivo assegurar os ganhos inerentes a manutenção do ambiente de estabilidade de preços.

O dinamismo econômico reflete no cenário macroeconômico benigno, que se traduz em elevação da renda real, expansão do crédito e melhora das expectativas. O desempenho da economia deve-se a condução adequada da política monetária, com vista de assegurar a manutenção da estabilidade de preços, e ao reduzir as incertezas para diversos agentes da economia, estimula ações essenciais para a consolidação do crescimento econômico sustentável.

O COPOM reduziu a meta para a taxa SELIC, esta apresentou uma redução de 4,44 p.p. A redução do patamar de cortes traduziu as incertezas tanto em relação ao grau de transmissão do movimento de flexibilização da política monetária iniciado em Setembro de 2005, quanto em relação aos efeitos das condições de liquidez externas provenientes da alteração de política monetária provenientes dos EUA.

O crescimento da economia brasileira foi impulsionado pela forte demanda interna, com ênfase no expressivo desempenho da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o que mostra a confiança dos agentes na continuidade do crescimento da economia e no consumo das famílias. Esse componente foi impulsionado pelo crescimento da massa salarial, pela crescente disponibilidade e atratividade das operações de crédito e pelo nível elevado de confiança dos consumidores, que favoreceram as vendas dos bens de consumo duráveis especialmente.

A elevação dos empréstimos pessoal ocorreu devida as condições favoráveis da renda e do emprego.

O PIB registrou um aumento real de 3,7%, o que configurou o décimo quarto ano consecutivo de crescimento da economia. O desempenho do mercado interno mostrou-se principal determinante para o crescimento do PIB em 2006, tendo em vista contribuição negativa proporcionada pelo setor externo.

O IPCA variou 3,14% em 2006, comparativamente a 5,69% no ano anterior. Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2006, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 3 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2006.

Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)
jan/06	268.613	jul/06	297.701
fev/06	272.263	ago/06	303.446
mar/06	277.594	set/06	307.034
abr/06	282.854	out/06	315.265
mai/06	290.418	nov/06	322.952
jun/06	293.271	dez/06	326.823

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006.

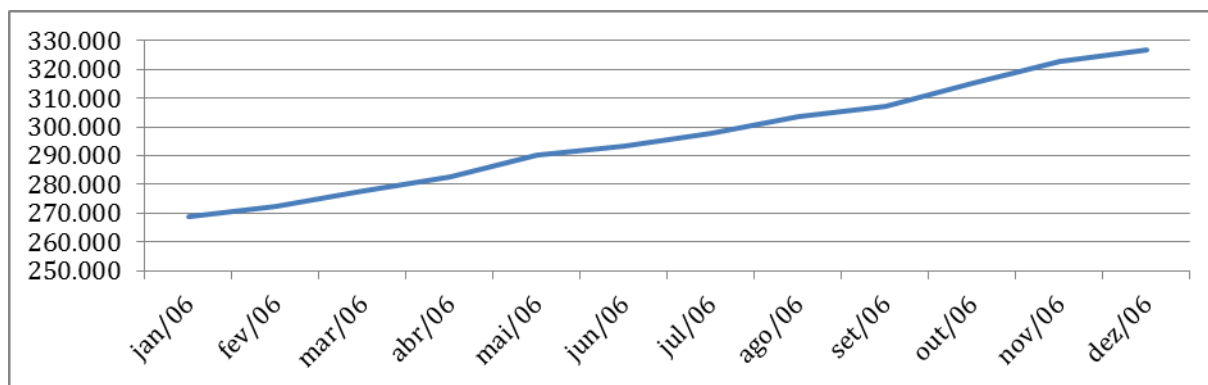


Figura 3 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2006.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006. Elaborado pela autora.

O crédito em 2006, como em 2005 apresentou um crescimento expressivo como podemos observar. Em 2006 apresentou um aumento médio de 296.520 milhões de reais. O saldo total registrado no ano foi de 3.558.234 bilhões de reais. Iniciou em Janeiro com 268.613 milhões de reais e em Dezembro 326.823 milhões de reais, o que representou um aumento de 121,67%, um crescimento inferior de 5,31% em relação ao ano anterior.

Os empréstimos para pessoa física aumentaram 24,8% no período impulsionado pelas operações de crédito consignado.

Tabela 4 Taxa de juros nominal - Overnight/ SELIC – 2006

Data	Taxa SELIC - (%a.a.)	Data	Taxa SELIC - (%a.a.)
jan/06	17,69	jul/06	15,06
fev/06	17,25	ago/06	14,73
mar/06	16,69	set/06	14,25
abr/06	16,23	out/06	14,04
mai/06	15,75	nov/06	13,73
jun/06	15,25	dez/06	13,25

Fonte: IPEADATA.

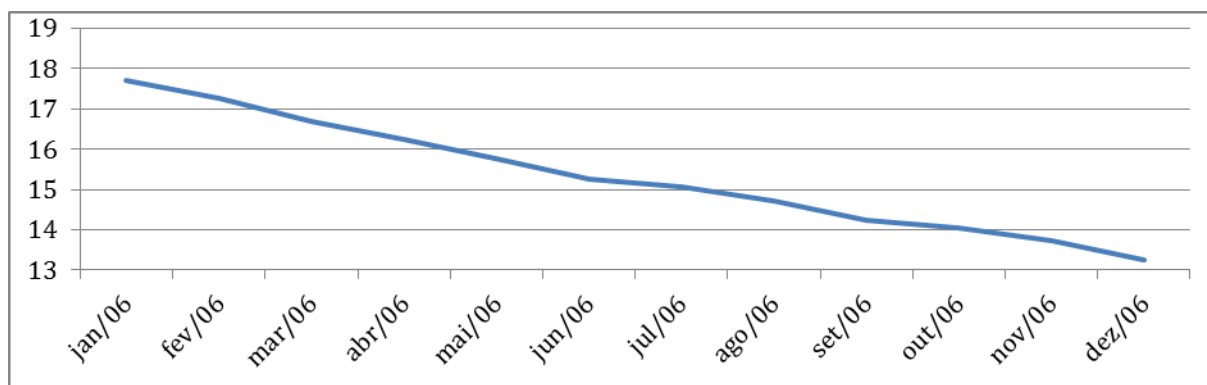


Figura 4 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2006.

Fonte: IPEADATA. Elaborado pela autora.

O COPOM seguindo a linha iniciada em setembro de 2005 continuou o processo de redução da taxa SELIC, como já foi dito anteriormente houve uma redução de 4,44 p.p. iniciou o ano com 17,69% em janeiro, daí pra frente foi caindo até registrar em dezembro 13,25%.

1.3 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2007

A economia brasileira apresentou em 2007, de acordo com a análise de conjuntura do Banco Central, pelo segundo ano consecutivo, intensificação no ritmo de seu crescimento, isso devido ao fato da continuidade da eficácia na condução da política monetária. Devido a postura da autoridade monetária em favorecer que a economia do país absorvesse sem traumas significativos, as turbulências que estavam sendo experimentadas no exterior, na segunda metade do ano, e as expectativas internas a não-deterioração como resposta ao ambiente de elevação acentuada dos produtos agrícolas, fortaleceu para que a variação anual do IPCA ocorresse dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O PIB cresceu 5,4% em 2007, representando a maior taxa anual registrada desde 2004, quando o crescimento do produto atingiu 5,7%, e o décimo quinto ano de crescimento consecutivo da economia. Esse resultado evidenciou a continuidade do processo de fortalecimento da demanda interna, com destaque na sustentabilidade proporcionada pelo considerado crescimento dos investimentos no período.

O IPCA aumentou 4,46% em 2007 (terceira menor taxa anual desde o início da divulgação da série em 1980).

O COPOM continuou mantendo no início de 2007 a flexibilização da política monetária, promovendo cortes sucessivos para a meta da Taxa SELIC, porém em proporções menores ao ano anterior. Isso significou um comportamento adequado do comitê ante o cenário de aceleração da variação dos índices de preços observado a partir do final de 2006.

As reduções promovidas pelo COPOM especificamente nos três primeiros meses do ano, evidenciaram a percepção de que a alta dos preços no curto prazo decorria, fundamentalmente de fatores transitórios. Já nas três últimas reuniões, avaliou que a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração do aquecimento da economia mundial e doméstica justificavam a redução que houve nos estímulos monetários.

Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2007, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 5 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2007.

Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)
jan/07	332.780	jul/07	378.542
fev/07	337.685	ago/07	388.110
mar/07	344.098	set/07	395.739
abr/07	352.000	out/07	408.186
mai/07	363.904	nov/07	418.413
jun/07	368.771	dez/07	425.413

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007.

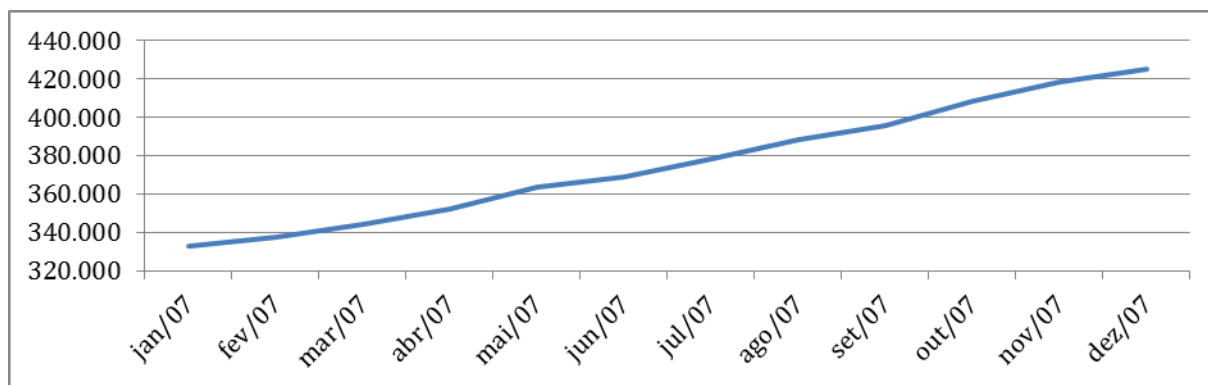


Figura 5 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2007.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007. Elaborado pela autora.

O crédito em 2007, continuou apresentando um crescimento como nos dois anos anteriores. Em 2007 apresentou um aumento médio de 376.137 milhões de reais. O saldo total registrado no ano foi de 4.513.641 bilhões de reais. Iniciou em janeiro com 332.780 milhões de reais registrando em dezembro 425.413 milhões de reais, o que representou um aumento de 127,84%, um crescimento superior de 6,17% em relação ao ano anterior.

Em 2007, a expansão do crédito continuou positiva, graças ao alongamento dos prazos dos empréstimos ocorridos em 2006. A evolução da oferta de crédito consistiu em atender a crescente demanda por recursos a fim de financiar os gastos com consumo e investimentos.

Tabela 6 Taxa de juros nominal - Overnight/ SELIC – 2007

Data	Taxa SELIC - (%a.a.)	Data	Taxa SELIC - (%a.a.)
jan/07	13,19	jul/07	11,79
fev/07	11,14	ago/07	11,50
mar/07	12,81	set/07	11,29
abr/07	12,65	out/07	11,25
mai/07	12,50	nov/07	11,25
jun/07	12,10	dez/07	11,25

Fonte: IPEADATA.

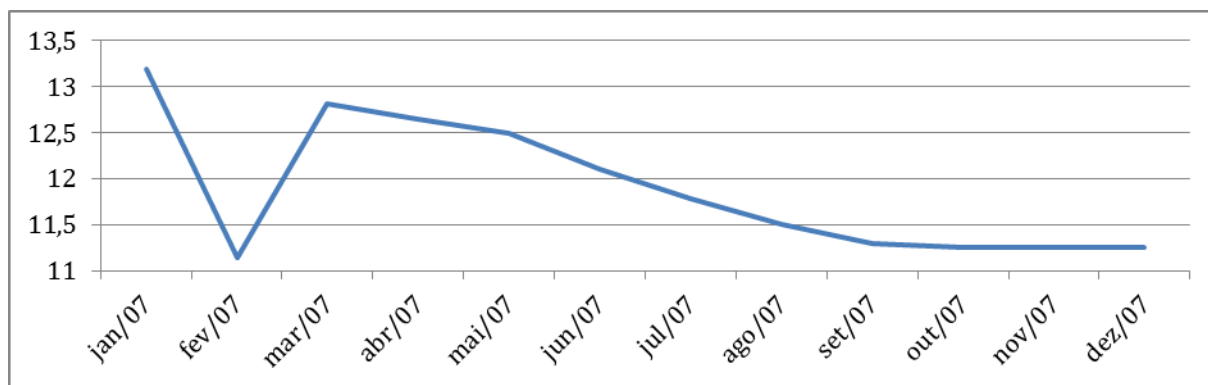


Figura 6 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2007.

Fonte: IPEADATA. Elaborada pela autora.

O COPOM continuou o processo de redução da taxa SELIC, porém em proporções menores, em janeiro a taxa estava em 13,19%, caiu para 11,14% em fevereiro, depois subiu para 12,81% em março e voltou a cair até registrar em outubro 11,25%, depois disso a taxa se manteve estável até dezembro.

1.4 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2008

De acordo com o relatório de conjuntura do Banco Central, a evolução da atividade econômica mundial, seguiu a trajetória delineada a partir do segundo semestre de 2007, quando o desempenho das economias maduras e emergentes passou a ser impactado, de forma mais acentuada pela crise do subprime dos Estados Unidos em meados de setembro.

A reversão que ocorreu ao longo de 2008, do ciclo de expansão que se iniciou em 2002, ciclo de crescimento este, considerado o mais longo e o de maior difusão desde a segunda guerra mundial, intensificou-se nos últimos meses, a fim de traduzir o impacto das restrições crescentes do mercado de crédito.

O PIB, mesmo recuando 3,6%, no último semestre, em relação ao anterior, que registrou uma alta de 5,1% no ano, refletindo o que foi experimentado na economia nos primeiros nove meses. Pela ótica da produção o PIB traduziu resultados positivos em todos seus componentes; enquanto sob a ótica da demanda, repetindo o padrão iniciado em 2006, o dinamismo da demanda interna proporcionou impacto mais intenso do que o associado a contribuição negativa do fator externo.

O IPCA, aumentou 5,9%, um aumento de 1,44% em relação ao ano anterior.

O COPOM optou por interromper a trajetória restritiva da condução da política monetária desde o início de 2008, quando a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração do aquecimento da economia doméstica justificavam a redução dos estímulos monetários introduzidos desde 2006.

Refletindo o desenvolvimento da economia mundial e os ajustes da política monetária aos movimentos em primeiro momento pelo descompasso entre a oferta e a demanda interna, e posteriormente pelo agravamento da crise nos mercados financeiros, o ritmo da atividade econômica registrou dois momentos distintos em 2008. Um, predominante nos três primeiros trimestres do ano, onde a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, sustentadas por expansões acentuadas do consumo e investimento privado, passando no momento seguinte a evidenciar os impactos do acirramento da crise financeira internacional, tanto sobre os canais de crédito como nas expectativas dos agentes econômicos.

Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2008, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 7 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2008

Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)
jan/08	432.860	jul/08	492.986
fev/08	440.453	ago/08	501.310
mar/08	450.563	set/08	515.092
abr/08	461.986	out/08	525.144
mai/08	474.046	nov/08	526.565
jun/08	483.090	dez/08	532.306

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008.

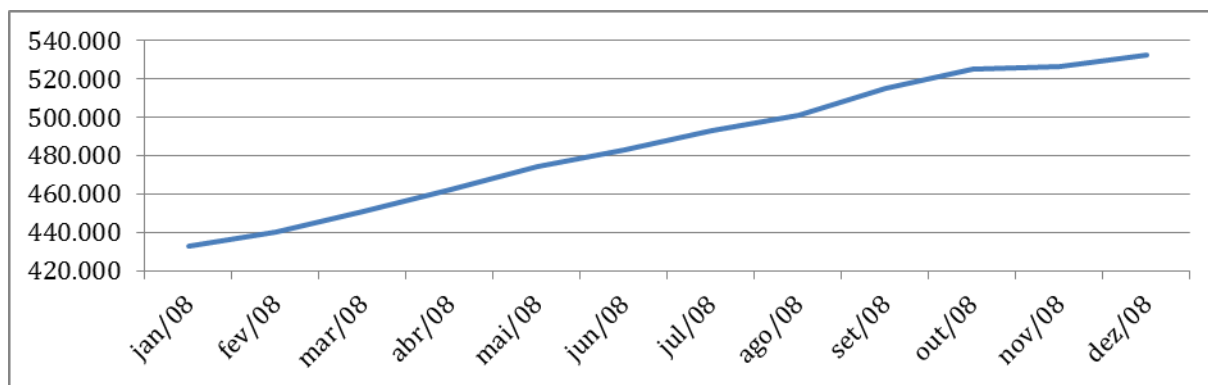


Figura 7 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2008.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008. Elaborada pela autora.

O crédito em 2008, continuou apresentando um crescimento como nos anteriores. Em 2008 apresentou um aumento médio de 486.367 milhões de reais. O saldo total registrado no ano de 5.836.401 bilhões de reais. Iniciou em janeiro com 432.860 milhões de reais registrando em dezembro 532.306 milhões de reais, o que representou um aumento de 122,97%, um crescimento inferior de 4,86% em relação ao ano anterior.

Como vimos, em 2008 houve duas realidades distintas que marcaram o cenário econômico. Nos três primeiros trimestres, foi mantido o ritmo de crescimento observado ao longo dos últimos anos. Esse processo entrou em reversão a partir do mês de setembro, devido ao reflexo do acirramento da crise financeira mundial desencadeada pelo mercado imobiliário norte-americano. Nos últimos meses de 2008 a evolução do crédito foi impulsionada pela crise financeira internacional.

Com o intuito de amenizar os efeitos da crise, o governo decidiu tomar medidas destinadas a melhorar a liquidez dos bancos e facilitar o acesso ao crédito.

Foram reduzidos os recolhimentos compulsórios e adicionais exigidos sobre depósitos a vista, a prazo e em caderneta de poupança, bem como sobre depósitos interfinanceiros de sociedades de arrendamento mercantil. Isso se deu mediante aumento da dedução e redução das alíquotas. As instituições financeiras passaram a recolher até 47% (ante 53%) no caso dos depósitos a vista, até 19% (ante 23%) no caso dos depósitos a prazo e até 15% (ante 25%) no caso dos depósitos interfinanceiros de sociedades de arrendamento mercantil. Apesar de não ter havido redução nas alíquotas dos recolhimentos (mantidas em 30%) vinculados a depósitos em cadernetas de poupança, houve aumento do valor a ser deduzido, o que reduziu o recolhimento exigido (circulares BCB nº 3.405, de 14 de setembro de 2008, nº 3.408, de 8 de outubro de 2008, nº 3.410, de 13 de outubro de 2008, nº 3.413, de 14 de outubro de 2008, nº 3.426, de 12 de dezembro de 2008, e nº 3.427, de 19 de dezembro de 2008). (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008, p. 17).

Além da redução dos compulsórios, os bancos foram autorizados a utilizar até 40% de seus recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo para compra de direitos creditórios no mercado interbancário (Circular Banco Central do Brasil (BCB), n 3.407, de 2 de outubro de 2008), limite que foi aumentado para 70% (Circular BCB nº 3.411, de 13 de outubro de 2008). Também foi autorizada a dedução da base de cálculo do recolhimento compulsório sobre depósitos a vista e do adiantamento voluntário de até sessenta contribuições mensais do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (Circular BCB nº 3.416, de 24 de outubro de 2008), cujo estatuto foi alterado para aumentar sua flexibilidade na realização de depósitos e na aquisição de direitos creditórios de instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil (Resolução CMN n. 3.656, de 17 de dezembro de 2008).

No último trimestre de 2008 houve uma diminuição no ritmo do crédito disponível as famílias.

Tabela 8 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2008.

Data	Taxa SELIC - (% a.a.)	Data	Taxa SELIC - (% a.a.)
jan/08	11,25	jul/08	12,44
fev/08	11,25	ago/08	13,00
mar/08	11,63	set/08	13,5
abr/08	11,48	out/08	13,75
mai/08	11,75	nov/08	13,75
jun/08	12,18	dez/08	13,75

Fonte: IPEADATA.

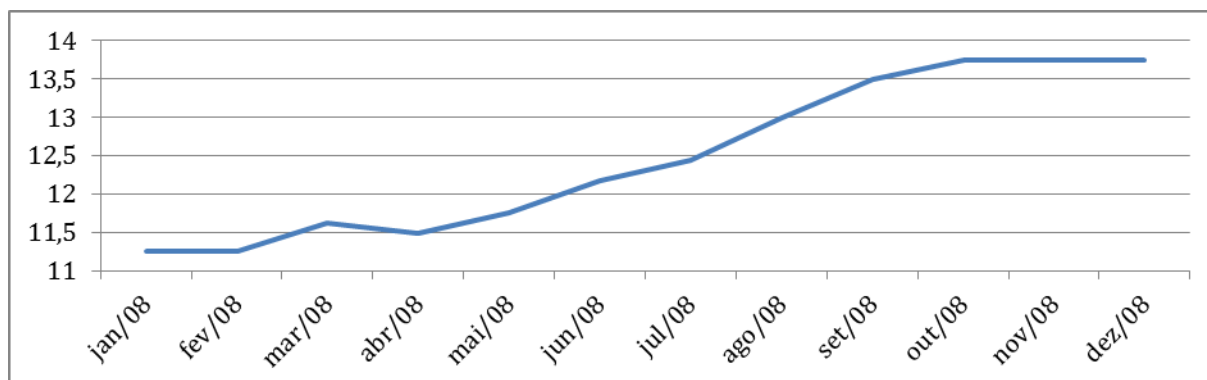


Figura 8 - Gráfico da taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2008.

Fonte: IPEADATA. Elaborada pela autora.

A postura do COPOM em relação a condução da política monetária se deu no início de 2008, ao padrão observado nas duas últimas reuniões realizadas em 2007, quando foi considerada a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração da economia doméstica que justificavam a redução dos estímulos monetários, expressos nas reduções acumuladas iniciadas a partir de setembro de 2005, deixando a SELIC inalterada nas duas primeiras reuniões. Depois nas quatro seguintes reuniões o COPOM elevou a SELIC, logo depois optou por interromper a sequência de aumentos da SELIC e a manteve estável em 13,75% a.a. em suas últimas reuniões.

Entre os meses de abril e setembro a taxa de juros seguiu em um ritmo de alta considerável, ficando praticamente estável nos últimos meses do ano.

1.5 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2009

Segundo relatório da conjuntura econômica elaborado pelo Banco Central, a condução da política monetária foi pautada pelos desdobramentos da crise financeira mundial, observado na segunda metade do ano de 2008, sobre a trajetória da atividade econômica interna. No início de 2009 o Banco Central optou pela reversão da postura restritiva adotada na condução da política monetária de 2008, então voltaram a reduzir a SELIC no decorrer do ano.

A trajetória econômica respeitou dois momentos distintos. O primeiro, observado até meados do segundo trimestre do ano, incorporou a continuidade da reversão, iniciada em 2008, do ciclo de expansão econômica iniciado em 2002. Nesse cenário, as evidências de que a obstrução nos canais de crédito traduzir-se-ia em ciclo recessivo, a atuação coordenada dos bancos centrais e governos dos EUA e de países europeus com vistas a estabilizar seus sistemas financeiros e amenizar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade econômica.

O maior dinamismo registrado na economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2009 revelou que a coordenação de políticas econômicas mencionadas passava, efetivamente, a favorecer a retomada da atividade. Nesse sentido, a atenuação e, em algumas economias, a reversão do ambiente recessivo observado desde setembro de 2008 refletiram as contribuições inerentes ao maior dinamismo da demanda interna, especialmente o impacto da flexibilização das

políticas monetária e fiscal sobre os gastos de consumo privado, e à intensificação do comércio exterior.

O PIB, mesmo que tenha assinalado recuperação vigorosa, no último trimestre, apresentou retração anual de 0,2% no ano, de acordo com o IBGE. O IPCA atingiu 4,31% em 2009, caiu 1,59% em relação ao ano anterior.

O cenário recessivo observado a partir do acirramento da crise nos mercados financeiros internacionais traduziu-se na reversão da postura restritiva adotada pelo COPOM, conforme dito anteriormente. Nesse sentido, no final de 2008 após interromper o processo de elevação da SELIC, o COPOM a reduziu ao longo de 2009.

Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2009, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 9 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2009.

Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)
jan/09	538.254	jul/09	587.961
fev/09	544.509	ago/09	598.500
mar/09	553.077	set/09	610.076
abr/09	561.027	out/09	621.967
mai/09	574.559	nov/09	629.524
jun/09	581.587	dez/09	635.939

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009.

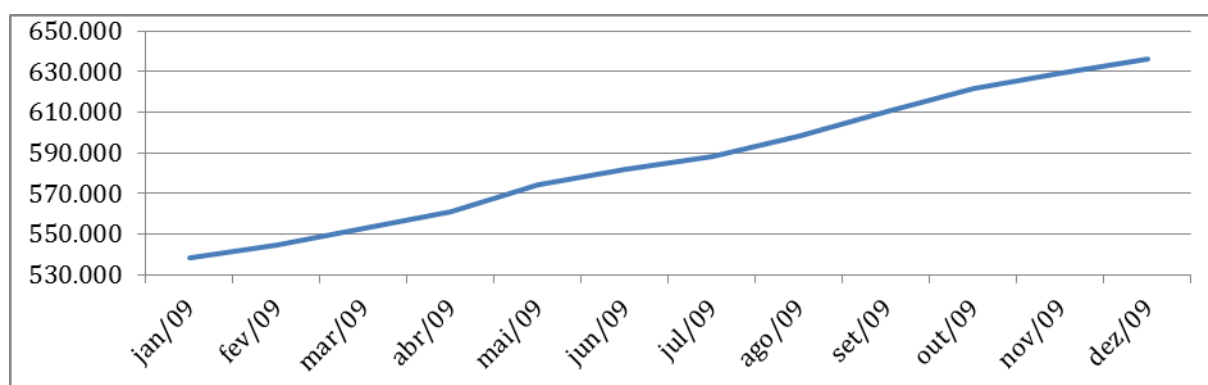


Figura 9 - Gráfico Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2009.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009. Elaborado pela autora.

O crédito em 2009, continuou apresentando um crescimento como nos anteriores. Em 2009 apresentou um aumento médio de 586.415 milhões de reais. O saldo total registrado no ano foi de 7.036.980 bilhões de reais. Iniciou em janeiro com 538.254 milhões de reais registrando em dezembro 635.939 milhões de reais, o que representou um aumento de 118,15%, um crescimento inferior de 4,82% em relação ao ano anterior.

Como nos anos anteriores 2009 também teve registros de expansão do crédito, porém em ritmo menos acentuado que nos anos anteriores. A evolução mostrou-se consistente com a retomada gradual da atividade econômica, após período mais crítico da crise financeira internacional de 2008/2009.

Mesmo com os acontecimentos referente a crise financeira internacional no ano de 2008, a solidez do sistema financeiro foi fundamental para amenizar os efeitos da crise internacional na economia brasileira. Mesmo com os reflexos sentidos inevitavelmente no primeiro semestre de 2009 o Brasil reagiu bem a essa crise.

O setor bancário não registrou problemas de insolvência, como em outros países, nem interrompeu a oferta de crédito.

Devido a regulamentação ampla e rigorosa realizada pelo Banco Central, o setor bancário brasileiro ganhou importância no cenário internacional, após a crise global.

Tabela 10 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2009.

Data	Taxa SELIC - (%a.a.)	Data	Taxa SELIC - (%a.a.)
jan/09	13,43	jul/09	9,10
fev/09	12,75	ago/09	8,75
mar/09	11,73	set/09	8,75
abr/09	11,18	out/09	8,75
mai/09	10,25	nov/09	8,75
jun/09	9,58	dez/09	8,75

Fonte: IPEADATA.

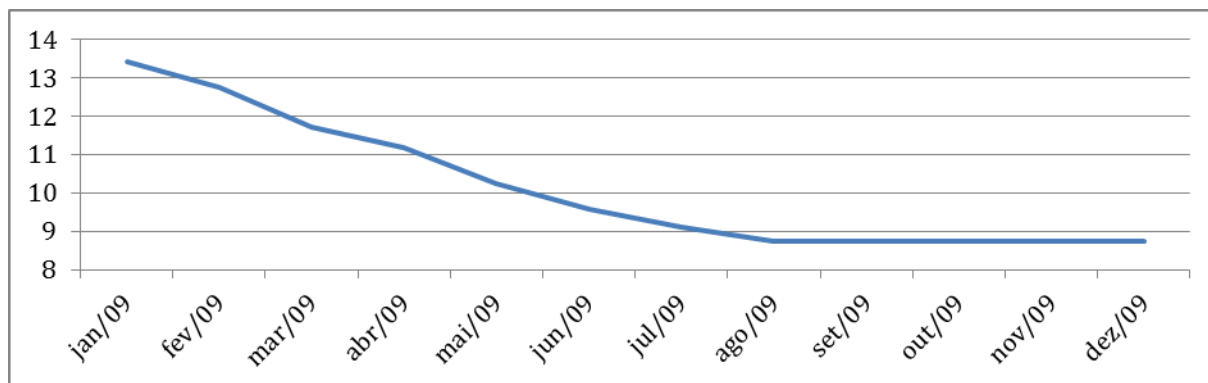


Figura 10 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2009.

Fonte: IPEADATA. Elaborada pela autora.

Nas duas primeiras reuniões realizadas em 2009, em janeiro e em março, o COPOM reduziu a taxa SELIC.

Nas duas reuniões seguintes, o COPOM continuou promovendo reduções na taxa SELIC. Foi entendido que, embora a recuperação gradual da atividade econômica justificasse a manutenção da flexibilização monetária, estímulos adicionais deveriam ser implementados de maneira mais segura. O COPOM considerou, na reunião realizada em julho, que decisões sobre a evolução da taxa básica de juros deveriam considerar a magnitude do movimento total realizado desde janeiro. Nesse contexto, foi avaliado que o balanço dos riscos para a trajetória prospectiva central da inflação justificava estímulo monetário residual, para 8,75% a.a.

Nas três últimas reuniões do ano, foi considerado que o ritmo da atividade econômica registrava recuperação acentuada e que a trajetória dos preços, embora registrasse dinâmica consistente com a trajetória das metas, passava a ser influenciada por pressões de demanda. Deste modo a SELIC se manteve estável em 8,75% a.a. em seus últimos cinco meses.

1.6 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2010

De acordo com o relatório de conjuntura do Banco Central, a economia mundial continuou a recuperação iniciada em 2009, quando a atuação coordenada dos bancos centrais e o governo dos EUA, e de países europeus com o intuito de estabilizar os sistemas financeiros e reduzir os efeitos de intensificação da crise financeira internacional passou a favorecer a retomada da atividade econômica.

A economia brasileira, impulsionada pelo cenário internacional mais favorável e pela solidez da demanda interna, registrou, em 2010, o crescimento anual do PIB mais acentuado desde 1986, este cresceu 7,5%.

A variação do IPCA, atingiu 5,91% em 2010, ante 4,31% no ano anterior e 5,90% em 2008.

O COPOM realizou oito reuniões. Nas duas primeiras, a meta para a taxa básica de juros foi mantida em 8,75%, menor taxa da série iniciada em 1999; nas três seguintes, foram decididas elevações, e nas três últimas reuniões, mantida a meta em 10,75% a.a.

Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2010, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 11 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2010

Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)
jan/10	643.994	jul/10	699.827
fev/10	650.632	ago/10	715.586
mar/10	663.394	set/10	730.189
abr/10	672.665	out/10	743.053
mai/10	685.023	nov/10	760.586
jun/10	692.299	dez/10	778.209

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010.

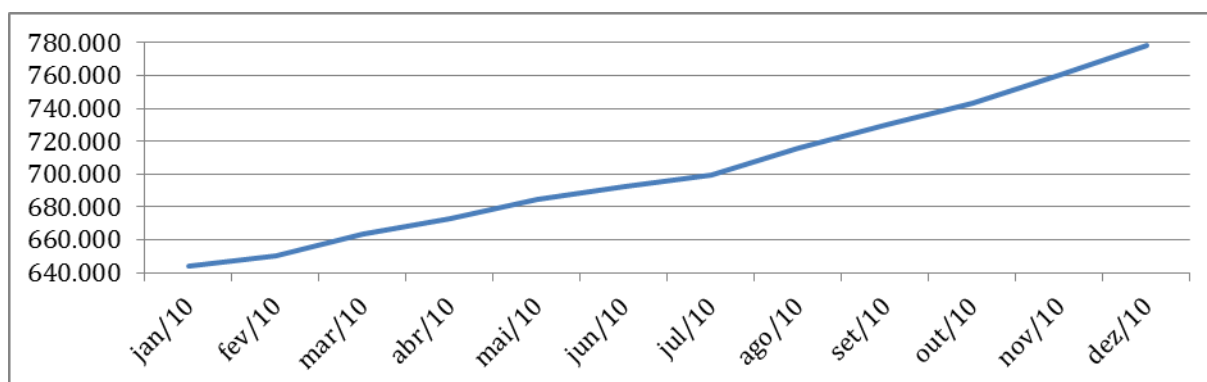


Figura 11 - Gráfico Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2010.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010. Elaborado pela autora.

O crédito em 2010, continuou apresentando um crescimento como nos anos anteriores. Em 2010 apresentou um aumento médio de 702.955 milhões de reais. O saldo total registrado no ano foi de 8.435.457 bilhões de reais. Iniciou em janeiro com 643.994 milhões de reais registrando em dezembro 778.209 milhões de reais, o que representou um aumento de 120,84%, que representou uma recuperação de 2,69% em relação ao ano anterior.

A evolução do crédito continuou com o ritmo de expansão como nos anos anteriores, após superação dos impactos da crise financeira internacional de 2008/2009.

Tabela 12 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2010.

Data	Taxa SELIC - (% a.a.)	Data	Taxa SELIC - (% a.a.)
jan/10	8,75	jul/10	10,41
fev/10	8,75	ago/10	10,75
mar/10	8,75	set/10	10,75
abr/10	8,8	out/10	10,75
mai/10	9,5	nov/10	10,75
jun/10	10,03	dez/10	10,75

Fonte: IPEADATA.

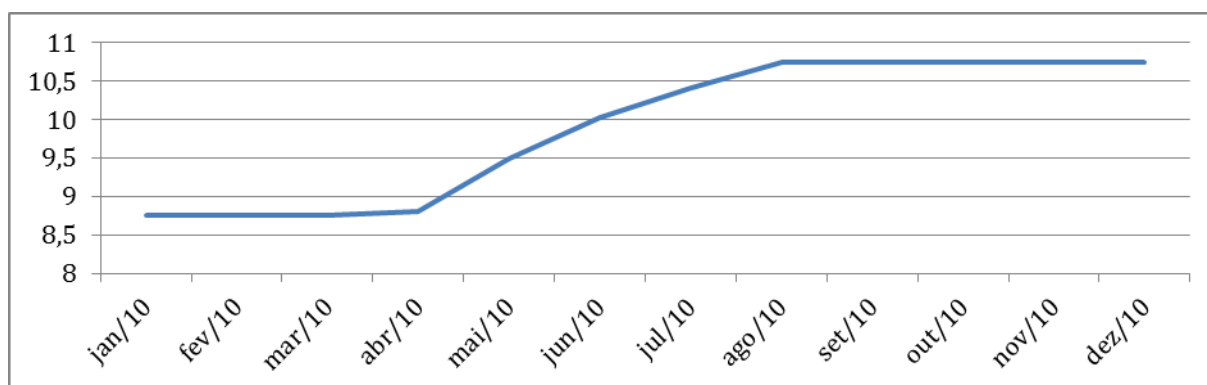


Figura 12 - Gráfico Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2010.

Fonte: IPEADATA. Elaborado pela autora.

O COPOM após manter a meta para a taxa básica de juros em 8,75% a.a. nas duas primeiras reuniões realizadas no ano, introduziu elevações graduais consecutivas nas reuniões subsequentes e manteve a taxa em 10,75% a.a. nas últimas reuniões do ano.

1.7 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2011

Segundo o relatório de conjuntura econômica do Banco Central, de acordo com a linha de evolução do ambiente internacional, a economia brasileira não repetiu o mesmo crescimento registrado no ano anterior. A moderação da atividade econômica no decorrer do ano mostrou-se compatível com as ações das políticas implementadas desde o final de 2010, que tinha como objetivo ajustar as condições de liquidez interna e o descompasso entre a oferta e a demanda agregadas. Nesse contexto o PIB cresceu 2,7% em 2011.

A variação do IPCA, atingiu 6,50% em 2011, ante 5,91% no ano anterior e 4,31% em 2009.

O COPOM nas cinco primeiras reuniões realizadas em 2011, promoveu cinco elevações consecutivas, na taxa básica de juros. Nas reuniões realizadas em agosto, outubro e em novembro, o COPOM avaliou que o impacto sobre a inflação dos choques de oferta registrados na primeira metade do ano e que os riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda passavam a ocorrer em intensidade decrescente.

Nesse ambiente, em que se verificavam recuos no nível de utilização da capacidade instalada e substancial deterioração da conjuntura internacional, o COPOM ponderou que o cenário prospectivo para a inflação passava a acumular sinais favoráveis e procedeu três cortes consecutivos.

Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2011, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 13 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2011.

Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)
jan/11	784.461	jul/11	860.943
fev/11	796.242	ago/11	879.931
mar/11	806.759	set/11	893.006
abr/11	820.095	out/11	913.898
mai/11	837.120	nov/11	926.424
jun/11	854.701	dez/11	940.402

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011.

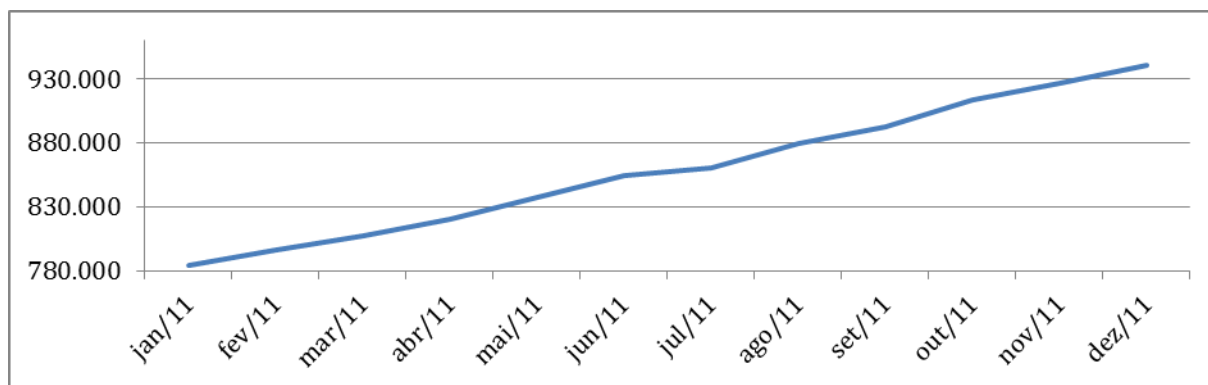


Figura 13 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2011.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011. Elaborado pela autora.

O crédito em 2011, continuou apresentando um crescimento como nos anos anteriores. Em 2011 apresentou um aumento médio de 859.499 milhões de reais. O saldo total registrado no ano foi de 10.313.982 bilhões de reais. Iniciou em janeiro com 784.461 milhões de reais registrando em dezembro 940.402.

milhões de reais, o que representou um aumento de 119,88%, mas com uma pequena redução de 0,96% em relação ao ano anterior.

Em 2011 o crédito obteve evolução moderada, foram adotadas medidas macro prudenciais para a contenção do crédito, essas foram implementadas no final de 2010 e a postura restritiva da política monetária até meados de 2011.

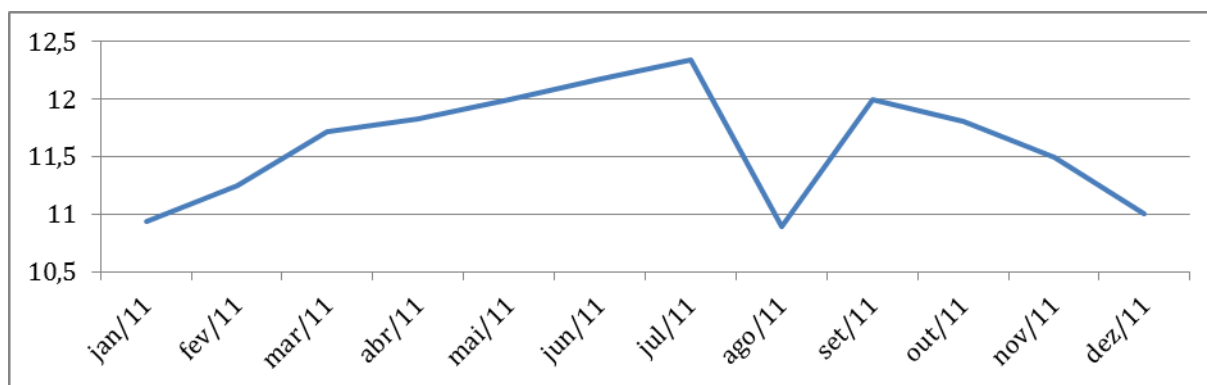
As ações macro prudenciais, visaram conter a expansão do crédito em segmentos específicos, de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável do mercado de crédito, desestimulando contratações com prazos muito dilatados, por exemplo, nos financiamentos para aquisição de veículos. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011, p. 9).

Foram adotadas medidas com o intuito de conter a expansão do crédito, e desestimular o financiamentos com prazos muito longos, conforme visto no exemplo acima, a aquisição de veículos, pois em alguns casos chegaram a financiar este bens em mais de 90 meses, prazo este que o bem já esta bem deteriorado.

Tabela 14 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2011.

Data	Taxa SELIC - (% a.a.)	Data	Taxa SELIC (% a.a.)
jan/11	10,94	jul/11	12,34
fev/11	11,25	ago/11	10,89
mar/11	11,72	set/11	12,00
abr/11	11,83	out/11	11,81
mai/11	12,00	nov/11	11,50
jun/11	12,18	dez/11	11,00

Fonte: IPEADATA.

**Figura 14** - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2011.

Fonte: IPEADATA. Elaborado pela autora.

O BCB iniciou um processo de elevação dos juros o que fez com que no ano de 2011 a taxa SELIC continuasse a subir. Em janeiro a taxa estava em 11,25%, esta continuou a subir até alcançar o nível de 12,34% em julho, teve uma redução para 10,89% em agosto, depois uma elevação para 12% em setembro.

Nas reuniões realizadas em agosto, outubro e em novembro, o COPOM avaliou que o impacto sobre a inflação dos choques de oferta registrados na primeira metade do ano e que os riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda passavam a ocorrer em intensidade decrescente. O COPOM ponderou que o cenário prospectivo para a inflação passava a acumular sinais favoráveis e procedeu três cortes consecutivos, na taxa SELIC, fixada em 11% a.a.

1.8 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS JUROS EM 2012

De acordo com o relatório de conjuntura anual do Banco Central, o PIB aumentou 0,9% em 2012, ante 2,7% em 2011 e 7,5% em 2010. Ocorreu uma intensificação no ritmo de crescimento da economia ao longo de 2012. Nesse contexto, a demanda doméstica seguiu como o principal suporte da economia, com ênfase no desempenho do consumo das famílias, sustentado pela expansão, ainda que moderada, do crédito, e pelo vigor, do mercado de trabalho. O PIB cresceu 0,9% em 2012, segundo o IBGE.

O COPOM realizou oito reuniões em 2012, introduzindo, nas sete primeiras, cortes na taxa SELIC. O Comitê entendeu que a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo suficientemente prolongado constituía a estratégia mais adequada para garantir a convergência da inflação para a meta, ainda que não tenha sido de forma clara. Diante disso, o COPOM decidiu por unanimidade manter a taxa SELIC em 7,25% a.a.

A variação do IPCA, atingiu 5,84% em 2012, ante 6,50% no ano anterior e 5,91% em 2010.

Depois dessa retrospectiva que ocorreu no ano de 2012, será feita uma análise do crédito e da taxa de juros.

Tabela 15 Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2012

Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)	Data	Crédito Lista de valores R\$ (milhões)
jan/12	953.359	jul/12	1.022.494
fev/12	960.672	ago/12	1.044.975
mar/12	973.210	set/12	1.054.640
abr/12	984.617	out/12	1.072.887
mai/12	999.858	nov/12	1.088.350
jun/12	1.014.590	dez/12	1.107.955

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012.

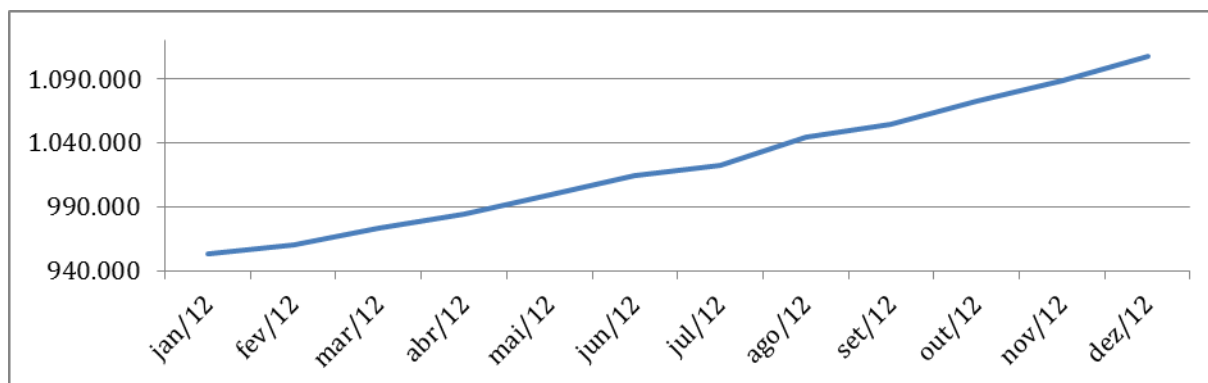


Figura 15 - Gráfico das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Total Pessoas Físicas – 2012.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. Elaborado pela autora.

O crédito em 2012, continuou apresentando um crescimento como nos anteriores. Em 2012 apresentou um aumento médio de 1.023.134 bilhões de reais. O saldo total registrado no ano foi de 12.277.607 bilhões de reais. Iniciou em janeiro com 953.359 bilhões de reais registrando em dezembro 1.107.955 bilhões de reais, o que representou um aumento de 116,22%, o que representou uma queda de 3,66% em relação ao ano anterior.

Em 2012, as operações de crédito do sistema financeiro se mantiveram em expansão, no entanto, em ritmo mais moderado do que nos dois anos precedentes.

Tabela 16 Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2012

Data	Taxa SELIC - (% a.a.)	Data	Taxa SELIC - (% a.a.)
jan/12	10,79	jul/12	8,18
fev/12	10,50	ago/12	7,97
mar/12	9,92	set/12	7,50
abr/12	9,45	out/12	7,33
mai/12	8,97	nov/12	7,25
jun/12	8,50	dez/12	7,25

Fonte: IPEADATA.

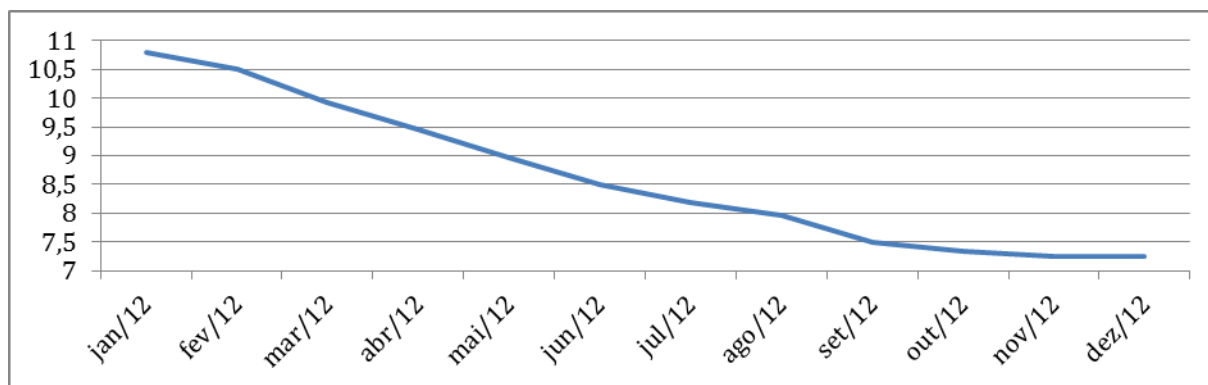


Figura 16 - Gráfico das Taxa de juros nominal - Overnight/SELIC – 2012.

Fonte: IPEADATA. Elaborado pela autora.

O COPOM promoveu cortes consecutivos durante todo o ano de 2012.

Na reunião de março, o COPOM ponderou que, desde a última reunião, o cenário central para a inflação havia evoluído, em linhas gerais, conforme esperado pelo Comitê, que, dessa forma, não detectava mudanças substantivas nas estimativas para o ajuste total das condições monetárias subjacente a esse cenário. À vista disso, dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, o COPOM decidiu reduzir a taxa SELIC.

Nas reuniões de abril e de maio, confirmada a desaceleração da economia brasileira no segundo semestre de 2011, maior do que se antecipava, os eventos recentes indicavam um adiamento de uma solução definitiva para a crise financeira europeia.

Que aconteceu devido ao endividamento público elevado, principalmente de países como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, pela falta de coordenação política da União Europeia para resolver questões de endividamento público das nações do bloco; o COPOM continuou reduzindo a taxa SELIC.

Na reunião de julho, considerando a recuperação da atividade econômica doméstica, o COPOM decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa SELIC. Em agosto e em outubro, a taxa SELIC, chegou na casa dos 7,5% a.a., nas últimas reuniões do ano, o COPOM decidiu manter a taxa SELIC em 7,25% a.a.

Depois de ver o que aconteceu no período, afim de fechar este primeiro capítulo, veremos de forma unificada como foi a evolução do crédito e o comportamento da taxa de juros.

Sendo assim, foi observado que o crédito teve um aumento muito significativo em todos os anos tratados por este estudo, seus aumentos mais

significativos foram do ano de 2005 à 2008, em 2009 esse crescimento não foi tão acentuado por conta dos reflexos da crise, em 2010 voltou a crescer de forma mais acentuada devida a superação dos impactos da crise financeira internacional de 2008/2009, já em 2011 o crescimento ocorreu de forma moderada uma vez que foram adotadas medidas no final de 2010 para conter sua expansão, em 2012 a expansão se deu de forma bem menor do que nos últimos 2 anos precedentes.

Já no que diz respeito a postura do COPOM em relação a SELIC, no ano de 2005, este seguiu o que havia sido implantado em 2004, a elevação da SELIC, porém nos últimos meses iniciou um processo de redução que culminou até fevereiro de 2007, 11,14%, no mês de março ocorreu uma pequena elevação, que voltou a cair até fevereiro de 2008, 11,25%. Nos últimos meses posteriores a fevereiro de 2008 a taxa voltou a subir registrando 13,75%, até o mês de julho de 2009. Em agosto de 2009 até março de 2010 a SELIC voltou a cair, onde se manteve estável em 8,75%. Depois disso houve novamente uma elevação na SELIC, até julho de 2011, após esse período a taxa voltou a crescer novamente até no mês de setembro de 2011 quando atingiu 12%, mas voltou a cair e o período deste estudo encerrou dezembro de 2012 com a SELIC em 7,25%.

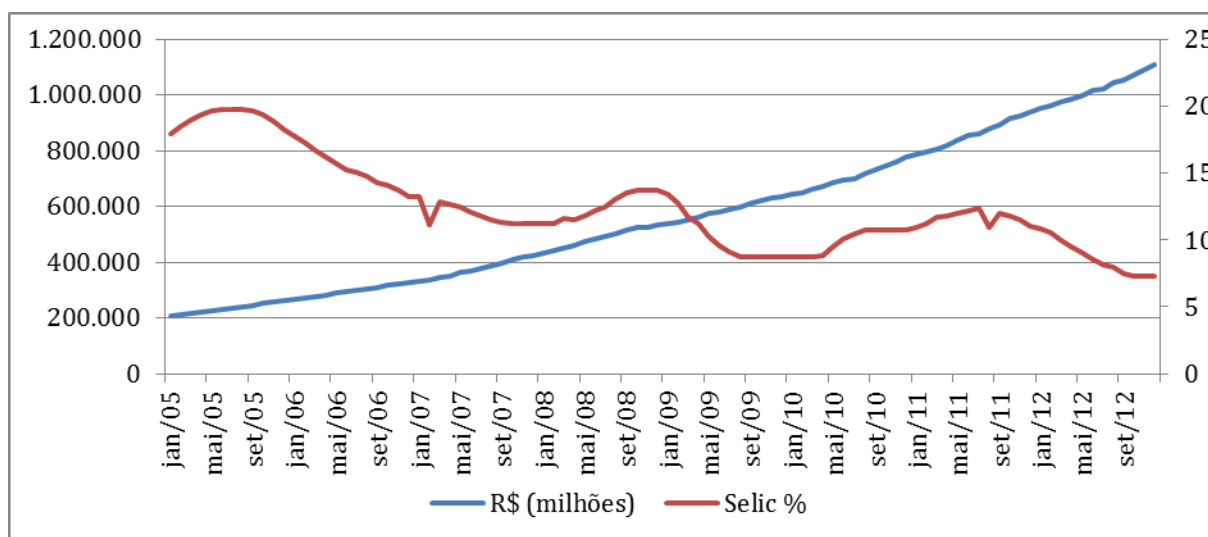


Figura 17 - Gráfico do Crédito X Juros 2005 a 2012.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. IPEADATA. Elaborado pela autora.

Conforme observa-se na figura acima, enquanto o crédito aumentou consideravelmente ao longo do período, a taxa de juros, comportou-se de forma inversa, ao longo de cada ano é possível ver que quando o juros reduzia, o crédito

aumentava de forma mais considerável, e quando o juro aumentava o crédito diminuía seu ritmo de crescimento.

2 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA INADIMPLÊNCIA

Ao analisar o comportamento da inadimplência, é necessário primeiramente entender os conceitos propriamente ditos. A inadimplência, de acordo com Sandroni (1999, p. 293) é:

Falta de cumprimento das cláusulas contratuais em determinado prazo. Além de permanecer em débito, a parte inadimplente fica sujeita ao pagamento de juros e de mora, multa contratual e outros encargos.

Nesse trabalho a inadimplência será analisada nas situações em que o atraso no pagamento seja de um período de três meses (noventa dias), para isso será necessário observarmos algumas variáveis que auxiliarão no desenvolvimento deste capítulo. As variáveis que serão utilizadas nesse capítulo são o comportamento da massa salarial, taxa de juros e desemprego. Essa última pode ser de suma importância, já que sabemos que quando o Indivíduo (Pessoa Física) está desempregado, ou seja, não possui renda/crédito, o mesmo vai perdendo as condições de honrar seus compromissos financeiros.

A inadimplência desempenha um papel importante no processo de concessão de crédito pelas instituições financeiras. É também objeto relevante em questões de regulação e supervisão bancária. A análise da inadimplência em um primeiro momento será tratada pela ótica de variáveis como CCF, PEFIN e REFIN.

De acordo com definição do Banco Central o:

CCF, operacionalizado pelo Banco do Brasil, é um cadastro com dados dos emitentes de cheques sem fundos. A inclusão no CCF ocorre automaticamente quando algum cheque for devolvido por um dos seguintes motivos:

- motivo 11: cheque sem fundos – 1ª apresentação;
- motivo 12: cheque sem fundos - 2ª apresentação;
- motivo 13: conta encerrada;
- motivo 14: prática espúria.(É motivo de devolução de cheque pelo banco sacado. Só pode ser informado por banco que tenha compromisso de pagar o cheque mesmo que não tenha fundos).

No caso dos dados utilizados neste trabalho o CCF esta englobado os cheques devolvidos pelo motivo 12, ou seja, insuficiência de fundos na 2ª apresentação.

De acordo com a metodologia do Serasa Experian:

REFIN: Quantidade de anotações negativas informadas pelas instituições financeiras em decorrência de não pagamento de compromissos financeiros;

Esse indicador mostra o número de dívidas junto aos bancos.

PEFIN: Quantidade de anotações negativas informadas pelas empresas em geral em decorrência de não pagamento de compromissos financeiros;

Esse indicador mostra o número de dívidas junto as financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras.

2.1 ANÁLISE DA TAXA DE DESEMPREGO, CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO PERÍODO DE 2005 2012

Para saber como a população estava perante aos dados que demonstram a inadimplência é necessário ver como estava a taxa de desemprego, consumo das famílias pela ótica do PIB e ver se o comportamento destes influenciam nas oscilações da principal variável abordada neste capítulo.

Será feita análise da taxa de desemprego no período, pois sabemos que um dos motivos que podem levar o consumidor a inadimplência é a falta de recursos para honrar os compromissos financeiros.

Tabela 17 Taxa de desemprego – 2005 a 2012.

Data	Desemprego	Data	Desemprego
2005	10,2	2009	9,0
2006	9,2	2010	8,2
2007	8,9	2011	7,3
2008	7,8	2012	6,7

Fonte: IPEADATA.

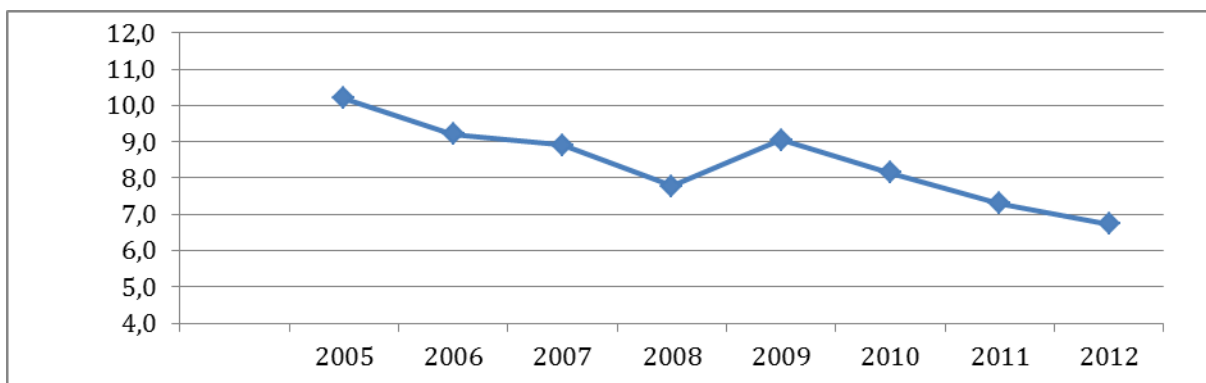


Figura 18 - Gráfico da Taxa de desemprego - 2005 a 2012.

Fonte: IPEADATA. Elaborado pela autora.

Conforme pode-se observar, o desemprego teve uma redução de 2,4% de 2005 para 2008, saiu de 10,2% para 7,8% respectivamente, em 2009, muito provavelmente em consequência crise financeira internacional. Este indicador teve uma alta de 1,2% comparado ao ano anterior, isso pelo fato de ter sido adotado medidas que amenizassem os efeitos da crise e não nos atingissem de maneira muito drástica o Brasil, depois de registrar o segundo maior pico de 9% em 2009, este voltou a seguir uma tendência de queda, recuou 2,3% em 2011, e em 2012 registrou 6,7%. Só que mas adiante veremos que a situação não é bem esta.

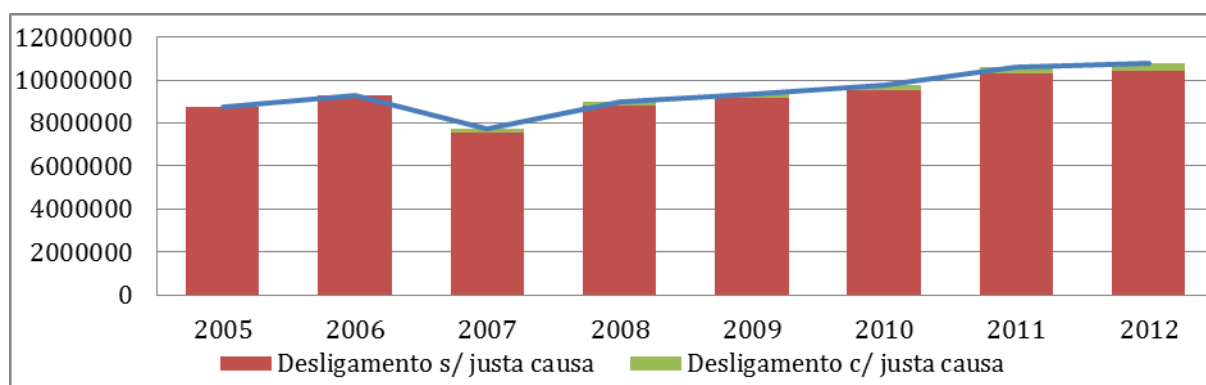
A metodologia usada na elaboração dessa taxa não utiliza apenas o número real de desempregados, pessoas que recebem algum tipo de benefício por exemplo não entram neste índice, embora não tenha um valor significativo de renda. Por isso, será utilizado os dados encontrados no site do Ministério do Trabalho e Emprego, estes nos mostraram que os números de desligamentos, ou seja as demissões que tiveram no período analisado.

Segundo comentário que acompanha os dados da tabela 17 ,a taxa de desemprego leva em conta o percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), o cálculo considera as seis principais grandes regiões metropolitanas do Brasil.

Tabela 18 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Desligamentos - 2005 a 2012.

Ano	Desligamento	Desligamento s/justa causa	Desligamento c/justa causa
2005	8742328	8742328	0
2006	9287715	9287715	0
2007	7709360	7560676	148684
2008	8978617	8793186	185431
2009	9362834	9157057	205777
2010	9788179	9552047	236132
2011	10585404	10281676	303728
2012	10768590	10417603	350987

Fonte: BRASIL, 2012.

**Figura 19** - Gráfico dos Desligamentos - 2005 a 2012.

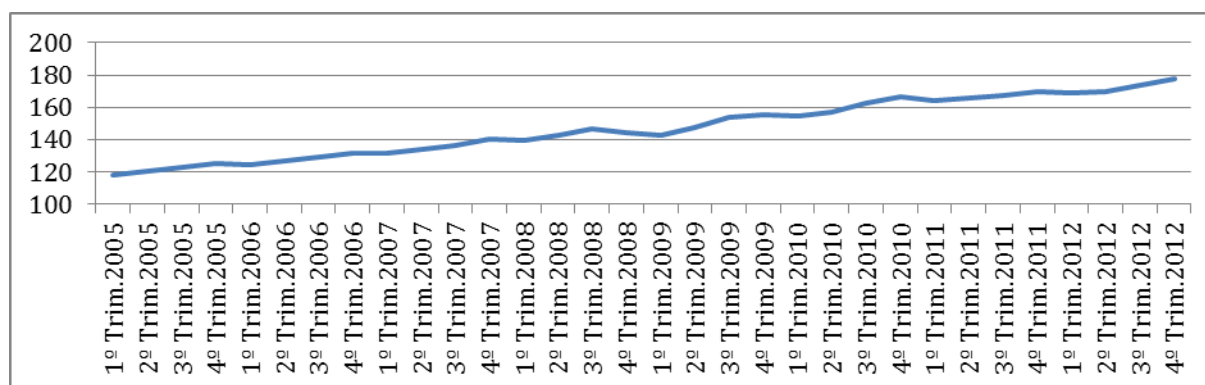
Fonte: BRASIL, 2012. Elaborado pela autora.

Conforme dito anteriormente, embora os dados apresentados na tabela 17 tenham tido oscilação entre 2008 e 2009, percebe-se que pelos dados expostos na tabela 18 e no gráfico 19, que houve uma elevação nos número de demissões nos primeiros dois anos, e que em 2007 que o número foi menor, mas depois disso só veio a crescer, e observa-se também que o números de pessoas demitidas por justa causa é bem pequeno comparado aos demitidos sem justa causa.

Tabela 19 PIB trimestral – Dados observados – Consumo das famílias.

Período	Índice	Período	Índice
1º Trim.2005	117,95	1º Trim.2009	142,95
2º Trim.2005	120,51	2º Trim.2009	147,79
3º Trim.2005	123,03	3º Trim.2009	153,94
4º Trim.2005	125,65	4º Trim.2009	155,22
1º Trim.2006	124,28	1º Trim.2010	155,05
2º Trim.2006	126,88	2º Trim.2010	156,89
3º Trim.2006	129,39	3º Trim.2010	163,04
4º Trim.2006	131,9	4º Trim.2010	166,58
1º Trim.2007	131,96	1º Trim.2011	164,36
2º Trim.2007	134,48	2º Trim.2011	165,7
3º Trim.2007	136,58	3º Trim.2011	167,61
4º Trim.2007	140,55	4º Trim.2011	170,16
1º Trim.2008	139,79	1º Trim.2012	168,95
2º Trim.2008	143,17	2º Trim.2012	169,4
3º Trim.2008	147,09	3º Trim.2012	173,61
4º Trim.2008	144,34	4º Trim.2012	177,37

Fonte: IPEADATA.

**Figura 20** - Gráfico do Consumo das famílias.

Fonte: IPEADATA. Elaborado pela autora.

Com base na tabela 19 e gráfico 20, observa-se que o consumo das famílias subiu gradativamente sem grandes oscilações, seguindo sempre uma linha de alta.

Observa-se uma redução em todo início de ano, devidos as obrigações financeiras corriqueiras que esse período trás, como compra de material escolar, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) entre outras despesas. De modo atípico a esse comportamento nota-se retração mais perceptível entre o último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, reflexo da crise financeira que havia estourado no período em questão.

A tabela a seguir, traz os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que mostra como é alta a diferença entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário para a subsistência.

Tabela 20 Salário mínimo nominal x Salário mínimo necessário – 2005 a 2012.

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário	Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
jan/05	R\$ 260,00	R\$ 1.452,28	jan/09	R\$ 415,00	R\$ 2.077,15
fev/05	R\$ 260,00	R\$ 1.474,96	fev/09	R\$ 465,00	R\$ 2.075,55
mar/05	R\$ 260,00	R\$ 1.477,49	mar/09	R\$ 465,00	R\$ 2.005,57
abr/05	R\$ 260,00	R\$ 1.538,64	abr/09	R\$ 465,00	R\$ 1.972,64
mai/05	R\$ 300,00	R\$ 1.588,80	mai/09	R\$ 465,00	R\$ 2.045,06
jun/05	R\$ 300,00	R\$ 1.538,56	jun/09	R\$ 465,00	R\$ 2.046,99
jul/05	R\$ 300,00	R\$ 1.497,23	jul/09	R\$ 465,00	R\$ 1.994,82
ago/05	R\$ 300,00	R\$ 1.471,18	ago/09	R\$ 465,00	R\$ 2.005,07
set/05	R\$ 300,00	R\$ 1.458,42	set/09	R\$ 465,00	R\$ 2.065,47
out/05	R\$ 300,00	R\$ 1.468,24	out/09	R\$ 465,00	R\$ 2.085,89
nov/05	R\$ 300,00	R\$ 1.551,41	nov/09	R\$ 465,00	R\$ 2.139,06
dez/05	R\$ 300,00	R\$ 1.607,11	dez/09	R\$ 465,00	R\$ 1.995,91
jan/06	R\$ 300,00	R\$ 1.496,56	jan/10	R\$ 510,00	R\$ 1.987,26
fev/06	R\$ 300,00	R\$ 1.474,71	fev/10	R\$ 510,00	R\$ 2.003,30
mar/06	R\$ 300,00	R\$ 1.489,33	mar/10	R\$ 510,00	R\$ 2.159,65
abr/06	R\$ 350,00	R\$ 1.536,96	abr/10	R\$ 510,00	R\$ 2.257,52
mai/06	R\$ 350,00	R\$ 1.503,70	mai/10	R\$ 510,00	R\$ 2.157,88
jun/06	R\$ 350,00	R\$ 1.447,58	jun/10	R\$ 510,00	R\$ 2.092,36
jul/06	R\$ 350,00	R\$ 1.436,74	jul/10	R\$ 510,00	R\$ 2.011,03

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário	Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
ago/06	R\$ 350,00	R\$ 1.442,62	ago/10	R\$ 510,00	R\$ 2.023,89
set/06	R\$ 350,00	R\$ 1.492,69	set/10	R\$ 510,00	R\$ 2.047,58
out/06	R\$ 350,00	R\$ 1.510,00	out/10	R\$ 510,00	R\$ 2.132,09
nov/06	R\$ 350,00	R\$ 1.613,08	nov/10	R\$ 510,00	R\$ 2.222,99
dez/06	R\$ 350,00	R\$ 1.564,52	dez/10	R\$ 510,00	R\$ 2.227,53
jan/07	R\$ 350,00	R\$ 1.565,61	jan/11	R\$ 540,00	R\$ 2.194,70
fev/07	R\$ 350,00	R\$ 1.562,25	fev/11	R\$ 540,00	R\$ 2.194,18
mar/07	R\$ 350,00	R\$ 1.620,89	mar/11	R\$ 545,00	R\$ 2.247,94
abr/07	R\$ 380,00	R\$ 1.672,56	abr/11	R\$ 545,00	R\$ 2.255,84
mai/07	R\$ 380,00	R\$ 1.620,64	mai/11	R\$ 545,00	R\$ 2.293,31
jun/07	R\$ 380,00	R\$ 1.628,96	jun/11	R\$ 545,00	R\$ 2.297,51
jul/07	R\$ 380,00	R\$ 1.688,35	jul/11	R\$ 545,00	R\$ 2.212,66
ago/07	R\$ 380,00	R\$ 1.733,88	ago/11	R\$ 545,00	R\$ 2.278,77
set/07	R\$ 380,00	R\$ 1.737,16	set/11	R\$ 545,00	R\$ 2.285,83
out/07	R\$ 380,00	R\$ 1.797,56	out/11	R\$ 545,00	R\$ 2.329,94
nov/07	R\$ 380,00	R\$ 1.726,24	nov/11	R\$ 545,00	R\$ 2.349,26
dez/07	R\$ 380,00	R\$ 1.803,11	dez/11	R\$ 545,00	R\$ 2.329,35
jan/08	R\$ 380,00	R\$ 1.924,59	jan/12	R\$ 622,00	R\$ 2.398,82
fev/08	R\$ 380,00	R\$ 1.900,31	fev/12	R\$ 622,00	R\$ 2.323,21
mar/08	R\$ 415,00	R\$ 1.881,32	mar/12	R\$ 622,00	R\$ 2.295,58
abr/08	R\$ 415,00	R\$ 1.918,12	abr/12	R\$ 622,00	R\$ 2.329,35
mai/08	R\$ 415,00	R\$ 1.987,51	mai/12	R\$ 622,00	R\$ 2.383,28
jun/08	R\$ 415,00	R\$ 2.072,70	jun/12	R\$ 622,00	R\$ 2.416,38
jul/08	R\$ 415,00	R\$ 2.178,30	jul/12	R\$ 622,00	R\$ 2.519,97
ago/08	R\$ 415,00	R\$ 2.025,99	ago/12	R\$ 622,00	R\$ 2.589,78
set/08	R\$ 415,00	R\$ 1.971,55	set/12	R\$ 622,00	R\$ 2.616,41
out/08	R\$ 415,00	R\$ 2.014,73	out/12	R\$ 622,00	R\$ 2.617,33
nov/08	R\$ 415,00	R\$ 2.007,84	nov/12	R\$ 622,00	R\$ 2.514,09
dez/08	R\$ 415,00	R\$ 2.141,08	dez/12	R\$ 622,00	R\$ 2.561,47

Fonte: DIEESE, 2014.

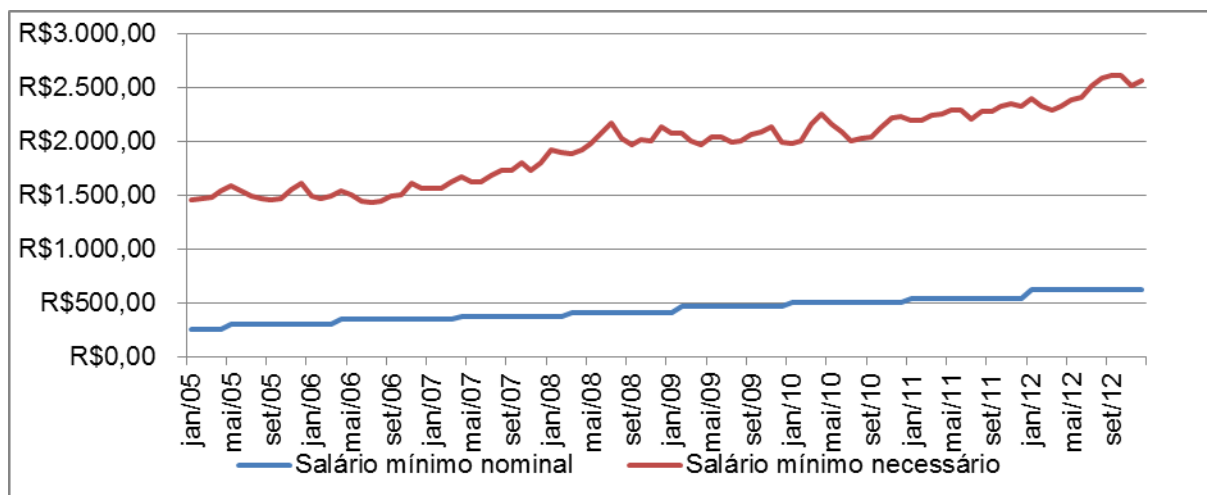


Figura 21 - Gráfico do Salário mínimo nominal x necessário – 2005 a 2012.

Fonte: DIEESE, 2014. Elaborado pela autora.

Com base nos dados acima, observa-se que apesar do salário mínimo nominal ter subido gradativamente ao longo dos anos o que seria necessário para conseguirmos honrar com todas nossas obrigações é bem maior do que foi estabelecido. Segundo os dados da DIEESE, em 2005 o salário mínimo nominal era de R\$ 260,00, enquanto que o salário mínimo necessário era de R\$ 1.452,28, e esse só veio a aumentar, e como vemos até o final do período analisado o salário mínimo nominal era de R\$ 622,00 e o salário mínimo necessário era de R\$ 2.561,47, no gráfico podemos perceber o quão grande é a discrepância e defasagem entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário e sabemos que isso perdura até os dias de hoje.

2.2 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2005

Em 2005 entrou em funcionamento o Sistema de Informações de Crédito (SCR), que agilizou a concessão de crédito por parte das Instituições Financeiras participantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e também reduziu os custos dessas operações. Isso porque tendo melhores informações em relação aos potenciais tomadores, as instituições financeiras se habilitam a fazer uma melhor seleção, o que consequentemente faz com que a inadimplência tenda a cair.

Segundo o relatório anual do Banco Central, em 2005, os indicadores do mercado de trabalho apresentaram resultados favoráveis, mesmo o aumento da

população economicamente ativa, observou redução do desemprego, função da ampliação do ritmo de contratações, sobretudo de empregos formais. O crescimento da ocupação em 2005 ocorreu em praticamente todos os meses do ano.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados no Brasil 1.254 milhões de vagas com carteira de trabalho assinada em 2005. Em contrapartida o que o gráfico 19 nos mostra que os desligamentos que ocorreram neste ano foi alto.

Tabela 21 Massa Salarial Ampliada disponível – 2005.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/05	72.195,50	jul/05	76.910,90
fev/05	72.278,90	ago/05	76.244,10
mar/05	71.634,00	set/05	76.916,50
abr/05	71.051,80	out/05	77.349,40
mai/05	73.675,30	nov/05	86.725,40
jun/05	77.672,30	dez/05	98.933,50

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005..

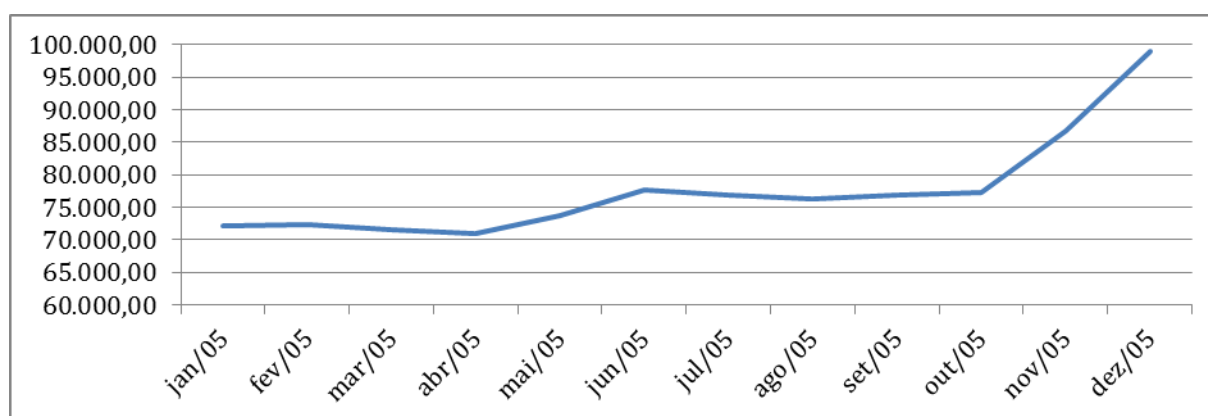


Figura 22 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível em milhões – 2005.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005. Elaborado pela autora.

A massa salarial ampliada disponível em 2005, veio subindo gradativamente entre períodos de estabilização e alta, neste ano apresentou uma alta considerável no último trimestre, quando saiu de R\$ 77.349,40 milhões em outubro para R\$ 98.933,50 milhões em dezembro.

Com visto anteriormente o COPOM seguindo a linha do último semestre de 2004 continuou o processo de elevação da taxa SELIC até o mês de maio, entre os meses de junho a agosto esta manteve-se na casa dos 19,75%, e nos últimos meses do ano começa um processo de ruptura da política monetária e a SELIC começa a cair, registrando em dezembro 18,23%. Por meio dessa queda na taxa de juros, houve uma extensão dos benefícios do crédito as camadas crescentes da população.

Tabela 22 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2005

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/05	18,4%	7,1%	-7,9%	7,5%
fev/05	21,6%	3,7%	-6,6%	8,1%
mar/05	22,7%	3,6%	-0,9%	10,5%
abr/05	22,2%	6,4%	1,2%	12,3%
mai/05	21,8%	3,3%	3,8%	12,6%
jun/05	20,0%	2,8%	6,3%	13,2%
jul/05	18,7%	1,8%	6,6%	12,7%
ago/05	19,0%	2,1%	8,2%	13,7%
set/05	19,6%	1,6%	9,1%	14,1%
out/05	18,2%	0,5%	9,1%	13,4%
nov/05	17,9%	0,4%	9,2%	13,4%
dez/05	18,8%	0,0%	9,3%	13,5%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

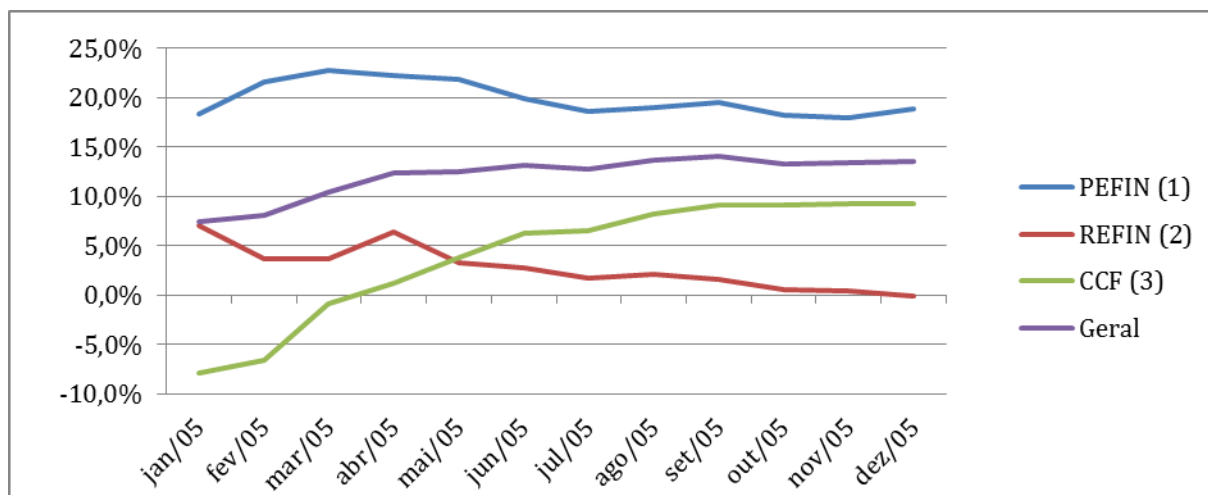


Figura 23 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2005.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaborado pela autora.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 22, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, apresentou no primeiro trimestre uma elevação de 4,3%, já no segundo trimestre uma redução de 2,2%, no terceiro trimestre houve novamente uma elevação de 0,9% nesse indicador e no último trimestre ocorreu uma redução de 0,3% de outubro pra novembro e em dezembro uma elevação de 0,9% em relação ao mês anterior. Graficamente observamos que o primeiro semestre apresentou um aumento nesse indicador e que o segundo foi marcado por uma queda com leve oscilações de alta.

Na coluna do REFIN, observa-se que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre teve uma queda de 3,5%, o segundo trimestre começou em alta, porém depois apresentou uma queda de 3,6%. O terceiro trimestre em seu início seguiu a linha de queda do anterior, mas em agosto registrou 2,1% e voltou a cair em setembro ficando em 1,6%, o último trimestre esse indicador permaneceu em queda no mês de dezembro o REFIN estava em 0%. Graficamente vemos que seu maior pico depois de janeiro foi em abril, mas que nos demais meses esse indicador seguiu uma linha decrescente.

Na coluna do CCF pode-se ver que no primeiro trimestre o indicador estava negativo, saiu da casa dos -7,9% em janeiro para -0,9% em março, no segundo trimestre apresentou uma alta de 5,1%, no terceiro trimestre continuou com esse crescimento e atingiu um aumento de 2,5%, se manteve estável no início do último trimestre e voltou a ter um leve crescimento de 0,2% nos dois últimos meses

do ano. Graficamente observa-se que entre os três indicadores já mencionados, este foi o que mais cresceu, e o que contribuiu para que o GERAL seguisse um viés de alta como observamos no gráfico 23.

Na coluna do GERAL, pode-se observar que no primeiro semestre ocorreu um aumento de 5,7%, já que saiu de 7,5% em janeiro e atingiu 13,2% em junho, o segundo semestre começou com 12,7% em julho uma redução de 0,5% em relação ao mês anterior, seguiu em crescimento até o mês de setembro quando atingiu 14,1%, depois se manteve estável nos meses de outubro e novembro com 13,4% e em dezembro teve uma elevação de 0,1% em relação ao mês anterior quando registrou 13,5%. A média de crescimento desse índice foi de 12,1%.

Tabela 23 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2005.

Data	%	Data	%
jan/05	18,39	jul/05	20,33
fev/05	18,77	ago/05	20,81
mar/05	19,16	set/05	21,1
abr/05	19,55	out/05	21,39
mai/05	19,93	nov/05	21,64
jun/05	20,06	dez/05	21,47

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005.

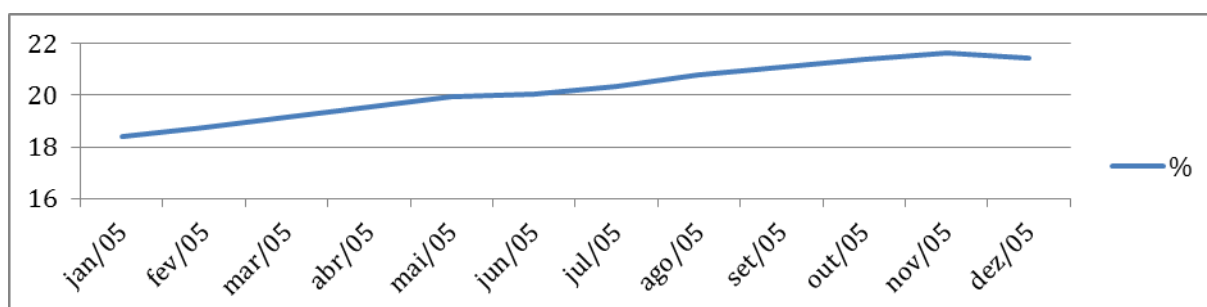


Figura 24 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2005.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005. Elaborado pela autora.

A abertura do crédito para a população no governo de Lula abriu imensas oportunidades para aqueles que não conseguiam adquirir alguns bens à vista, por exemplo casa, carro, entre outros. Essa abertura foi o que fomentou por alguns anos o crescimento da economia brasileira, pois fez com que os

investimentos crescessem e disparassem o efeito do multiplicador. Infelizmente o final dessa abertura para muitas famílias foi o endividamento, pois sem um bom orçamento familiar se endividar é muito fácil.

O ano de 2005 já nos mostra essa realidade, e o crescimento da mesma. Em janeiro do mesmo ano já havia 18,39% das famílias brasileiras endividadas e o ano fechou com 21,47%, ou seja, um aumento de mais de 3% de famílias que não estavam conseguindo cumprir com as contas que se dispuseram a fazer. Não podemos deixar de ver no gráfico uma leve queda do mês de dezembro por conta em parte do décimo terceiro salário, que é a oportunidade que muitas famílias tem de liquidar parte de suas dívidas acumuladas ao longo do ano.

Os números acima são preocupantes, pois se esse número continuar com tendência de crescimento, chegará um momento em que as famílias passaram a cortar o consumo para tentar sair da dívida, e isso para a economia é um sinal de alerta, pois diminuindo o consumo há uma série de variáveis que irá prejudicar, começando pela diminuição de trabalhadores da produção desses bens que deixarão de ser comprados.

2.3 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2006

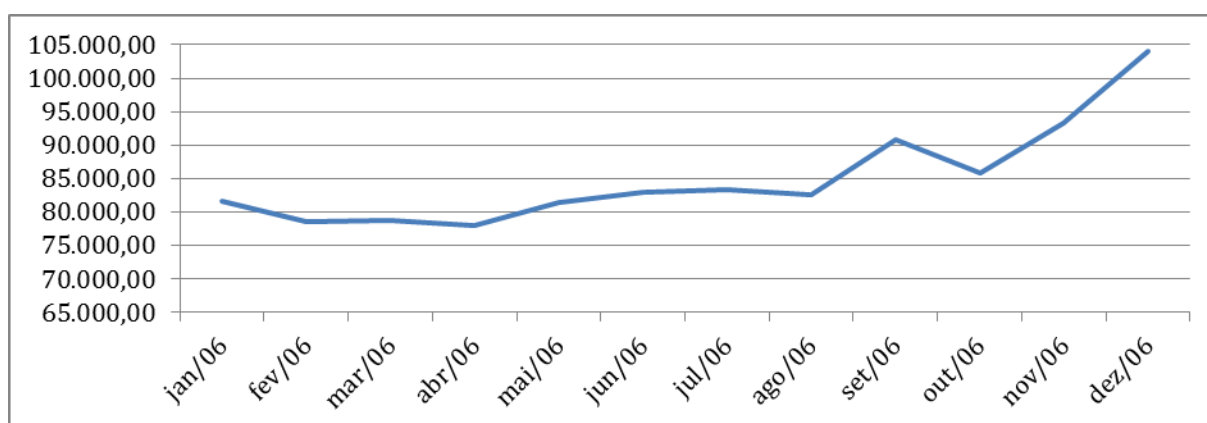
Segundo o relatório anual do Banco Central, o mercado de trabalho apresentou resultados positivos em 2006, e foi registrado um aumento do emprego formal e recuperação dos rendimentos. O nível de emprego continuou a crescer embora não tenha suprido a oferta de trabalho, o que contribuiu para a elevação na taxa de desemprego média do ano.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados no Brasil 1.229 milhões de empregos em 2006, ante 1.254 milhões em 2005.

Tabela 24 Massa Salarial Ampliada disponível – 2006.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/06	81.656,00	jul/06	83.412,30
fev/06	78.500,90	ago/06	82.600,60
mar/06	78.814,00	set/06	90.850,20
abr/06	77.977,20	out/06	85.750,60
mai/06	81.504,40	nov/06	93.277,70
jun/06	82.939,50	dez/06	103.979,50

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006.

**Figura 25** - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível em milhões – 2006.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006. Elaborado pela autora.

A massa salarial ampliada disponível em 2006, se comportou de maneira diferente comparada ao ano anterior, esta apresentou uma leve queda nos dois primeiros meses do ano, depois foi subindo gradativamente até chegar em R\$ 90.850,20 no mês de setembro, embora tenha sofrido uma redução comparado ao mês seguinte, no último trimestre saiu de R\$ 85.750,60 em outubro para R\$ 103.979,50 em dezembro.

O COPOM seguindo a linha iniciada em setembro de 2005 continuou o processo de redução da taxa SELIC, como já foi dito anteriormente houve uma redução de 4,44 p.p. iniciou o ano com 17,69% em janeiro, daí para frente foi caindo até registrar em dezembro 13,25%.

Tabela 25 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2006

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/06	18,0%	-4,0%	15,6%	13,3%
fev/06	17,8%	1,9%	9,0%	13,0%
mar/06	21,0%	7,1%	10,4%	16,6%
abr/06	25,2%	2,3%	7,7%	15,2%
mai/06	26,6%	4,8%	8,1%	16,7%
jun/06	27,0%	3,6%	5,5%	15,3%
jul/06	28,6%	3,5%	4,6%	15,5%
ago/06	27,3%	3,1%	2,8%	14,2%
set/06	25,8%	3,6%	0,3%	13,0%
out/06	23,8%	5,0%	-1,3%	12,3%
nov/06	21,6%	6,1%	-2,9%	11,3%
dez/06	19,1%	7,3%	-4,5%	10,3%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

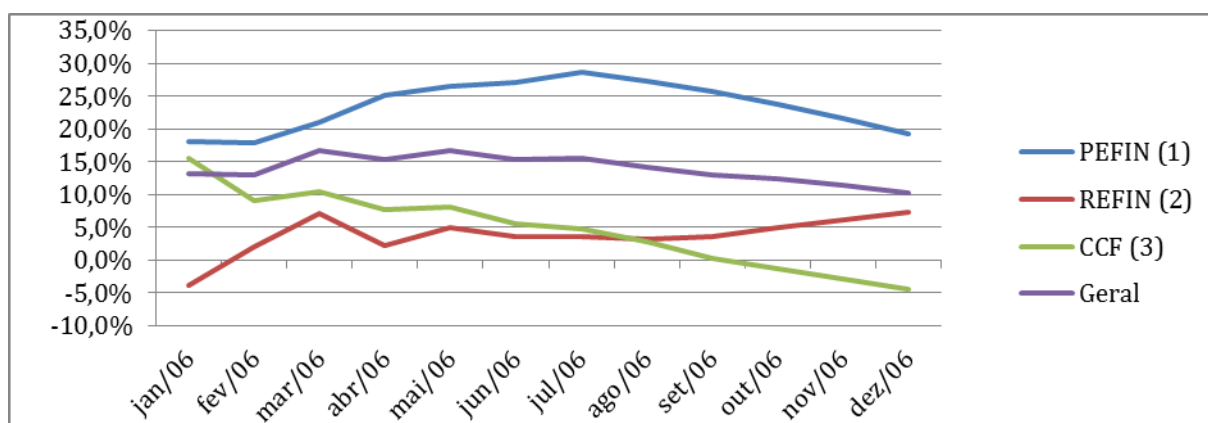


Figura 26 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2006.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaborado pela autora.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 25, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, apresentou no primeiro trimestre uma elevação de 3%, já no segundo trimestre 1,8%, no terceiro trimestre houve o maior registro do ano, que foi em julho quando registrou 28,6%, mas depois teve uma redução de 2,8% até o fim de setembro, e no último trimestre ocorreu uma redução um pouco mais expressiva de 4,7%. Gráficamente observa-se que houve um aumento nesse

indicador até o mês de julho que como já foi dito foi o maior registro do ano, e que nos meses subsequentes esse indicador entrou em linha decrescente.

Na coluna do REFIN, pode-se ver que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre teve registro em janeiro de -4% e que subiu até chegar em março em 7,1%, um aumento de 11,1%, o segundo trimestre começou em baixa, porém depois apresentou uma alta de 2,5% e voltou a cair, registrando um recuo de 1,2%. O terceiro trimestre apresentou uma leve oscilação de alta, queda e alta, e o último trimestre esse indicador voltou a subir registrando neste último uma elevação de 2,3%. Graficamente pode-se ver uma oscilação mais forte no primeiro semestre e uma tendência de alta no segundo.

Na coluna do CCF observa-se que no primeiro trimestre o indicador apresentou uma redução de 6,6%, nos dois primeiros meses e depois um aumento de 1,4%, no segundo trimestre apresentou uma alta de 0,4% em abril e maio e depois caiu 2,6%, no terceiro trimestre entrou em um viés de queda registrando um recuo de 4,3% e no último trimestre continuou a cair, registrando em dezembro - 4,5%. Graficamente observa-se que entre os três indicadores mencionados, este foi o que mais caiu, como observamos no gráfico 26.

Na coluna do GERAL, observa-se que ao longo do ano o indicador ficou intercalado com uma elevação e uma diminuição do mesmo, a média desse índice foi de 13,9%.

Tabela 26 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2006.

Data	%	Data	%
jan/06	21,97	jul/06	23,79
fev/06	22,25	ago/06	24,12
mar/06	22,68	set/06	24,18
abr/06	23,05	out/06	24,3
mai/06	23,36	nov/06	24,53
jun/06	23,53	dez/06	24,47

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006.

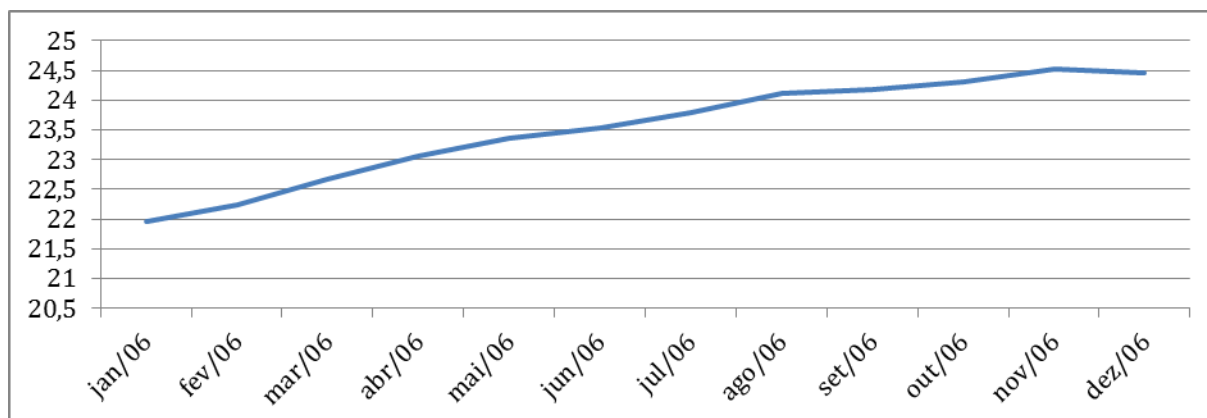


Figura 27 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2006.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006. Elaborado pela autora.

O ano de 2006 nos mostra como em 2005, o crescimento do endividamento das famílias. Em janeiro do mesmo ano já havia 21,97% das famílias brasileiras endividadas e o ano fechou com 24,47%, ou seja, um aumento de 3%, em relação a dezembro do ano anterior onde este índice era equivalente a 21,47%. Esse ano como em 2005 também apresentou seu registro mais alto em novembro, tendo queda em dezembro, que conforme dito anteriormente se deve por conta em parte do décimo terceiro salário.

Os números acima mais uma vez remetem preocupação, pois se esse número continuar com tendência de crescimento, chegará um momento em que as famílias passaram a cortar o consumo para tentar sair da dívida, e isso para a economia é um sinal de alerta, como já foi dito anteriormente.

2.4 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2007

Segundo o relatório anual do Banco Central, o crescente dinamismo da atividade econômica seguiu proporcionando pontos positivos em relação as condições do mercado de trabalho em 2007, a taxa de ocupação aumentou 3% no ano.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.617.392 postos de trabalho com carteira assinada no Brasil em 2007, resultado mais expressivo desde o início da série em 1985.

A partir de 2007 o indicador de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) passou a ser apurado pelo Sistema de Informações de Crédito (SCR).

Tabela 27 Massa Salarial Ampliada disponível – 2007.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/07	88.356,80	jul/07	89.153,80
fev/07	86.151,90	ago/07	90.308,60
mar/07	88.927,70	set/07	97.554,30
abr/07	85.966,40	out/07	92.959,60
mai/07	88.119,00	nov/07	100.673,80
jun/07	90.669,00	dez/07	122.318,80

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007.

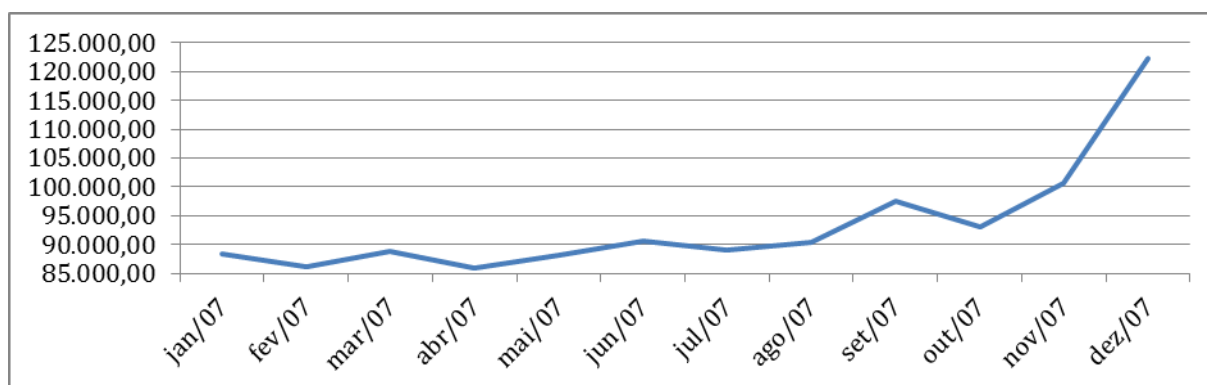


Figura 28 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2007.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007. Elaborado pela autora.

A massa salarial ampliada disponível em 2007, apresentou um crescimento gradual ao longo do ano, sofreu queda nos meses de fevereiro, abril, julho e outubro, quando registraram R\$ 86.151,90, R\$ 85.966,40, R\$ 89.153,80 e R\$ 92.959,60, depois voltou a subir em disparada nos dois últimos meses do ano, registrando em dezembro R\$ 122.318,80.

O COPOM continuou o processo de redução da taxa SELIC, porém em proporções menores, em janeiro a taxa estava em 13,19%, reduzindo até registrar em outubro 11,25%, taxa esta que se manteve estável até dezembro, ocorrendo uma redução de 1,94% ano longo do ano.

Tabela 28 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2007.

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/07	-5,3%	25,8%	-12,1%	5,1%
fev/07	-3,3%	27,6%	-10,1%	7,3%
mar/07	-5,9%	20,1%	-16,7%	1,2%
abr/07	-9,4%	21,9%	-16,5%	0,4%
mai/07	-12,2%	21,0%	-17,2%	-1,4%
jun/07	-13,3%	22,9%	-17,9%	-1,6%
jul/07	-14,0%	22,4%	-17,3%	-1,7%
ago/07	-13,8%	23,9%	-17,2%	-1,1%
set/07	-13,5%	24,6%	-17,4%	-0,8%
out/07	-12,3%	25,3%	-16,9%	0,3%
nov/07	-10,7%	24,3%	-16,6%	1,0%
dez/07	-8,5%	23,3%	-16,3%	1,7%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

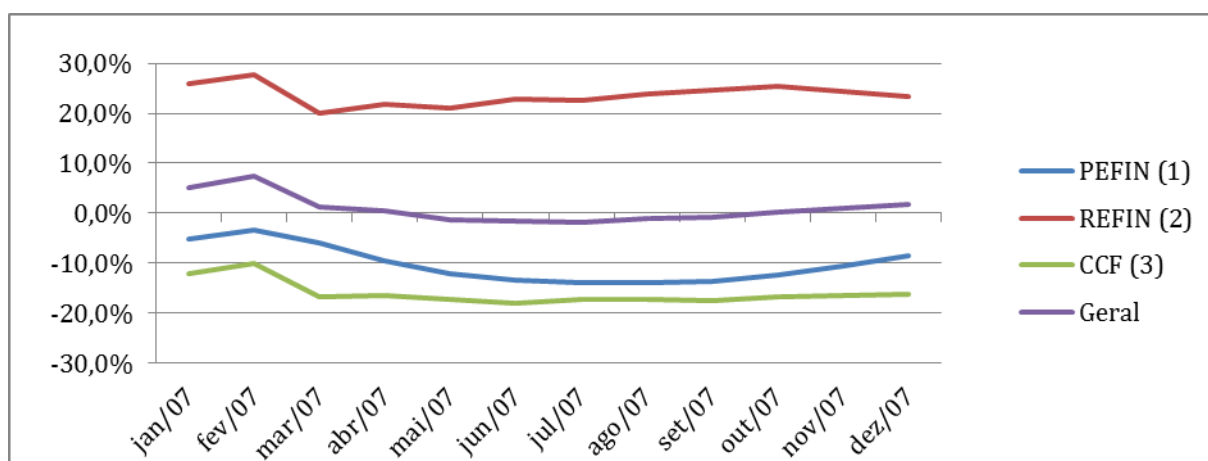


Figura 29 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2007.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaborado pela autora.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 31, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, apresentou resultado negativo em todo o ano de 2007. Graficamente observa-se que até abril variavam em média em -6% e que nos meses de maio a agosto essa variação média foi de -13,3%, e nos últimos meses do ano a média ficou na casa dos -11,3%.

Na coluna do REFIN, pode-se ver que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre teve um aumento de 1,8% entre os meses de janeiro para fevereiro, e uma redução de 7,5% no mês de março, no segundo trimestre houve uma pequena elevação, pois este começou em abril com 21,9% e o aumento neste trimestre foi de 1% quando registrou 22,9% em junho. O terceiro trimestre iniciou o mês de julho com 22,4%, uma redução de 0,5% comparado a junho, porém voltou a seguir a tendência de alta vista no segundo trimestre, este subiu 2,2%, no quarto trimestre iniciou com 25,3% um aumento de 0,7% comparado a setembro, contudo nos meses seguintes caiu 2%. Gráficamente observa-se que os dois primeiros meses do ano foi de alta, e que depois disso ocorreu uma considerável redução, mas depois voltou a crescer gradativamente até chegar 25,3% em outubro e depois voltou a cair.

Na coluna do CCF observa-se que seus registros ficaram negativos em todo o ano de 2007, a média desse indicador foi de -16%. Gráficamente observa-se que a variação mais acentuada foi nos três primeiros meses do ano, e que depois disso se manteve em uma linha praticamente estável, em média 17,0%

Na coluna do GERAL, observa-se que nos dois primeiros meses houve uma elevação positiva nesse indicador, de 5,1% para 7,3%, e depois disso este seguiu em queda atingindo números negativos entre os meses de maio e setembro, saiu da casa de 1,2% em março até chegar em -1,7% em julho, maior registro negativo do ano, depois nos meses de agosto e setembro -1,1% e -0,8% respectivamente, e no último trimestre apresentou uma elevação positiva no indicador que registrou 0,3% em outubro e encerrou com 1,7% em dezembro. Gráficamente observa-se um leve aumento nos dois primeiros meses do ano depois uma queda que se manteve até o mês de julho, depois disso voltou-se a ter uma leve elevação no indicador.

Tabela 29 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2007.

Data	%	Data	%
jan/07	24,94	jul/07	27,26
fev/07	25,3	ago/07	27,68
mar/07	25,62	set/07	27,94
abr/07	26,07	out/07	28,66
mai/07	26,67	nov/07	29,22
jun/07	26,81	dez/07	29,12

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007.

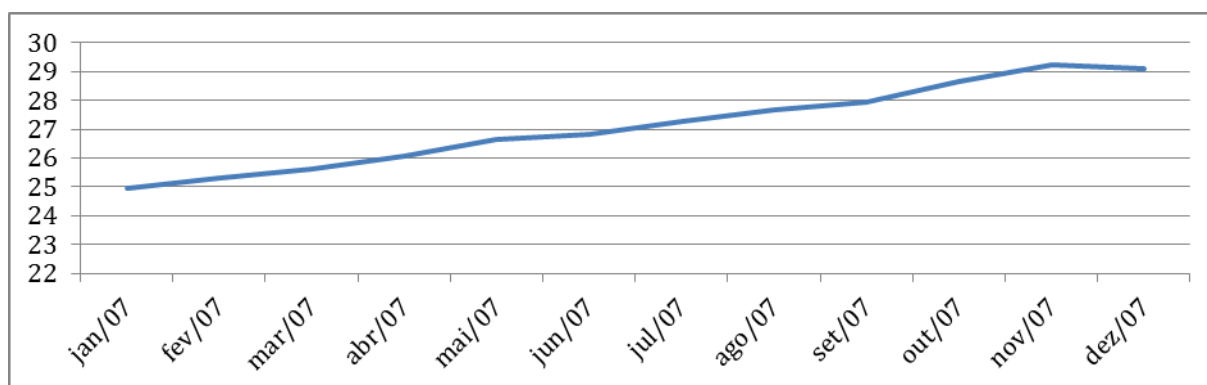


Figura 30 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2007.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007. Elaborado pela autora.

O ano de 2007 nos mostra como nos anteriores, o crescimento do endividamento das famílias. Em janeiro do mesmo ano já havia 24,94% das famílias brasileiras endividadas e o ano fechou com 29,12%, ou seja, um aumento de 4,65%, em relação a dezembro, um aumento superior aos anteriores de 1,65%. Esse ano como em 2006 também apresentou seu registro mais alto em novembro, tendo queda em dezembro, que conforme dito anteriormente se deve por conta em parte do décimo terceiro salário.

Os números acima chamam atenção, devido a preocupação que eles trazem, pois desde o início do período estudado até este ponto observa-se um aumento no endividamento das famílias de 10,73%, isso apenas nos três primeiros anos do estudo, e como já foi visto no primeiro capítulo o crédito teve um aumento muito grande neste período, e os estímulos para aumentar o consumo, fez com que

famílias sem um orçamento equilibrado se endividassem cada vez mais, e esse endividamento gera o aumento da inadimplência conforme abordado anteriormente.

2.5 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2008

Segundo o relatório anual do Banco Central, o desempenho da atividade econômica em 2008 proporcionou desdobramentos positivos, em termos quantitativos e qualitativos, sobre as condições do mercado de trabalho, não obstante os impactos da crise externa observados no último trimestre.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.452,2 milhões postos de trabalho com carteira de trabalho assinada no Brasil em 2008, terceiro melhor resultado desde o início da pesquisa, em janeiro de 1985. O número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 6,4% no ano, resultado de expansões generalizadas no nível de emprego dos principais setores da economia.

Tabela 30 Massa Salarial Ampliada disponível – 2008.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/08	96.967,30	jul/08	103.799,20
fev/08	94.530,80	ago/08	108.209,30
mar/08	97.151,00	set/08	110.991,90
abr/08	96.684,10	out/08	107.654,50
mai/08	100.196,30	nov/08	118.464,40
jun/08	104.075,10	dez/08	137.442,60

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008.

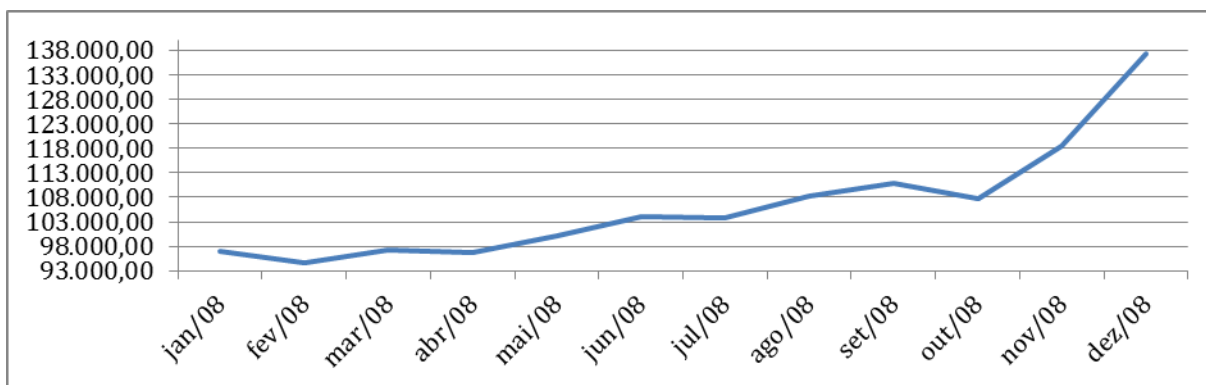


Figura 31 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2008.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008. Elaborado pela autora.

A massa salarial ampliada disponível em 2008, apresentou um crescimento gradual ao longo do ano, sofreu queda nos meses de fevereiro, abril, julho e outubro, quando registraram R\$ 94.530,80, R\$ 96.684,10, R\$ 103.799,20 e R\$ 107.654,50, depois voltou a subir em disparada nos dois últimos meses do ano, registrando em dezembro R\$ 137.442,60.

A postura do COPOM em relação a condução da política monetária se deu no início de 2008, ao padrão observado nas duas últimas reuniões realizadas em 2007, quando foi considerada a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração da economia doméstica que justificavam a redução dos estímulos monetários, expressos nas reduções acumuladas iniciadas a partir de setembro de 2005, deixando a SELIC inalterada nas suas duas primeiras reuniões. Depois nas quatro seguintes elevou a SELIC, logo depois o COPOM optou por interromper a sequência de aumentos da SELIC e a manteve estável em 13,75% a.a. em suas últimas reuniões.

Tabela 31 Indicador de Inadimplência do Consumidor – Variação Acumulada Anual – 2008

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/08	0,5%	16,6%	-9,9%	6,9%
fev/08	-1,8%	17,6%	-8,1%	7,5%
mar/08	0,2%	18,2%	-12,8%	6,5%
abr/08	-0,8%	18,7%	-11,5%	6,7%
mai/08	-1,1%	19,0%	-13,4%	5,9%
jun/08	-1,2%	18,8%	-12,8%	6,1%
jul/08	-2,2%	22,3%	-12,7%	6,9%
ago/08	-2,5%	22,9%	-13,7%	6,6%
set/08	-2,3%	23,9%	-12,3%	7,6%
out/08	-3,0%	24,0%	-11,5%	7,5%
nov/08	-3,2%	24,2%	-11,3%	7,6%
dez/08	-3,9%	25,2%	-10,2%	8,0%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

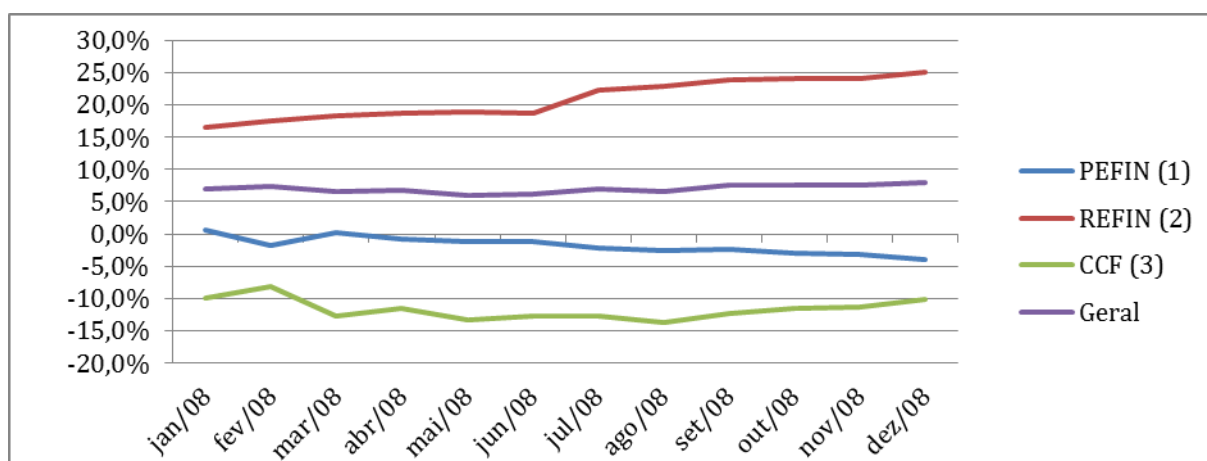


Figura 32 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2008.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaborado pela autora.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 31, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, apresentou no primeiro trimestre uma elevação, queda e elevação com média de -0,4%, já no segundo trimestre a variação média foi de -1,0%, pois o indicador saiu de -0,8% em abril para -1,2% em junho, no terceiro trimestre o indicador cresceu -0,3%, nos dois primeiros meses e depois sofreu uma

leve redução de -0,2%, e no último trimestre registrou-se -3% em outubro e em dezembro atingiu -3,9%, um aumento de -0,9%. Graficamente observa-se uma oscilação mais forte no primeiro trimestre, e que nos meses subsequentes seguiu-se uma tendência descendente negativa.

Na coluna do REFIN, observa-se que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre seguiu em alta, saindo de 16,6% em janeiro para 18,2% em março, um aumento de 1,6%, o segundo trimestre continuou nos dois primeiros meses a tendência de alta, mas sofreu uma pequena redução de 0,2% a média de crescimento foi de 18,8%, o terceiro trimestre voltou a se elevar, uma elevação de 1,6% como no primeiro trimestre, e o último trimestre esse indicador continuou a crescer, saiu da casa dos 24% em outubro para 25,2% em dezembro. Graficamente observa-se uma linha de alta em todo período, com uma pequena oscilação apenas no segundo trimestre como já dito anteriormente.

Na coluna do CCF observa-se que o indicador permaneceu negativo o ano inteiro, no primeiro trimestre apresentou uma variação média de -10,3%, no segundo -12,6%, no terceiro -12,9% e no último -11%. Graficamente observa-se uma forte oscilação nos três primeiros meses do ano, depois seguiu com leves oscilações até setembro quando começou a se recuperar.

Na coluna do GERAL, observa-se que ao longo do ano o indicador sofreu leve oscilações ficando em média na casa dos 7%.

Tabela 32 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2008.

Data	%	Data	%
jan/08	29,59	jul/08	31,84
fev/08	30,01	ago/08	31,94
mar/08	30,45	set/08	32,21
abr/08	30,91	out/08	32,91
mai/08	31,33	nov/08	32,65
jun/08	31,50	dez/08	32,20

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008.

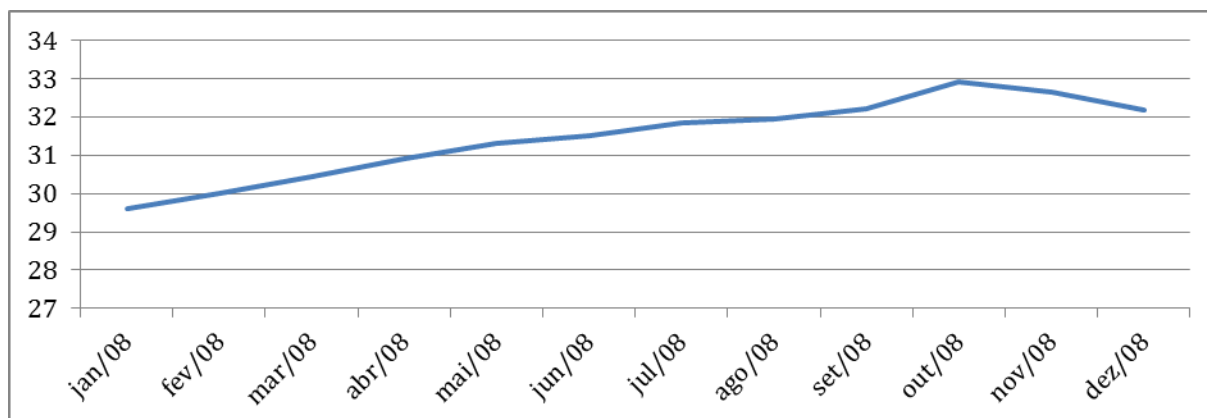


Figura 33 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2008.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008. Elaborado pela autora.

O ano de 2008 continuou seguindo o ritmo de endividamento dos anteriores. Em janeiro do mesmo ano já haviam 29,59% das famílias brasileiras endividadas e o ano fechou com 32,2% em dezembro, ou seja, um aumento de 2,61%, aumento este pequeno, levando-se em consideração que a média dos anteriores era de 3,55%. Esse ano apresentou seu registro mais alto em outubro, tendo queda nos dois últimos meses, que conforme dito anteriormente se deve por conta do décimo terceiro salário.

Os números acima chamam atenção, devido que mesmo em um ano de uma crise financeira internacional o endividamento das famílias brasileiras sofreu uma pequena redução considerando como já dito os anos anteriores analisados neste trabalho.

2.6 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2009

Segundo o relatório anual do Banco Central, os indicadores de emprego, embora retratassem, na primeira metade do ano, os impactos do acirramento da crise mundial sobre o nível da atividade interna, passaram a evidenciar, no restante do ano, a recuperação consistente registrada pela economia brasileira.

É importante mencionar que a relativa estabilidade anual apresentada pela taxa de desemprego ocorreu em ambiente de desaceleração – de 3,4% em 2008 para 0,7% em 2009 – na taxa de crescimento da ocupação.

De acordo com o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram gerados 995,1 milhões postos de trabalho com carteira assinada no Brasil em 2009, resultado que corresponde a cerca de 70% da média observada no quinquênio encerrado em 2008. O número de trabalhadores com carteira assinada aumentou 2,1% no ano.

A inadimplência Pessoa Física teve oscilações durante o ano todo. O nível mais baixo foi no mês de dezembro com 7,7% e o maior registro foi em maio registrando 8,5 %.

Tabela 33 Massa Salarial Ampliada disponível – 2009.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/09	110.691,10	jul/09	113.250,00
fev/09	109.350,20	ago/09	116.877,40
mar/09	109.968,40	set/09	121.500,50
abr/09	106.978,40	out/09	115.881,50
mai/09	110.242,80	nov/09	126.396,70
jun/09	113.313,10	dez/09	144.758,20

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009.

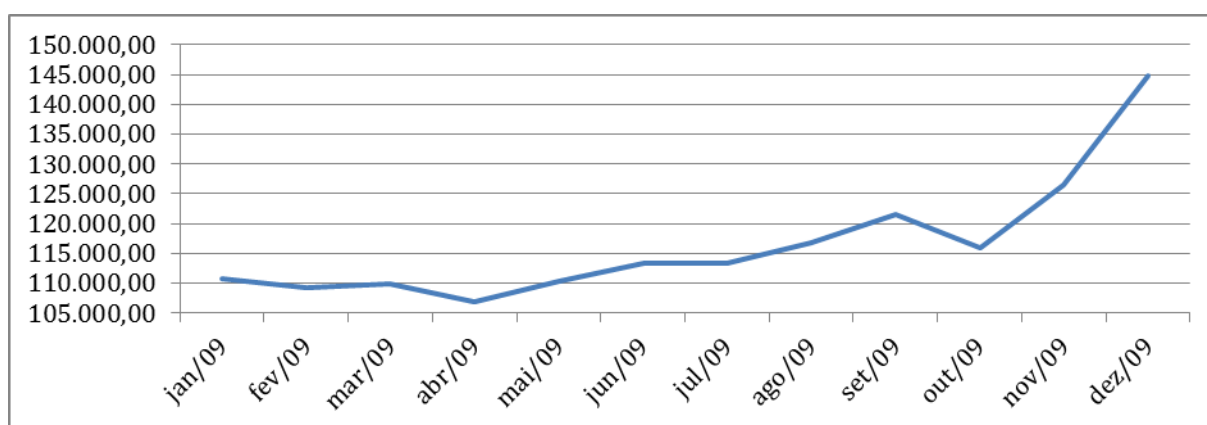


Figura 34 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2009.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009. Elaborado pela autora.

A massa salarial ampliada disponível em 2009, apresentou um crescimento gradual ao longo do ano, sofreu queda nos meses de abril, julho e outubro, quando registraram R\$106.978,40, R\$113.250,00 e R\$115.881,50, depois

voltou a subir em disparada nos dois últimos meses do ano, registrando em dezembro R\$144.758,20.

Nas duas primeiras reuniões realizadas em 2009, em janeiro e em março, o COPOM reduziu a taxa SELIC.

Nas reuniões realizadas em abril e em junho, o COPOM continuou promovendo reduções na taxa SELIC. Adicionalmente, foi entendido que, embora a recuperação gradual da atividade econômica justificasse a manutenção da flexibilização monetária, estímulos adicionais deveriam ser implementados de maneira mais parcimoniosa. O COPOM considerou, na reunião realizada em julho, que decisões sobre a evolução da taxa básica de juros deveriam considerar a magnitude do movimento total realizado desde janeiro. Nesse contexto, foi avaliado que o balanço dos riscos para a trajetória futura central da inflação justificava estímulo monetário residual, para 8,75% a.a., na taxa SELIC.

Nas reuniões realizadas em setembro, outubro e dezembro, o COPOM manteve a taxa SELIC em 8,75% a.a.

A postura do COPOM foi de reduzir a taxa SELIC ao longo de 2009. Nas três últimas reuniões do ano, considerando que o ritmo da atividade econômica registrava recuperação acentuada e que a trajetória dos preços, embora registrasse dinâmica consistente com a trajetória das metas, passava a ser influenciada por pressões de demanda. A SELIC se manteve estável em 8,75% ao ano em suas últimas cinco reuniões.

Tabela 34 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2009.

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/09	2,6%	29,9%	-5,8%	12,7%
fev/09	-1,8%	23,4%	-5,7%	8,6%
mar/09	-1,2%	26,8%	-1,1%	11,4%
abr/09	-2,1%	27,1%	-3,1%	10,8%
mai/09	-2,9%	26,1%	-2,8%	10,3%
jun/09	-2,9%	26,1%	-2,1%	10,4%
jul/09	-1,9%	23,9%	-2,6%	9,9%
ago/09	-1,2%	22,3%	-2,7%	9,5%
set/09	-1,7%	21,8%	-3,7%	8,9%
out/09	-2,0%	20,5%	-5,3%	7,9%
nov/09	-2,9%	18,8%	-5,9%	6,8%
dez/09	-3,0%	17,4%	-7,3%	5,9%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

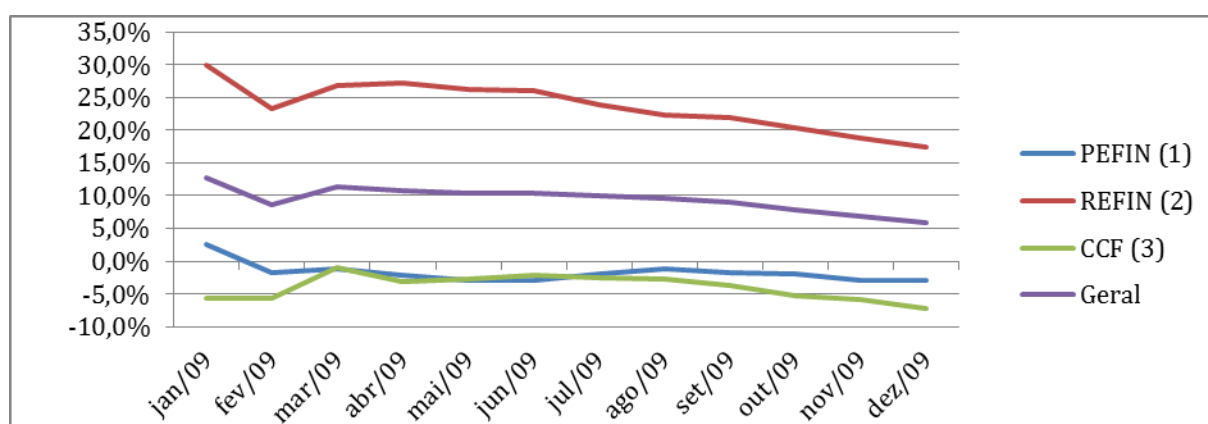


Figura 35 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2009.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaborado pela autora.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 34, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, o ano de 2009 apresentou resultado positivo apenas no mês de janeiro, no primeiro trimestre oscilou com média de -0,2%, já no segundo trimestre estava com -2,1% em abril e se manteve estável em 2,9% em maio e junho, oscilação média de -2,6%, no terceiro trimestre teve uma leve recuperação em julho e agosto, registrou -1,9% e -1,2% respectivamente depois registro -1,7% em setembro, e no último trimestre o indicador ficou com crescimento

médio de -2,6%. Graficamente observa-se uma queda neste indicador, nos dois primeiros meses do ano, depois seguiu um linha decrescente negativa até o mês de junho, se recuperou entre julho a outubro e depois continuou na linha decrescente negativa.

Na coluna do REFIN, observa-se que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre apresentou uma queda significativa nos dois primeiros meses do ano de 6,5%, depois teve um aumento de 3,4%, a oscilação média foi de 26,7%, o segundo trimestre atingiu 27,1% em abril, mas nos dois outros meses permaneceu estável na casa dos 26,1%, a oscilação média foi de 26,4%. O terceiro trimestre continuou o viés de queda iniciado no segundo trimestre, estava em 23,9% em julho e chegou em 21,8% em setembro, tendo oscilação média de 22,7%, o quarto trimestre também continuou em queda, estava com 20,5% em outubro e chegou a 17,4% em dezembro, tendo oscilação média de 18,9%. Graficamente observa-se uma forte queda nos dois primeiros meses do ano, depois uma elevação e estabilização entre os meses de março a junho, logo após isso o indicador começa a cair.

Na coluna do CCF observa-se que o indicador ficou negativo em todo o ano, no primeiro trimestre saiu da casa dos -5,8% em janeiro para -1,1% em março, com oscilação média de -4,2%, no segundo trimestre estava com -3,1% em abril, mas depois registrou -2,8% e - 2,1% respectivamente, no terceiro trimestre voltou a crescer, estava com -2,6% em julho e chegou a -3,7% em setembro, e no último trimestre continuou subir de forma negativa, estava com - 5,3% em outubro e chegou a - 7,3% em dezembro. Graficamente observa-se que este indicador se manteve praticamente estável nos dois primeiros meses do ano, depois teve uma oscilação moderada entre os meses de março a agosto, e nos meses subsequentes percebemos uma tendência decrescente negativa.

Tabela 35 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2009.

Data	%	Data	%
jan/09	32,15	jul/09	9,1
fev/09	32,51	ago/09	8,75
mar/09	32,83	set/09	8,75
abr/09	33,01	out/09	8,75
mai/09	33,31	nov/09	8,75
jun/09	33,53	dez/09	8,75

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009.

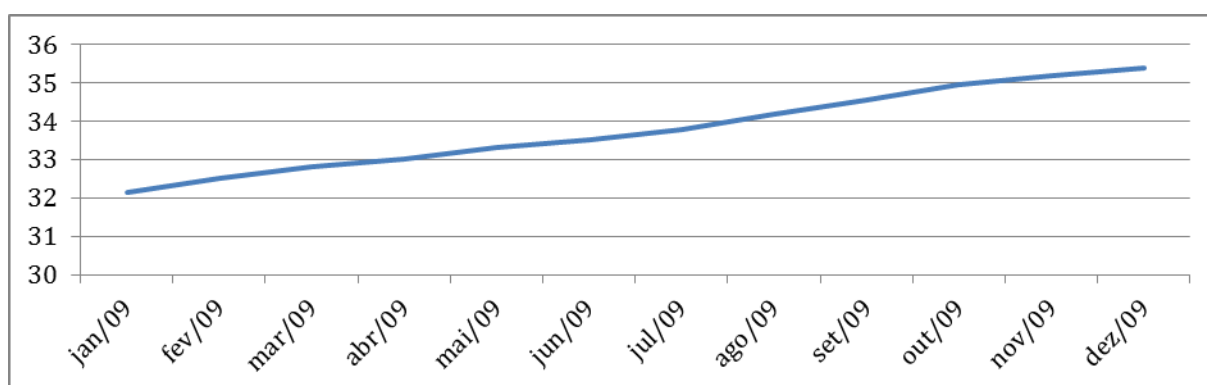


Figura 36 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2009.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009. Elaborado pela autora.

O ano de 2009 continuou seguindo o ritmo de endividamento dos anteriores. Em janeiro do mesmo ano já haviam 32,15% das famílias brasileiras endividadas e o ano fechou com 35,41% em dezembro, ou seja, um aumento de 3,26%, aumento este que volta a se aproximar da média dos três primeiros anos analisados. Esse ano não apresentou queda em nenhum mês como nos anos anteriores.

Os números acima, considerando a crise financeira internacional, que o endividamento das famílias brasileiras sofreu um impacto pequeno, considerando que a variação de 2008 para 2009 foi de 0,65%.

2.7 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2010

Segundo o relatório anual do Banco Central, o mercado de trabalho apresentou dinamismo acentuado em 2010. A trajetória de formalização do mercado de trabalho continuou em 2010, registrando-se aumentos de 6,8% no número de empregos com carteira de trabalho assinada no Brasil e de 1,3% no relativo aqueles que trabalham por contra própria e recuo de 1,7% no segmento de trabalhadores sem carteira assinada.

O desempenho favorável do mercado de trabalho é confirmado, em âmbito nacional, pelas estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2010, foram criados 2,1 milhões de empregos formais, saldo mais elevado da série, iniciada em 1985, e 63% superior à média dos cinco anos anteriores.

Tabela 36 Massa Salarial Ampliada disponível – 2010.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/10	117.265,40	jul/10	129.030,60
fev/10	121.111,90	ago/10	134.073,50
mar/10	125.616,30	set/10	139.571,00
abr/10	119.110,50	out/10	134.252,80
mai/10	123.134,80	nov/10	143.363,00
jun/10	128.355,50	dez/10	167.471,50

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010.

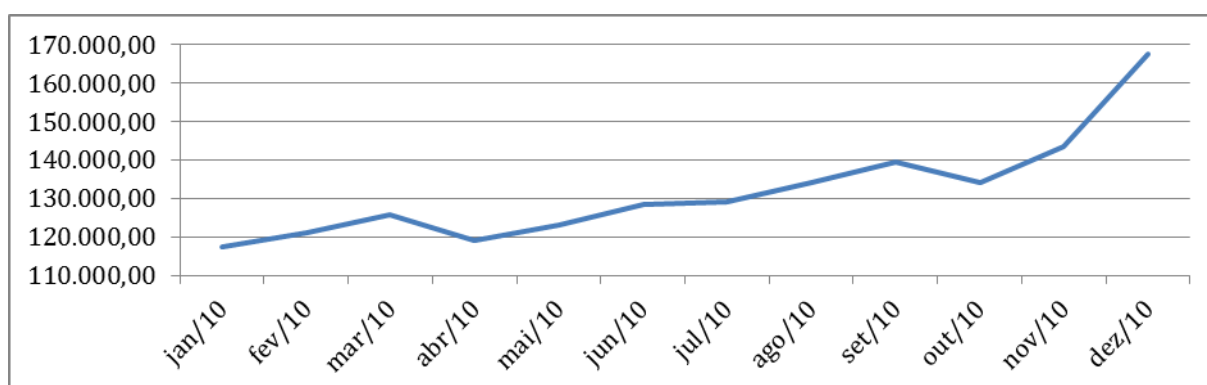


Figura 37 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2010.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010. Elaborado pela autora.

A massa salarial ampliada disponível em 2010, apresentou um crescimento gradual ao longo do ano, sofreu queda nos meses de abril e outubro, quando registraram R\$ 119.110,50 e R\$ 134.252,80, depois voltou a subir em disparada nos dois últimos meses do ano, registrando em dezembro R\$ 167.471,50.

O COPOM após manter a meta para a taxa básica de juros em 8,75% a.a. nas duas primeiras reuniões realizadas no ano, introduziu elevações consecutivas nas reuniões subsequentes e manteve a taxa em 10,75% a.a. nas últimas reuniões do ano.

Tabela 37 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2010

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/10	-4,7%	-1,3%	-32,0%	-8,1%
fev/10	-1,5%	1,6%	-30,5%	-5,3%
mar/10	-1,3%	-2,7%	-28,5%	-6,7%
abr/10	2,5%	-2,6%	-27,8%	-5,2%
mai/10	7,1%	-2,3%	-28,3%	-3,7%
jun/10	11,6%	-2,0%	-28,6%	-2,3%
jul/10	15,0%	-2,0%	-29,1%	-1,4%
ago/10	19,0%	-1,5%	-28,7%	0,2%
set/10	24,5%	-1,5%	-28,5%	1,8%
out/10	29,8%	-1,4%	-28,7%	3,3%
nov/10	35,5%	-1,0%	-28,3%	5,0%
dez/10	39,7%	-0,9%	-27,6%	6,3%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

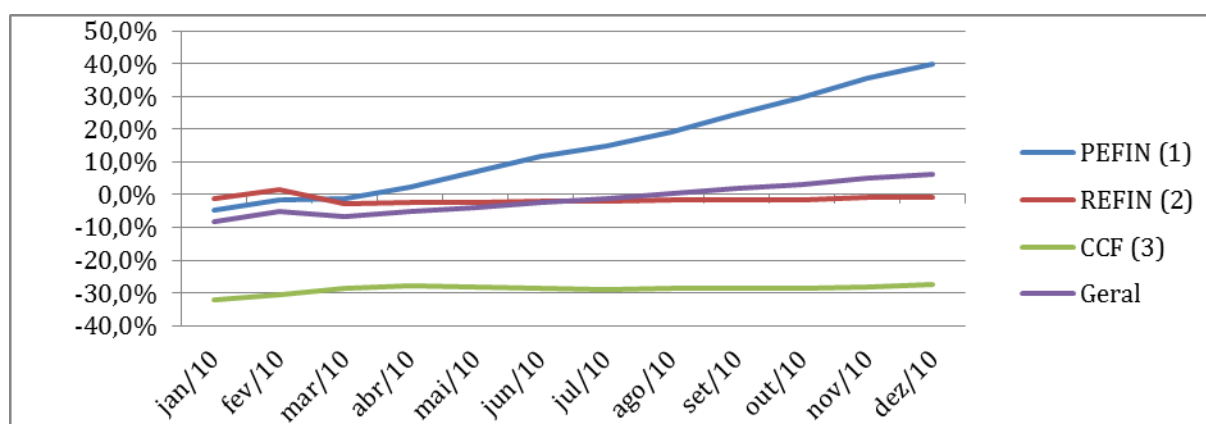


Figura 38 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2010.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaborado pela autora.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 37, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, apresentou no primeiro trimestre uma redução de -3,4%, em janeiro estava em -4,7% e em março registrou -1,3%, já no segundo trimestre apresentou alta de 9,1%, estava com 2,5% em abril e 9,1% em junho, no terceiro trimestre a alta foi de 9,5%, em julho registrou 15% e em setembro 24,5%, e no último trimestre a alta foi de 9,9%, em outubro registrou 29,8% e em dezembro 39,7%. Graficamente observa-se uma linha crescente durante todo o ano.

Na coluna do REFIN, observa-se que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre saiu da casa de -1,3% para 1,6% de janeiro para fevereiro, depois caiu para -2,7% em março, no segundo trimestre sofreu uma redução de -0,6%, em abril registrou -2,6% e em junho -2%, o terceiro trimestre iniciou em julho com percentual igual ao do mês anterior e teve uma queda de -0,5% comparado ao mês de agosto, os registros foram de -2% e -1,5% respectivamente, o mês de setembro permaneceu igual ao anterior, no último trimestre ocorreu uma redução de -0,5%, em outubro registrou-se -1,4% e em dezembro -0,9%. Graficamente observa-se uma oscilação mais forte no primeiro semestre e uma tendência de alta no segundo.

Na coluna do CCF observa-se que este indicador ficou negativo em todo o ano, no primeiro trimestre houve uma redução de 3,5%, em janeiro estava em -32% e em março -28,5%, no segundo trimestre houve uma elevação de -0,8%, em abril estava em -27,8% e em junho -28,6%, no terceiro trimestre houve uma redução de -0,6%, em julho estava com -29,1% e em setembro com -28,5%, no último trimestre têm-se uma redução de -1,1%, em outubro estava em -28,7% e em dezembro registrou -27,6%.

Na coluna do GERAL, observa-se que este indicador permaneceu em sua maioria negativo, no primeiro trimestre houve uma redução de -1,45, pois este registrou em janeiro -8,1% e em março -6,7%, no segundo trimestre a redução foi de -2,9%, em abril estava em -5,2% e em junho -2,3%, no terceiro trimestre saiu da casa do -1,4% em julho para 0,2% em agosto, e em setembro registrou 1,8%, a variação deste trimestre foi de 0,2%, no último trimestre, houve uma elevação de 3%, em outubro estava em 3,3% e em dezembro registrou 6,3%. Graficamente observa-se uma pequena oscilação no primeiro trimestre e depois segue-se uma linha crescente.

Tabela 38 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2010.

Data	%	Data	%
jan/10	35,81	jul/10	37,83
fev/10	36,1	ago/10	38,13
mar/10	36,49	set/10	38,5
abr/10	36,88	out/10	38,79
mai/10	37,3	nov/10	39,2
jun/10	37,51	dez/10	39,16

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010.

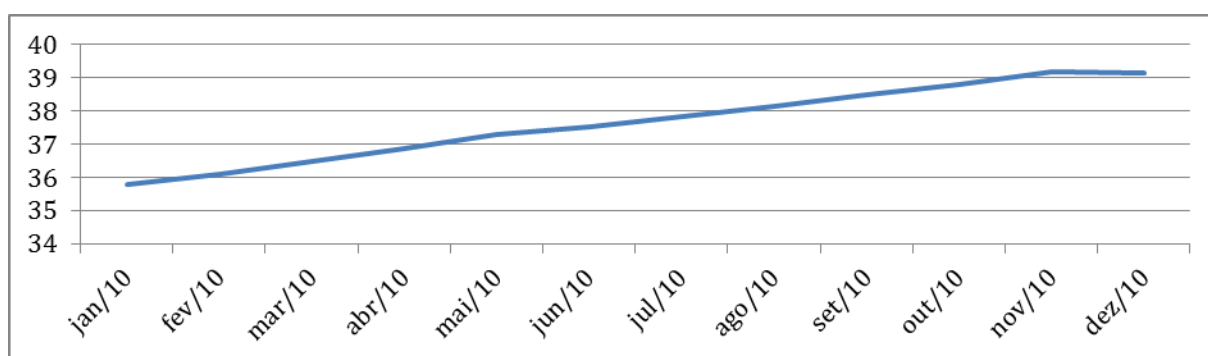


Figura 39 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2010.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010. Elaborado pela autora.

O ano de 2010 continuou seguindo o ritmo de endividamento dos anteriores. Em janeiro do mesmo ano já havia 35,81% das famílias brasileiras endividadas e o ano fechou com 39,16% em dezembro, ou seja, um aumento de 3,35%, aumento este que como em 2009 continuou a se aproximar da média dos três primeiros anos analisados. Esse ano também não houve nenhuma redução como ocorreu até o ano de 2008. Não podemos deixar de lembrar que o país precisava se recuperar da crise financeira internacional que ocorreu em 2008/2009.

O endividamento das famílias brasileiras em 2010 continuou crescendo, houve um aumento de 3,85% comparado a média registrada entre 2009/2010.

2.8 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2011

Segundo o relatório anual do Banco Central, o mercado de trabalho manteve evolução favorável em 2011.

A formalização do emprego se intensificou em 2011, registrando-se aumento de 6,2% no número de empregados com carteira de trabalho assinada no Brasil e recuos respectivos de 5,3% e 0,6% nos contingentes de trabalhadores sem carteira e que trabalham por conta Própria.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram criados 1,6 milhão de empregos formais em 2011, terceiro melhor resultado desde o início da série, em 1985, mas 26,7% inferior ao observado em 2010.

Tabela 39 Massa Salarial Ampliada disponível – 2011.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/11	133.479,60	jul/11	146.139,20
fev/11	137.216,80	ago/11	148.012,10
mar/11	136.286,50	set/11	152.900,90
abr/11	138.520,00	out/11	146.113,40
mai/11	140.631,20	nov/11	162.051,20
jun/11	145.407,30	dez/11	185.692,20

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011.

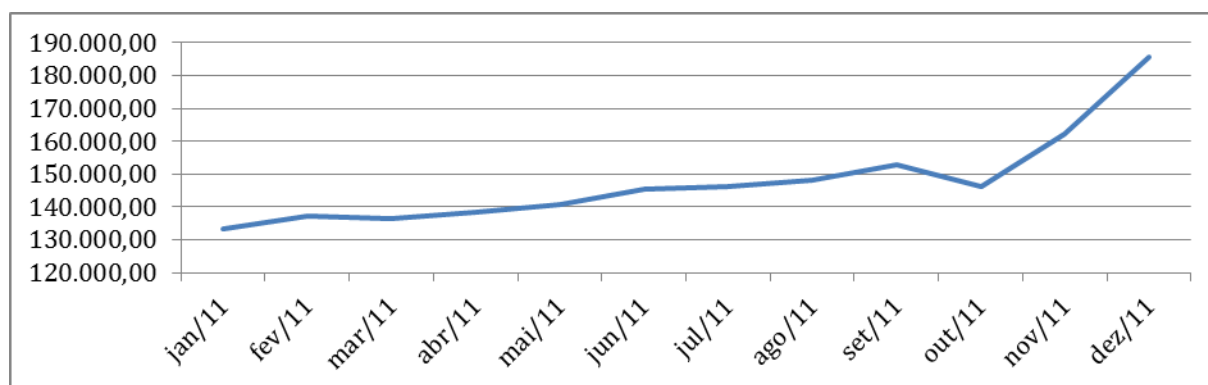


Figura 40 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível – 2011.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011.

A massa salarial ampliada disponível em 2011, apresentou um crescimento gradual ao longo do ano, sofreu queda nos meses de setembro para outubro, recuando de R\$ 152.900,90 para R\$ 146.113,40, depois voltou a subir em disparada nos dois últimos meses do ano, registrando em dezembro R\$ 185.692,20.

O BCB iniciou um processo de elevação dos juros o que fez com que no ano de 2011 a taxa SELIC continuasse a subir. Em janeiro a taxa estava em 11,25%, esta continuou a subir até alcançar o nível de 12,5% em julho. Nos meses posteriores ela começou a cair, fechando o ano com 10,5%.

O COPOM promoveu cinco elevações consecutivas, na taxa básica de juros.

Nas reuniões realizadas em agosto, outubro e em novembro, o COPOM avaliou que o impacto sobre a inflação dos choques de oferta registrados na primeira metade do ano e que os riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda passavam a ocorrer em intensidade decrescente. O COPOM ponderou que o cenário prospectivo para a inflação passava a acumular sinais favoráveis e procedeu três cortes consecutivos, na taxa SELIC, fixada em 11,0% a.a.

Tabela 40 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2011.

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/11	88,3%	3,5%	-15,8%	24,8%
fev/11	87,9%	3,2%	-12,4%	25,4%
mar/11	75,1%	3,3%	-13,2%	21,4%
abr/11	69,8%	3,4%	-12,4%	20,3%
mai/11	65,5%	5,0%	-10,4%	20,6%
jun/11	62,2%	7,5%	-9,2%	21,6%
jul/11	59,2%	10,1%	-8,5%	22,5%
ago/11	55,5%	12,9%	-7,0%	23,4%
set/11	50,8%	14,9%	-6,3%	23,4%
out/11	45,3%	16,2%	-4,8%	23,0%
nov/11	39,9%	17,6%	-3,6%	22,4%
dez/11	35,3%	18,6%	-3,6%	21,5%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

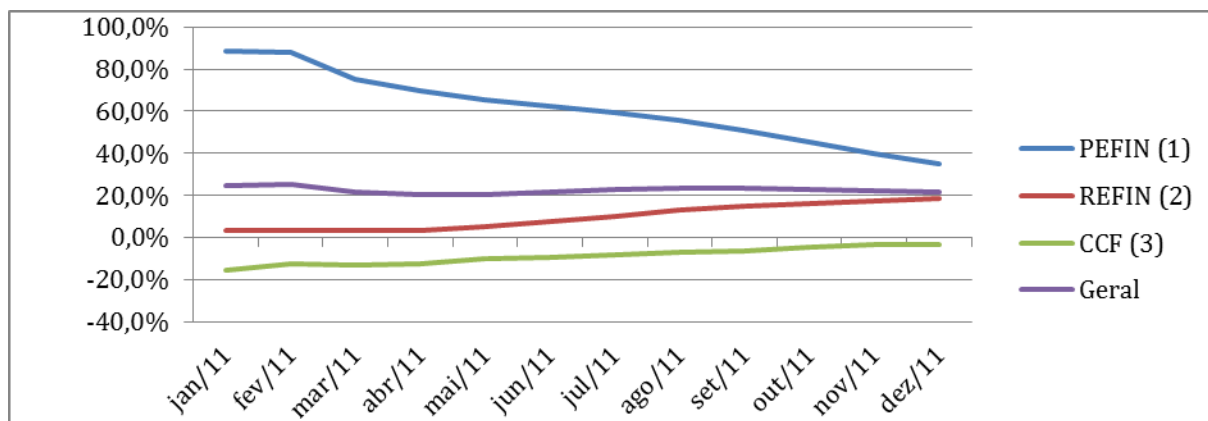


Figura 41 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor - 2011

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 41, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, apresentou no primeiro trimestre uma queda de 13,2% pois em janeiro registrou 88,3% e em março 75,1%, o segundo trimestre continuou em queda, esta foi de 7,6%, em abril estava com 69,8% e em junho registrou 62,2%, no terceiro trimestre a queda foi de 8,4%, em julho estava com 59,2% e em setembro 50,8%, e no último trimestre a redução foi de 10%, em outubro estava em 45,3% e em dezembro 35,3%. Graficamente percebe-se que este indicador sofreu forte queda ao longo do ano.

Na coluna do REFIN, observa-se que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre teve uma queda de 0,3% de janeiro para fevereiro e em março subiu 0,1%, esta ficou em 3,3% em março, o segundo trimestre foi de alta de 4,1%, em abril estava em 3,4% e em junho 7,5%, o terceiro trimestre continuou em alta, esta foi de 4,8%, estava em 10,1% em julho e foi para 14,9% em setembro, no último trimestre a alta foi de 2,4%, estava com 16,2% em outubro e 18,6% em dezembro.

Na coluna do CCF observa-se que este ficou o ano inteiro negativo, no primeiro trimestre o indicador saiu da casa dos -15,8% em janeiro para -12,4% em fevereiro depois foi para -13,2% em março, uma variação média de -13,8%, no segundo trimestre uma redução de -3,2%, pois registrava em abril -12,4% e em junho -9,2%, no terceiro trimestre a redução foi de -2,2%, em julho estava em -8,5% e em setembro -6,3%, e no último trimestre a redução foi de -1,2% de outubro para novembro, em dezembro permaneceu igual ao mês anterior, iniciou em -4,8% e

encerrou em -3,6%. Graficamente percebe-se que este indicador teve uma linha ascendente negativa.

Na coluna do GERAL, no primeiro trimestre houve uma elevação de 0,6% de janeiro para fevereiro, e em março teve uma queda de 4%, com oscilação média de 23,9%, no segundo trimestre este indicador apresentou uma alta de 1,3%, saiu de 20,3% em abril para 21,6% em junho, no terceiro trimestre continuou a subir, de julho para agosto aumentou 0,9%, estava em 22,5% e 23,4% respectivamente, em setembro permaneceu igual ao mês anterior, no último trimestre caiu 0,4% em relação ao mês anterior, já que estava em 23% e encerrou em dezembro em 21,5% uma redução de 1,5%. Graficamente percebe-se uma pequena oscilação neste indicador, sua média foi de 22,5%.

Tabela 41 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2011

Data	%	Data	%
jan/11	39,53	jul/11	40,98
fev/11	39,87	ago/11	41,43
mar/11	40,14	set/11	41,51
abr/11	40,34	out/11	41,74
mai/11	40,76	nov/11	41,88
jun/11	40,88	dez/11	41,72

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011.

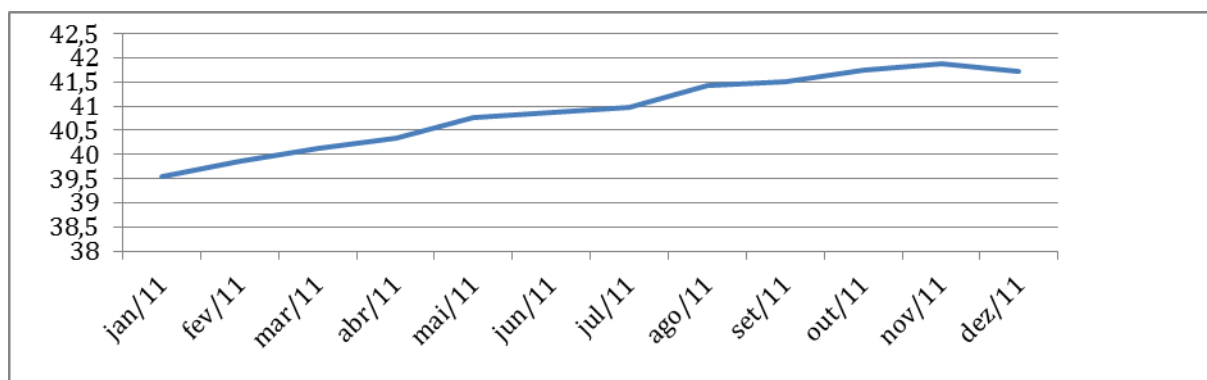


Figura 42 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2011.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011.

O ano de 2011 continuou seguindo o ritmo de endividamento dos anteriores. Em janeiro do mesmo ano já haviam 39,53% das famílias brasileiras

endividadas e o ano fechou com 41,72% em dezembro, ou seja, um aumento de 2,19%, o que representou uma queda nesse aumento dos endividamentos, comparado aos últimos três anos analisados. Em 2011, como nos primeiros anos analisados houve uma redução no índice no mês de dezembro, muito provavelmente por consequência do décimo terceiro salário, como já falamos anteriormente.

Os números acima, nos mostra que endividamento das famílias brasileiras sofreu um impacto de 1,16% na variação de 2010 para 2011.

2.9 COMPORTAMENTOS DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS, INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2012

Segundo o relatório anual do Banco Central, o mercado de trabalho manteve evolução favorável em 2012, mesmo em ambiente de desaceleração da atividade econômica.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram criados 868 milhões de empregos formais no Brasil em 2012, ante 1,6 milhão no ano anterior, resultando em elevação anual de 3,1% no nível de empregos formais.

Tabela 42 Massa Salarial Ampliada disponível – 2012.

Data	R\$ (milhões)	Data	R\$ (milhões)
jan/12	149.181,60	jul/12	159.243,50
fev/12	154.951,50	ago/12	163.627,50
mar/12	154.194,00	set/12	171.095,20
abr/12	153.431,90	out/12	166.561,80
mai/12	157.023,60	nov/12	181.121,20
jun/12	159.359,30	dez/12	208.513,10

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012.

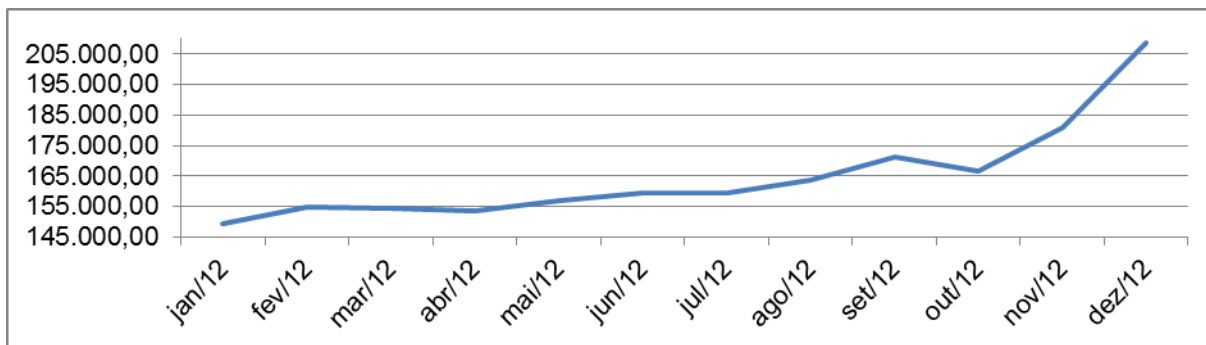


Figura 43 - Gráfico da Massa Salarial Ampliada disponível - 2012
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. Elaboração da autora.

A massa salarial ampliada disponível em 2012, apresentou um crescimento gradual ao longo do ano, sofreu queda nos meses de setembro para outubro, recuando de R\$ 171.095,20 para R\$ 166.561,80, depois voltou a subir em disparada nos dois últimos meses do ano, registrando em dezembro R\$ 208.513,10.

O COPOM promoveu cortes consecutivos durante todo o ano de 2012.

Na reunião de março, o COPOM ponderou que, desde a última reunião, o cenário central para a inflação havia evoluído, em linhas gerais, conforme esperado pelo Comitê, que, dessa forma, não detectava mudanças substantivas nas estimativas para o ajuste total das condições monetárias subjacente a esse cenário. À vista disso, dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, o COPOM decidiu reduzir a taxa SELIC.

Nas reuniões de abril e de maio, confirmada a desaceleração da economia brasileira no segundo semestre de 2011, maior do que se antecipava, que eventos recentes indicavam postergação de uma solução definitiva para a crise financeira europeia; o COPOM continuou reduzindo a taxa SELIC.

Na reunião de julho, considerando que a recuperação da atividade econômica doméstica, o COPOM decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa SELIC. Em agosto e em outubro, a taxa SELIC, chegou na casa dos 7,50% a.a. para 7,25% a.a., nas últimas reuniões do ano, o COPOM decidiu por unanimidade decidiu manter a taxa SELIC em 7,25% a.a.

Tabela 43 Indicador de Inadimplência do Consumidor - Variação Acumulada Anual – 2012

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/12	3,8%	28,9%	2,5%	16,6%
fev/12	7,3%	29,2%	-1,7%	17,4%
mar/12	12,0%	28,0%	-5,2%	18,2%
abr/12	15,9%	27,5%	-4,7%	19,6%
mai/12	19,3%	25,5%	-4,8%	20,0%
jun/12	21,6%	22,1%	-5,9%	19,1%
jul/12	22,8%	18,0%	-5,5%	17,8%
ago/12	24,1%	14,0%	-6,0%	16,2%
set/12	25,3%	11,3%	-6,9%	15,3%
out/12	26,8%	9,9%	-6,7%	15,3%
nov/12	28,0%	8,9%	-8,1%	15,1%
dez/12	28,8%	8,2%	-8,3%	15,0%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

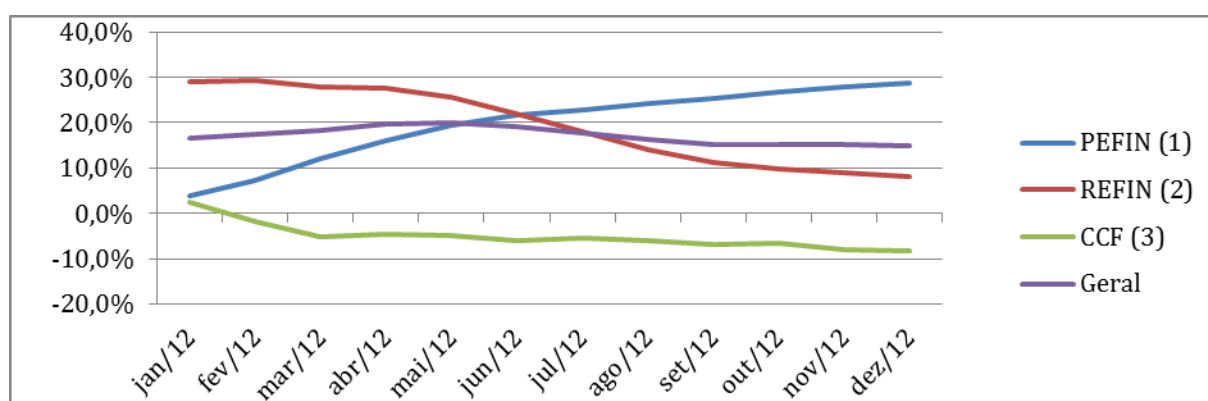


Figura 44 - Gráfico da Inadimplência do Consumidor – 2012.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaboração da autora.

Como pode-se observar na primeira coluna da tabela 44, o PEFIN, fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, apresentou no primeiro trimestre uma elevação de 8,2%, saiu de 3,8% em janeiro para 12% em março, já no segundo trimestre subiu 5,7%, registrou 15,9% em abril e foi para 21,6% em junho, no terceiro trimestre subiu 2,5%, registrou 22,8% em julho e subiu para 25,3% em setembro, e no último trimestre continuou crescendo como nos três primeiros, este teve um aumento de

2%, saiu de 26,8% em outubro para 8,8% em dezembro. Gráficamente percebe-se uma linha crescente ao longo de todo o ano.

Na coluna do REFIN, observa-se que o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, no primeiro trimestre teve uma elevação de 0,4% entre janeiro e fevereiro, em março caiu 1,2%, quando registrou 28%, o segundo trimestre teve uma queda de 5,4%, saiu de 27,5% em abril para 22,1% em junho, o terceiro trimestre continuou em queda, esta foi de 6,7%, pois estava com 18% em julho e em setembro registrou 11,3%, nos dois últimos continuou a cair, a queda foi de 1,7%, saiu de 9,9% em outubro para 8,2% em dezembro. Gráficamente observa-se o contrário que aconteceu no PEFIN, pois esta veio decrescendo ao longo do ano, esta queda teve uma acentuação a partir de maio.

Na coluna do CCF observa-se que no primeiro trimestre o indicador saiu da casa dos 2,5% em janeiro para -5,2% em março, uma oscilação média de -1,4%, no segundo trimestre iniciou abril com -4,7% e chegou em junho com -5,9%, no terceiro trimestre iniciou com -5,5% em julho e chegou em -6,9% em setembro, no último trimestre iniciou outubro com -6,7% e em dezembro estava na casa dos -8,3%. Gráficamente percebe-se uma queda negativa mais acentuada no primeiro semestre, e que nos demais meses de 2012 continuou ocorrendo em linha crescente negativa de forma gradativa.

Na coluna do GERAL, o primeiro trimestre apresentou alta de 1,6%, saiu de 16,6% em janeiro para 18,2% em março, no segundo trimestre apresentou um aumento de 0,4% de abril para maio e uma redução de 0,9% em junho, no terceiro trimestre houve uma redução de 2,5%, já que em julho registrava 17,8% e em setembro 15,3%, no último trimestre, outubro permaneceu igual ao que foi registrado no mês anterior, e nos dois últimos meses reduziu 0,3%, pois fechou dezembro com 15%. Gráficamente observa-se uma linha de alta até o mês de maio e depois esta começou a cair.

Tabela 44 Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – 2012.

Data	%	Data	%
jan/12	42,08	jul/12	43,43
fev/12	42,22	ago/12	43,80
mar/12	42,39	set/12	43,52
abr/12	42,60	out/12	43,55
mai/12	42,86	nov/12	43,58
jun/12	43,2	dez/12	43,44

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012.

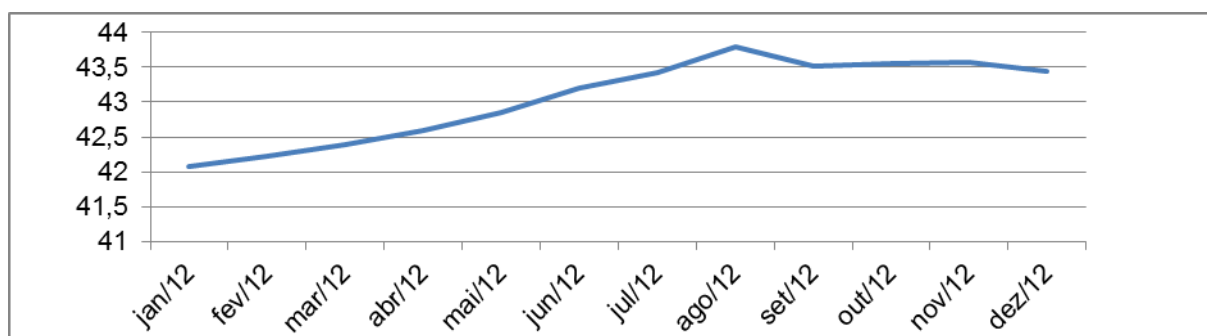


Figura 45 - Gráfico do Endividamento das famílias – 2012.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. Elaborado pela autora.

O ano de 2012 continuou seguindo o ritmo de endividamento dos anteriores. Em janeiro do mesmo ano já havia 42,08% das famílias brasileiras endividadas, considerando que atingiu o maior registro no mês de agosto quando atingiu 43,8%, depois caiu 0,28% em setembro, subiu nos dois meses seguintes e fechou o ano com 43,44% em dezembro. Esse ano fugiu bastante do que aconteceu nos demais, uma vez que seu maior registro foi em agosto, depois disso houve oscilações de queda, alta, alta e queda novamente, com isso é possível ver que no ano de 2012 o crescimento do endividamento das famílias no último quadrimestre do ano foi menor comparados aos demais anos analisados.

Para finalizarmos o capítulo, vimos que mesmo que o desemprego tenha caído conforme os dados do Ipeadata, sabemos que isso se dá por conta da maneira que é calculado a taxa do desemprego, como já vimos que as pessoas que ganham os benefícios do governo embora que pouco, dependendo da região onde moram preferem ter só eles como fonte de renda do que procurar uma outra.

Ainda sobre o desemprego, o número de demissões sem justa causa, segundo o CAGED é bem alto no período analisado, considerando o total de desligamentos/demissões no período foi de 2.026.262 milhões.

O aumento do consumo das famílias cresceu gradualmente, tem uma pequena retração no último trimestre de 2008 e primeiro de 2009, devido a crise financeira internacional que explodiu nesse período. E foi possível ver mesmo que, o consumo tenha aumentado da maneira que foi, entre o salário mínimo nominal e o necessário existe uma discrepância muito grande, que só quem é assalariado pra saber como é árdua a missão de elaborar um orçamento equilibrado que não leve a inadimplência.

Observa-se que de forma geral a massa salarial sempre aumenta em meados de novembro, em alguns anos com mais força que outros.

Foi possível observar que a SELIC veio oscilando sempre em um sentido de queda, desde o início do período, esta teve seu primeiro pico de alta em meados de 2008/2009, por conta da crise, conforme já citado anteriormente, depois volta a se elevar entre o final de 2010 e começo de 2012.

Nos dados que tratam a inadimplência do consumidor, com variação acumulada anual, o PEFIN, que como já visto é o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, manteve oscilações em torno dos 20% até dezembro de 2006, depois ficou entre -15% e 0,5 até março de 2010, depois disparou até chegar em quase 90% em janeiro de 2011 e seguiu em queda até dezembro, no início de 2012 voltou a subir novamente.

O REFIN, que é o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos, se comportou de forma contrária ao PEFIN, a única diferença é que de janeiro de 2011 até fevereiro de 2012 este indicador subiu, e que depois até o fim do período de análise ele foi caindo.

O CCF, que considera nesse caso o Fluxo mensal de cheques devolvidos por insuficiência de fundos (2a. devolução), oscilou de forma parecida com o PEFIN, até setembro de 2009, depois o índice ficou em torno de -32% em janeiro de 2010, depois veio reduzindo até chegar em 2,5% em janeiro de 2012, e nos meses restante do período ele voltou a oscilar negativamente até chegar em -8,3% em dezembro.

E no indicador GERAL, este se comportou boa parte do tempo como o PEFIN, mas em proporções moderadas, até janeiro de 2010, e no restante do período como o REFIN, ficando negativo em setembro de 2007 e depois entre janeiro a julho de 2010.

O endividamento da famílias também cresceu significativamente durante todo o período, apresentando uma leve redução entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009, depois continuou crescendo até o final de 2012.

3 RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA

Por meio do crédito pode-se ver que é possível aumentar o nível das atividades econômicas, e que seu uso indevido ou até mesmo o mal concedimento pode acarretar no aumento do endividamento das famílias, que enquanto pessoas físicas pode provocar uma variação na inadimplência.

Com isso, vamos recapitular como estava a política monetária no período, e fazer uma análise mais aprofundada de como estava o PIB, e ver de uma forma geral como se comportaram as variáveis analisadas ao longo do período.

Ao longo do período a política monetária em 2005, partiu das conquistas em relação a estabilidade de preços. O COPOM manteve a estratégia de elevação gradual da taxas de juros, e a partir de setembro começou o processo de flexibilização da política monetária. As condições da oferta de crédito estiveram associadas, em parte ao comportamento da taxa SELIC e ao esfriamento que a atividade econômica estava sofrendo.

O desempenho que o crédito teve, refletiu no aumento das contrações das pessoas físicas devido ao aumento expressivo dos empréstimos consignados, que são descontados em folha de pagamento com os encargos financeiro reduzido.

Em 2006, o objetivo foi assegurar os ganhos da manutenção da estabilidade de preços. O COPOM reduziu a meta para a taxa SELIC.

No ano de 2007, o comportamento dos preços se traduziu pela continuidade na condução da política monetária. O COPOM manteve a flexibilização da política monetária, e esta continuou caindo.

Em 2008, a condução mais restritiva do COPOM em relação à política monetária, a aceleração da economia doméstica justificavam a redução dos estímulos monetários iniciado no último quadrimestre de 2005.

Em 2009, condução da política monetária foi pautada pelo acirramento da crise mundial, observado na segunda metade de 2008, sobre a trajetória da atividade econômica interna. O COPOM optou pela reversão da postura mais restritiva adotada ao longo de 2008.

No ano de 2010, complementarmente às decisões adotadas no âmbito do COPOM que foi de elevação da SELIC, um conjunto de medidas de natureza macro prudencial, com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de regulação,

assegurar a estabilidade do SFN e permitir a continuidade do desenvolvimento sustentável do mercado de crédito.

Em 2011, o COPOM optou por continuar elevando a SELIC até meados de setembro, depois realizou três cortes consecutivos, 2012 voltou a reduzi-la até registrar 7,25% no dois últimos meses do período analisado.

A seguir veremos como se comportou o PIB (Produto Interno Bruto) ao longo do período analisado.

PIB, segundo Sandroni (1999) é:

Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços.

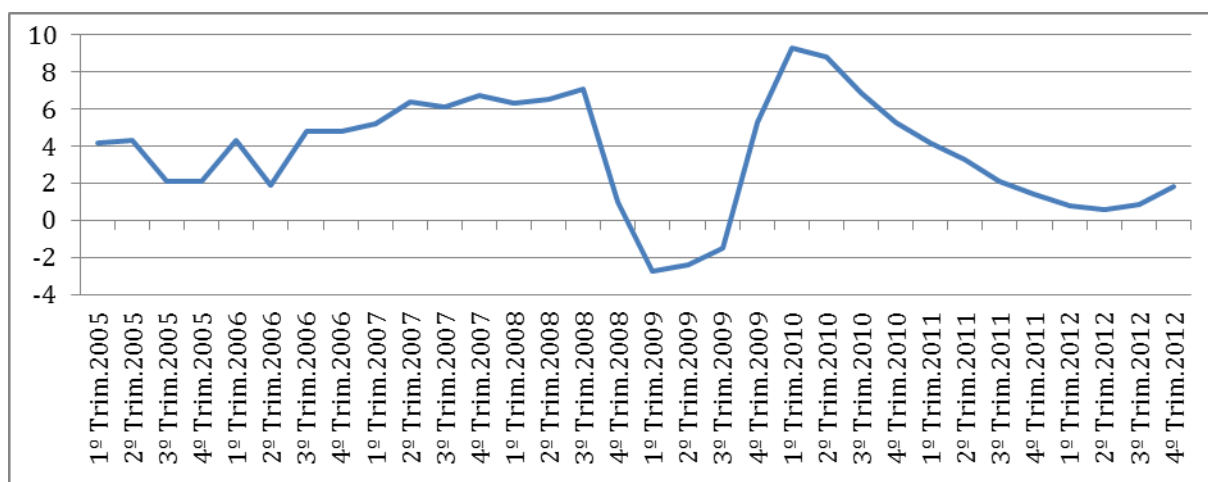


Figura 46 – Gráfico PIB trimestral 2005 a 2012.

Fonte: IBGE, 2012.

* Ver anexo A

O PIB em 2005, refletiu no aumento da demanda interna, em função das melhores condições de crédito e recuperação gradual que houve dos rendimentos reais e do emprego, e do bom desempenho do comércio exterior. Pela análise trimestral vemos que do primeiro para o segundo houve um aumento de 0,1%, no entanto no seguinte sofreu uma redução de 2,2% e permaneceu inalterado no último trimestre. O PIB ficou com um crescimento médio de 3,1%.

Em 2006, o desempenho do mercado interno foi determinante para o aumento do PIB, uma vez que houve uma contribuição negativa por parte do setor

externo. Considerando a análise trimestral o primeiro trimestre recuperou os 2,2% que havia perdido nos últimos dois do ano anterior, porém comparado ao segundo sofreu uma redução de 2,4%, mas nos dois seguintes se estabilizou com um aumento de 2,9%. O PIB ficou com um crescimento médio de 3,9%.

O resultado positivo que o PIB conquistou em 2007 deve-se ao fato da continuidade do fortalecimento da demanda interna e pelo crescimento de investimentos que ocorreram no período. No primeiro trimestre houve uma elevação de 0,4% comparado ao anterior, no próximo o aumento foi de 1,2%, no terceiro houve uma queda de 0,3% e no último uma elevação de 0,6% comparado ao anterior. O PIB ficou com um crescimento médio de 6,1%.

Em 2008 o resultado do PIB refletiu o dinamismo experimentado pela atividade econômica, e traduziu, mais uma vez, a contribuição positiva da demanda interna, com ênfase na aceleração registrada nos investimentos no período anterior à intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais.

No primeiro trimestre houve uma redução de 0,4% comparado ao anterior, no segundo uma elevação de 0,2%, no terceiro uma de 0,6%, no entanto no último sofreu uma redução de 6,1%. O PIB ficou com um crescimento médio de 5,2%, uma redução de 0,9% comparado a média do ano anterior, mas essa redução se deve ao reflexo sofrido por conta da crise financeira internacional.

O resultado em 2009 consistente com os dois períodos distintos experimentados pela economia brasileira após a intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais ao longo do ano.

Em um primeiro momento de recessão, por conta das medidas temporárias de renúncia fiscal do governo federal que ocorreu nos três primeiros trimestres do ano, sendo que o primeiro registrou uma queda de 3,7%, e nos outros dois se recuperou com 0,3% e 0,9% respectivamente, já no último trimestre entrou em expansão, registrou um aumento de 6,8%, devido principalmente a intensificação dos investimentos. O PIB ficou com um crescimento médio de -0,3%, mesmo com a recuperação no último trimestre do ano resultado negativo dos três primeiros puxaram a média para baixo.

Em 2010 a economia brasileira, impulsionada pelo cenário internacional mais favorável e pela solidez da demanda interna, registrou o crescimento anual do PIB mais acentuado desde 1986. O primeiro trimestre cresceu 4% em relação ao anterior, o segundo teve uma leve redução de 0,5%, o terceiro a

redução foi de 1,9% e no último 1,6%. O crescimento médio foi de 7,5%, devido a situação mais favorável em que a economia já se encontrava.

Em linha com a evolução do ambiente internacional, a economia brasileira não repetiu o mesmo crescimento registrado no ano anterior. No primeiro trimestre o PIB registrou uma queda de 1,1% comparado ao anterior, no segundo uma de 0,9%, no terceiro de 1,2% e no último 0,7%, nesse contexto, o PIB registrou média anual de 2,7% em 2011.

A economia brasileira apresentou menor dinamismo em 2012, embora com intensificação do ritmo de crescimento ao longo do ano. No primeiro trimestre este apresentou uma redução de 0,6%, no segundo de 0,2%, no terceiro uma elevação para 0,3% e no último trimestre o aumento foi de 0,9%. Pelos dados observa-se uma variação média de 1,0% no PIB. No entanto, segundo o relatório Anual do Banco Central essa variação foi de 0,9%.

Ao observar o gráfico, percebe-se que dentro do período analisado o de maior retração é o que engloba o terceiro trimestre de 2008 até o mesmo período de 2009, período este em que a média de crescimento foi de 0,3%. Este foi o momento em que ocorreu a crise financeira internacional, e que embora o Brasil não tenha sido afetado com a mesma proporção como outros países, esta impactou no resultado do nosso PIB, e levando em conta os anos aqui analisados que estavam em crescimento neste período específico houve uma redução drástica, e que embora tenha se recuperado em 2010, por conta do cenário mais favorável em que se encontrava a economia, 2011 e 2012 voltou a ter um resultado menos intensificado em relação a evolução que vinha sido apresentada nos primeiros anos estudados.

3.1 PANORAMA DO CRÉDITO E DOS JUROS DE 2005 A 2012

Neste tópico, retomaremos aos fatos que aconteceram com o crédito e a taxa de juros ao longo do período analisado, levando em conta a condução da política monetária que foi comentada no início deste capítulo.

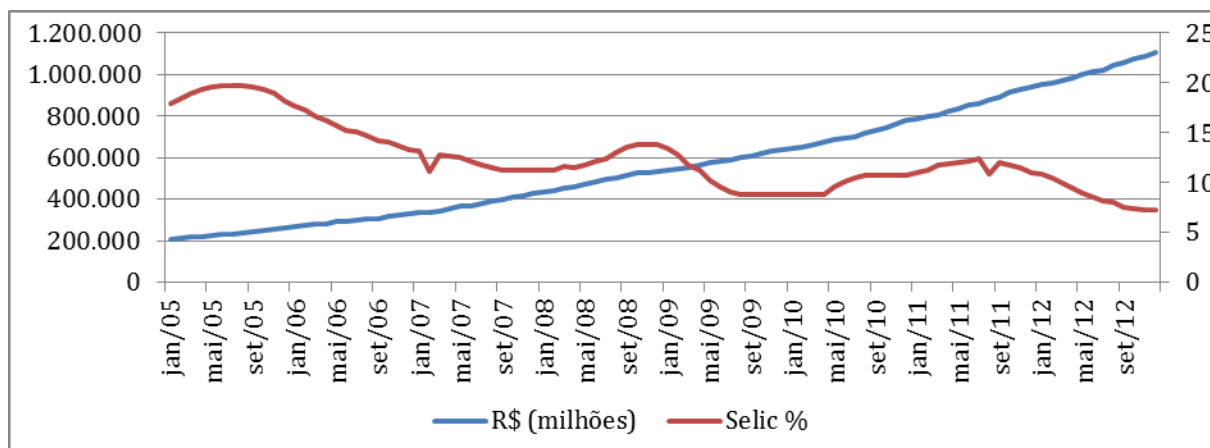


Figura 47 - Gráfico do Crédito X Juros 2005 a 2012.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. IPEADATA. Elaborado pela autora.

***Ver Anexo B**

Conforme observa-se no gráfico acima, enquanto o crédito veio seguindo uma linha de alta a taxa de juros seguiu em linha contrária, pois devido a proporção em que uma subia ou caía a outra se comportava da forma contrária.

Embora a linha do crédito sempre tenha crescido, observa-se que em 2009 por conta dos efeitos da crise financeira internacional foi reduzida de forma leve. A postura do COPOM perante a SELIC, que vinha em sua maior parte em um processo de queda, no ano de 2008 apresentou alta e ao longo de 2009 registrou constante queda até abril de 2010, isso levando ao fato da medida que o governo teve que tomar para atenuar os efeitos da crise.

Em maio de 2010 a SELIC entrou novamente em uma fase de expansão, voltando para recessão em setembro de 2011, esse comportamento se deve as medidas que o COPOM tem que tomar perante ao cenário econômico em que o país se encontrava.

Os juros só tiveram uma redução mais expressiva a partir de maio de 2012, possivelmente pelo efeito da queda das taxas de juros praticadas pelos bancos públicos.

3.2 PANORAMA DA INADIMPLÊNCIA, COMPORTAMENTO DA MASSA SALARIAL, TAXA DE JUROS E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE 2005 A 2012

Podemos perceber que há uma discrepância em relação aos dados do Ipeadata e do CAGED em relação aos dados do desemprego, pois enquanto a taxa do desemprego sofre queda, o número de desligamentos, ou seja, demissões veio subindo conforme já explicado no item 2.1.

Vimos que no geral o consumo das famílias de acordo com a ótica do PIB cresceu gradativamente ao longo do período com algumas oscilações, mais visível conforme gráfico 20, entre 2008/2009 por conta dos reflexos da crise financeira internacional.

A taxa de juros como já foi dito, o COPOM em sua maior parte do período, tendeu a queda voltando a sofrer elevação em um primeiro momento por conta da crise em 2008/2009, e depois voltou a subir por mais um período entre 2010/2011 mas encerrou o período em queda.

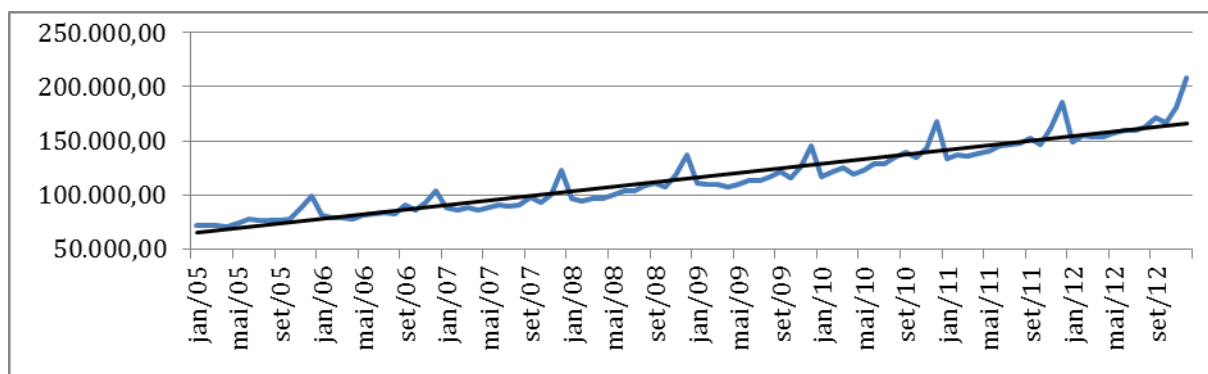


Figura 48 - Gráfico da Massa Salarial 2005 a 2012.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. Elaborado pela autora.

*Ver Anexo C

A massa salarial cresceu também significativamente ao longo do período, tendo arrancadas um pouco mais relevantes nos dois últimos meses de cada ano, isto por conta do pagamento do décimo terceiro salário e de algumas empresas através de convenções coletivas aumentarem o salário de seus trabalhadores nesses meses.

Existe uma tendência de aumento no último trimestre de cada ano, isso se deve ao fato de que nesse período são pagos o décimo terceiro salário e de que algumas empresas aumentem o salário de seus colaboradores nessa época do ano.

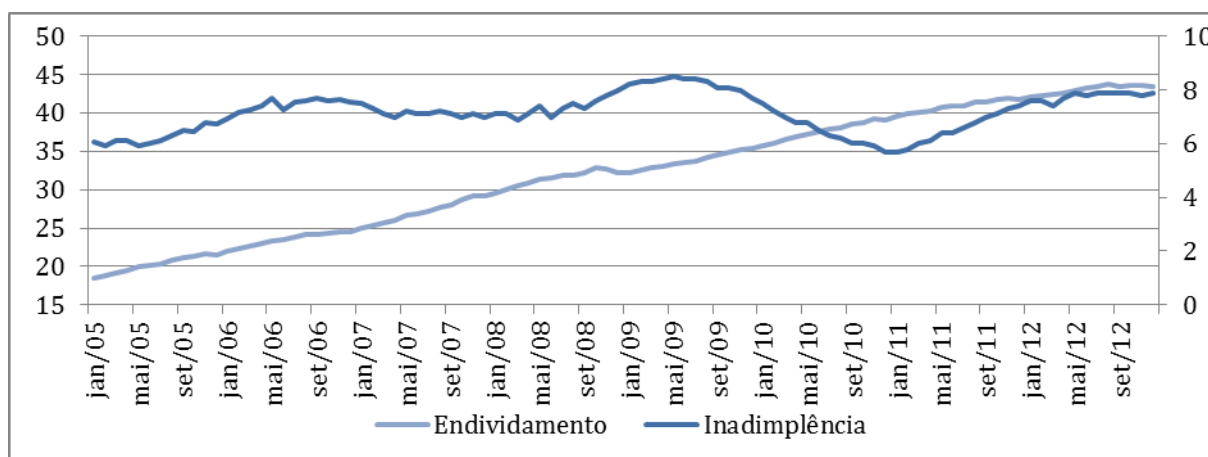


Figura 49 - Gráfico do Endividamento das Famílias e Inadimplência - 2005 a 2012.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. Elaborado pela autora.

*Ver Anexo D

O endividamento das famílias se comportou da mesma forma que o consumo das famílias, cresceu de forma gradativa ao longo dos anos com uma leve redução entre 2008/2009.

O que se observa é que nos últimos trimestres de cada ano têm-se uma redução na proporção do endividamento das famílias.

A inadimplência como observa-se no gráfico teve uma média de 7,0% até o mês de setembro de 2008, quando a crise financeira de 2008 eclodiu, depois até maio de 2009 essa média ficou em torno de 8,14%. Depois disso, a inadimplência foi caindo até o mês de fevereiro de 2011 quando a média do período era de 6,97%, depois disso seguiu uma linha de alta até no final do período analisado.

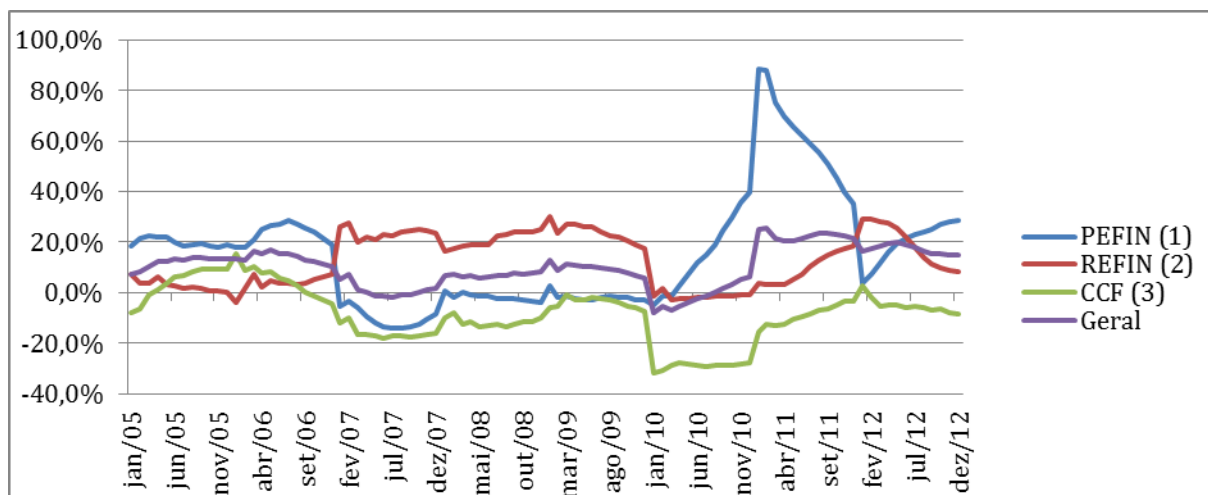


Figura 50 - Gráfico Inadimplência do Consumidor - 2005 a 2012.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. Elaborado pela autora.

*Ver Anexo E

A inadimplência levando em conta as variáveis que consideram o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras (PEFIN), o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos (REFIN) e os cheques devolvidos por insuficiência de fundos segunda devolução (CCF).

Pode-se ver que as dívidas junto as instituições financeiras, cartões de créditos e empresas não financeiras e as dívidas em atraso junto aos bancos, até o final de 2009 comportaram –se de forma inversa, enquanto as dívidas junto aos bancos cresceram de maneira gradual até janeiro de 2012, a primeira variável cresceu de forma disparada até janeiro de 2011 e depois caiu no mesmo ritmo da arrancada até janeiro de 2012, depois voltaram a se comportar de maneira inversa. Já a devolução de cheques sem fundos motivo 12, se comportou de forma bem semelhante ao atraso das dívidas perante aos bancos. Já ao comportamento do índice geral ficou entre as linhas do REFIN e CCF, conforme pode-se observar no gráfico.

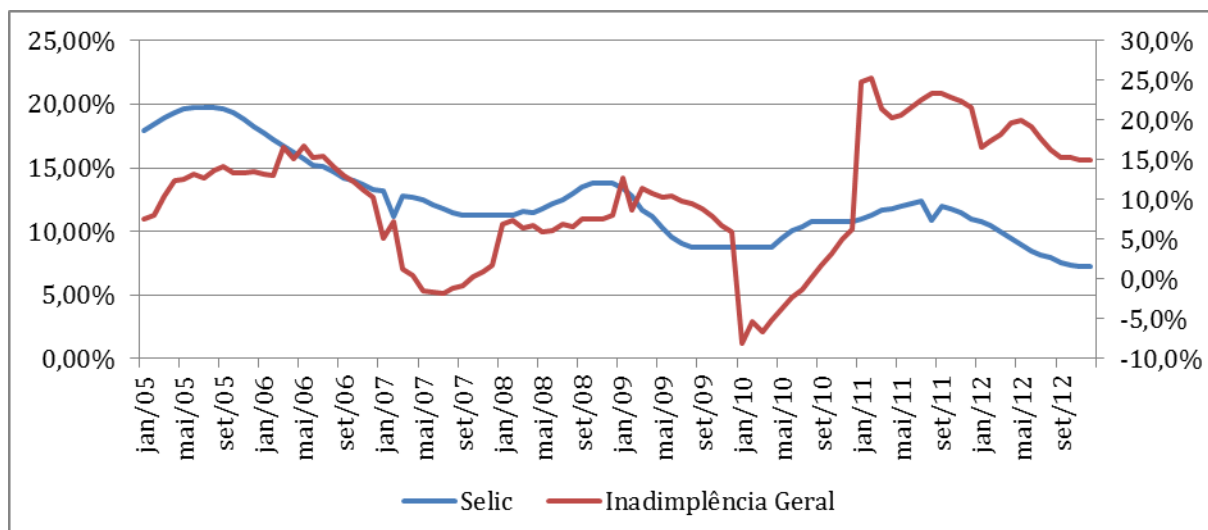


Figura 51 - Gráfico Inadimplência Geral e da taxa SELIC - 2005 a 2012.

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014. IPEADATA. Elaborado pela autora.

A taxa SELIC veio crescendo até agosto de 2005, mas começou a cair, a partir daí até fevereiro de 2008, a inadimplência levando em conta a média geral da devolução de cheques sem fundos pela segunda apresentação, as dívidas em atraso junto aos bancos, financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, cresceu durante todo o ano de 2005, de 2006 até julho de 2007 veio decrescendo, onde foi subindo até janeiro de 2009.

Nos meses de março até dezembro de 2008 a SELIC veio aumentando, e a partir de abril de 2010 esta voltou a se elevar, apresentando queda setembro de 2011 ao final do período. Já a inadimplência veio caindo até junho de 2010, depois veio subindo até fevereiro de 2011. Nos meses de março a maio de 2011 houve uma pequena redução, aumentando até o mês de maio de 2012 e nos meses seguintes seguiu em queda até o final do período analisado.

3.3 CRÉDITO X INADIMPLÊNCIA

A fim de esclarecer o objetivo do trabalho, que é estabelecer se existe correlação entre a expansão do crédito e o comportamento da inadimplência. Sendo assim, vamos utilizar o cálculo de correlação para ver qual é o nível entre as duas variáveis e analisar de maneira ampla, os dados do volume de crédito disponível as famílias de acordo com o BCB e a inadimplência pessoa física segundo dados do Ipeadata.

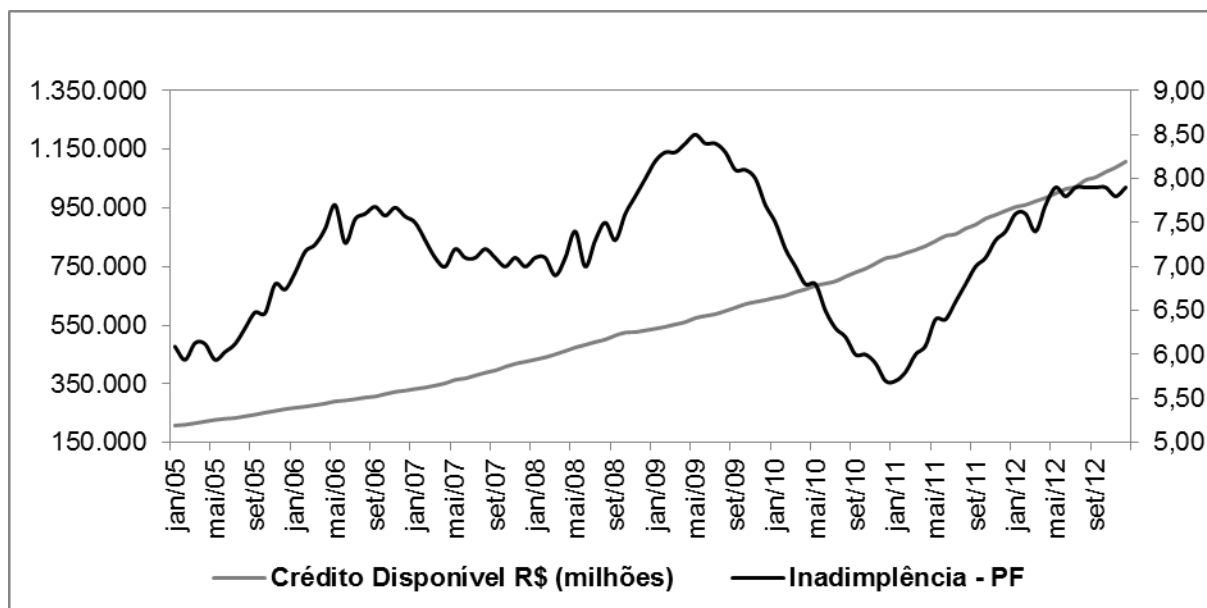


Figura 52 - Gráfico do Crédito X Inadimplência 2005 a 2012.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. IPEADATA. Elaborado pela autora.

*Ver Anexo G

Através do cruzamento das variáveis e do cálculo de correlação (anexo F), vemos graficamente que com a superposição do comportamento das duas, nos mostra que o aumento do crédito e o comportamento da inadimplência tem uma correlação fraca.

Ao analisarmos o gráfico percebemos que de janeiro de 2005 a maio de 2006 a inadimplência seguiu em alta, em junho teve uma queda, mas voltou a subir em julho até o mês de novembro do mesmo ano, depois entrou em recessão novamente até meados de março de 2008 quando voltou a subir, atingindo seu ápice em maio de 2009, depois caiu gradativamente até registrar seu ponto mais baixo, em dezembro de 2010, depois voltou a subir no restante do período.

No que se refere ao crédito vimos que esse seguiu uma tendência de alta em todo o período analisado, com uma pequena oscilação no início de 2009, onde essa expansão foi em uma escala menor.

A fim de detalhar mais a fundo o que ocorreu no Brasil no que tange o período da crise até o final do período analisado, serão levantados alguns pontos importantes que marcaram esse período em que houve essa variação maior na inadimplência.

A evolução do crédito bancário no Brasil, com enfoque nos meses que antecederam a eclosão da crise financeira global em setembro de 2008, com o

anúncio da falência do banco de investimentos Lehman Brothers Holdings Inc., representou um choque estritamente exógeno na economia brasileira.

Os efeitos da crise internacional repercutiram mais intensamente na economia brasileira a partir de setembro de 2008, em particular com a virtual paralisação do mercado de crédito, observa-se nesse período uma alta na inadimplência.

Entretanto, em 2009, observou-se retomada do processo de crescimento, com a elevação no saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Esse processo foi, decorrente de medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal no intuito de reduzir os efeitos da crise. A inadimplência seguiu a tendência de alta até o mês de maio, mas a partir daí entrou em recessão, esses aumentos foram revertidos devido a recuperação econômica e a retomada do crescimento do mercado de crédito brasileiro.

Então, com a repercussão da crise financeira internacional em 2008/2009 na economia brasileira, observou-se em 2009, e de forma mais acentuada em 2010, o aumento no saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Internacional. Neste ano, conforme observa-se no gráfico houve um recuo significativo nos níveis da inadimplência.

A elevação da inadimplência em 2011 resultou em aumento gradativo da seletividade na oferta de crédito para as famílias, particularmente nos financiamentos de veículos. Essa mudança foi caracterizada, entre outros aspectos, pela exigência de maiores pagamentos de entrada, que significou redução da relação entre o valor do financiamento e o valor do bem financiado.

Em 2012, as operações de crédito do sistema financeiro se mantiveram em expansão, no entanto, em ritmo mais moderado do que nos dois anos anteriores.

As condições do mercado de crédito seguiram favoráveis, expressas por recuos das taxas, que atingiram mínimos históricos, em ambiente de flexibilização da política monetária. Esse cenário favoreceu a redução do grau de comprometimento da renda das famílias com serviço de dívidas, concorrendo para a contenção dos índices de inadimplência.

Em relação à inadimplência, nota-se que, apesar da tendência decrescente de 2009 a 2011, em 2012 os níveis dessa componente ainda não retornaram aos patamares do período anterior à crise.

Com esse aumento da inadimplência nos primeiros meses de 2011, as Instituições Financeiras passaram a ser mais criteriosas nas novas concessões, explorando mais intensamente, por exemplo, o cadastro de seus próprios clientes bancários, dos quais possuem mais informações históricas.

Depois de detalhado esses pontos, percebe-se após a crise financeira internacional de 2008/2009, quando a inadimplência voltou a subir, as Instituições financeiras passaram a ser mais cautelosas e seletivas nas concessões de crédito, passaram a exigir mais dos seus tomadores em vista das informações históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo estabelecer o grau de correlação entre as variáveis crédito e inadimplência.

O primeiro passo foi analisar o volume de crédito disponível às famílias e o comportamento das taxas de juros. Depois de analisar como foi a política monetária ao longo do período e as ações tomadas pelo COPOM. Pelos gráficos, pode-se observar que enquanto o crédito seguiu uma linha de alta, a taxa de Juros foi caindo ao longo do período, com algumas oscilações devido a postura que o COPOM teve que assumir perante ao cenário econômico.

O segundo passo foi analisar a inadimplência, levando em conta variáveis como a taxa de desemprego, consumo das famílias, comportamento da massa salarial, endividamento das famílias, evolução do salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário e o comportamento da taxa de juros.

Ao longo do desenvolvimento deste tópico, a primeira coisa que chamou a atenção é a diferença que existe entre a taxa de desemprego e o número de desligamentos e demissões que ocorreram no período.

Esse fato, se deve pois os dados da taxa de desemprego levam em conta o percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, e que o cálculo considera as seis principais grandes regiões metropolitanas do Brasil. Com isso, a taxa de desemprego foi decaindo ao longo do período.

Já no que diz respeito aos desligamentos, vimos que esse dado cresceu gradativamente ao longo do período. Vimos que a porcentagem das pessoas demitidas, por justa causa, é muito pequena e as demissões ocorrem em sua maioria sem justa causa.

Outra questão vista, foi a discrepância existente entre o salário mínimo nominal e o necessário para a sobrevivência da população brasileira, que só veio a aumentar ao longo do período.

A massa salarial seguiu em alta ao longo de todo o período, sempre tendo picos maiores no último trimestre de cada ano, devido a ser um período que, como sabemos ser o do recebimento do décimo terceiro.

Foi analisada a inadimplência pela ótica de três variáveis, sendo elas a devolução de cheques sem fundos pela segunda apresentação, as dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, e as dívidas em atraso junto aos bancos.

Com essa análise de forma unificada, observou-se que as dívidas em atraso junto às financeiras, com cartões de crédito e empresas não financeiras, tivemos um comportamento mais agressivo comparado as outras duas, que no geral mesmo em sentidos diferentes tiveram variações em menores proporções.

O endividamento das famílias veio crescendo ao longo do período, mesmo porque, quanto mais se ganha, mais se gasta, porém ao final de cada ano, por volta do último trimestre observa-se uma redução no seu volume, devido ao fato relatado anteriormente na massa salarial, já que este é o período em que se recebe o décimo terceiro salário, e isso possibilita as pessoas a quitarem suas dívidas acumuladas ao longo do ano.

E, por fim, estabelecer a relação entre as variáveis crédito e inadimplência. Para isso foi retomado de uma forma ampla o que foi abordado anteriormente, já que no desenvolvimento dos dois primeiros capítulos a maioria das variáveis foram analisadas ano a ano.

Depois de feita essa retomada do que foi visto de uma maneira ampla, chegou-se ao objetivo proposto pela pesquisa, no qual depois de aplicado o cálculo de correlação e chegando a conclusão de que esta é fraca.

Com isso foi necessário retomar alguns pontos que ocorreram no país entre 2009 a 2012, onde a Inadimplência Pessoa Física, segundo os dados do Ipeadata, teve uma variação maior, o que possibilitou ver que a inadimplência seguiu a tendência de alta até o mês de maio de 2009, mas a partir daí entrou em recessão, e que os aumentos foram revertidos devido a recuperação econômica e a retomada do crescimento do mercado de crédito brasileiro.

A volta da elevação da inadimplência em 2011 resultou em aumento gradativo da seletividade na oferta de crédito para as famílias, particularmente nos financiamentos de veículos, que antes estavam com prazos muito longos, principalmente quando houve a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

As operações de crédito do sistema financeiro se mantiveram em expansão, no entanto, em ritmo mais moderado em 2012. As condições do mercado

de crédito seguiram favoráveis, expressas por recuos das taxas, que atingiram mínimos históricos, (iniciativas dos bancos públicos que puxaram os privados) em ambiente de flexibilização da política monetária.

Com o aumento da inadimplência nos primeiros meses de 2011, as instituições financeiras passaram a ser mais criteriosas nas novas concessões, explorando mais intensamente, por exemplo, o cadastro de seus próprios clientes bancários, dos quais possuem informações históricas quanto sua vida financeira.

Logo, a inadimplência tem que levar em conta outros fatores além do crédito, pois este sozinho não faz com que ela aumente, já que ficou evidente na figura 53, um comportamento distinto entre as duas variáveis.

O comprometimento da capacidade de pagamento dos indivíduos está ligado ao risco de inadimplência e aos aspectos conjunturais de determinado período, por isso, é importante fazer uma análise ampla de variáveis como as usadas nesta pesquisa.

REFERENCIAS

ALBERTO, L. M.; MENDONÇA, M. J. C. de; SACHSIDA, A. Efeitos da política monetária na economia brasileira: resultados de um procedimento de identificação agnóstica. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, DF, v. 40, n. 3, p. 367-394, dez. 2010. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ALVES, J. A. F.; ALVES, R. F.; TÓFOLI, I. Análise e decisão de crédito: um fator potencial para a redução da inadimplência. In: ENCONTRO CIENTÍFICO E SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 2, 2009. Lins. *Anais eletrônico...* Lins: Unisalesiano, 2009. Disponível em:< <http://www.unisalesiano.edu.br>>. Acesso em 15 fev. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de economia bancária e crédito*. 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf> Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. *Relatório de economia bancária e crédito*. 2011. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2011.pdf> Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. *Relatório Anual 2005*. Brasília, DF, v. 41. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2005/rel2005p.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. *Relatório Anual 2006*. Brasília-DF, 2006, v. 42. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2006/rel2006p.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. *Relatório Anual 2007*. Brasília, DF, 2007, v. 43. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007p.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. *Relatório Anual 2008*. Brasília, DF, 2008, v 44. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2008/rel2008p.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. *Relatório Anual 2009*. Brasília, DF, 2009, v 45. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. *Relatório Anual 2010*. Brasília, DF, 2010, v 46. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010p.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2011*. Brasília, DF, 2011, v 47. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2011/rel2011p.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. *Relatório Anual 2012*. Brasília, DF, 2012, v 48. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2012/rel2012p.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Nível de emprego forma celetista*. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. 2012. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3C3A6C39013C7337928E71A4/CAGED%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Dezembro_2012ult.pdf Acesso em: 10 maio 2014.

BURIN, R. *As consequências das políticas públicas para a ampliação do crédito como estratégia de desenvolvimento econômico*. 2012. 47f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Faculdade de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Itaqui, 2012. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em: 10 maio 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas nacionais trimestrais*. Segundo trimestre de 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009811108112012114231689075.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2014.

KALECKI, Michael. *Crescimento e ciclo das economias*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MAIA, A. S. R. S. *Inadimplência e recuperação de créditos*. 2007. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Londrina, 2007. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13938/000649712.pdf?se>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MARTINS, G. A.; FONSECA, J. S. da. *Curso de estatística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

OLIVEIRA, G. C. O comportamento do crédito e a reação do Banco Central e do sistema financeiro público e privado aos efeitos da crise internacional. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KENESIANA BRASILEIRA, 2, 2009, Porto Alegre. *Anais eletrônico...* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

OLIVEIRA, N. C. *Métodos utilizados para análise de crédito de pessoa física nas instituições financeiras e sua relação com o índice de inadimplência*. 2010. Disponível em: <<http://sinescontabil.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PEREIRA, L. C. B. *Da macroeconomia clássica à keynesiana*. São Paulo, abril de 1968. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

PETERNELLI, L. A. *Regressão linear e correlação*. Disponível em: <<http://www.dpi.ufv.br>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: BestSeller, 1999.

SERASA EXPERIAN. *Inadimplência do consumidor*. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-anual-do-consumidor-registra-a-primeira-queda-em-14-anos-revela-serasa-experian/>> Acesso em: 10 abr. 2014.

TELES, V. K.; MENDONÇA, D. P. Política monetária em tempos de crise. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 4, p. 529-548, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v67n4/08.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ANEXOS

ANEXO A - Este anexo contém os dados do PIB trimestral 2005 a 2012.

Período	%	Período	%
1º Trim.2005	4,2	1º Trim.2009	-2,7
2º Trim.2005	4,3	2º Trim.2009	-2,4
3º Trim.2005	2,1	3º Trim.2009	-1,5
4º Trim.2005	2,1	4º Trim.2009	5,3
1º Trim.2006	4,3	1º Trim.2010	9,3
2º Trim.2006	1,9	2º Trim.2010	8,8
3º Trim.2006	4,8	3º Trim.2010	6,9
4º Trim.2006	4,8	4º Trim.2010	5,3
1º Trim.2007	5,2	1º Trim.2011	4,2
2º Trim.2007	6,4	2º Trim.2011	3,3
3º Trim.2007	6,1	3º Trim.2011	2,1
4º Trim.2007	6,7	4º Trim.2011	1,4
1º Trim.2008	6,3	1º Trim.2012	0,8
2º Trim.2008	6,5	2º Trim.2012	0,6
3º Trim.2008	7,1	3º Trim.2012	0,9
4º Trim.2008	1	4º Trim.2012	1,8

Fonte: IBGE, 2012.

ANEXO B - Este anexo contém os dados Crédito X Juros 2005 a 2012.

Período	R\$ (milhões)	SELIC %	Período	R\$ (milhões)	SELIC %
jan/05	207.879	17,94	jan/09	538.254	13,43
fev/05	210.691	18,46	fev/09	544.509	12,75
mar/05	215.961	18,99	mar/09	553.077	11,73
abr/05	221.440	19,33	abr/09	561.027	11,18
mai/05	227.441	19,6	mai/09	574.559	10,25
jun/05	231.262	19,75	jun/09	581.587	9,58
jul/05	233.650	19,75	jul/09	587.961	9,1
ago/05	239.234	19,75	ago/09	598.500	8,75
set/05	245.120	19,62	set/09	610.076	8,75
out/05	251.959	19,31	out/09	621.967	8,75
nov/05	257.880	18,88	nov/09	629.524	8,75
dez/05	263.968	18,23	dez/09	635.939	8,75
jan/06	268.613	17,69	jan/10	643.994	8,75
fev/06	272.263	17,25	fev/10	650.632	8,75
mar/06	277.594	16,69	mar/10	663.394	8,75
abr/06	282.854	16,23	abr/10	672.665	8,8
mai/06	290.418	15,75	mai/10	685.023	9,5
jun/06	293.271	15,25	jun/10	692.299	10,03
jul/06	297.701	15,06	jul/10	699.827	10,41
ago/06	303.446	14,73	ago/10	715.586	10,75
set/06	307.034	14,25	set/10	730.189	10,75
out/06	315.265	14,04	out/10	743.053	10,75
nov/06	322.952	13,73	nov/10	760.586	10,75
dez/06	326.823	13,25	dez/10	778.209	10,75
jan/07	332.780	13,19	jan/11	784.461	10,94
fev/07	337.685	11,14	fev/11	796.242	11,25
mar/07	344.098	12,81	mar/11	806.759	11,72
abr/07	352.000	12,65	abr/11	820.095	11,83

Cont.

Período	R\$ (milhões)	SELIC %	Período	R\$ (milhões)	SELIC %
mai/07	363.904	12,5	mai/11	837.120	12
jun/07	368.771	12,1	jun/11	854.701	12,18
jul/07	378.542	11,79	jul/11	860.943	12,34
ago/07	388.110	11,5	ago/11	879.931	10,89
set/07	395.739	11,29	set/11	893.006	12
out/07	408.186	11,25	out/11	913.898	11,81
nov/07	418.413	11,25	nov/11	926.424	11,5
dez/07	425.413	11,25	dez/11	940.402	11
jan/08	432.860	11,25	jan/12	953.359	10,79
fev/08	440.453	11,25	fev/12	960.672	10,5
mar/08	450.563	11,63	mar/12	973.210	9,92
abr/08	461.986	11,48	abr/12	984.617	9,45
mai/08	474.046	11,75	mai/12	999.858	8,97
jun/08	483.090	12,18	jun/12	1.014.590	8,5
jul/08	492.986	12,44	jul/12	1.022.494	8,18
ago/08	501.310	13	ago/12	1.044.975	7,97
set/08	515.092	13,5	set/12	1.054.640	7,5
out/08	525.144	13,75	out/12	1.072.887	7,33
nov/08	526.565	13,75	nov/12	1.088.350	7,25
dez/08	532.306	13,75	dez/12	1.107.955	7,25

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. IPEADATA.

ANEXO C - Este anexo contem os dados da Massa Salarial 2005 a 2012.

Período	R\$	Período	R\$	Período	R\$
jan/05	72.195,50	set/07	97.554,30	mai/10	123.134,80
fev/05	72.278,90	out/07	92.959,60	jun/10	128.355,50
mar/05	71.634,00	nov/07	100.673,80	jul/10	129.030,60
abr/05	71.051,80	dez/07	122.318,80	ago/10	134.073,50
mai/05	73.675,30	jan/08	96.967,30	set/10	139.571,00
jun/05	77.672,30	fev/08	94.530,80	out/10	134.252,80
jul/05	76.910,90	mar/08	97.151,00	nov/10	143.363,00
ago/05	76.244,10	abr/08	96.684,10	dez/10	167.471,50
set/05	76.916,50	mai/08	100.196,30	jan/11	133.479,60
out/05	77.349,40	jun/08	104.075,10	fev/11	137.216,80
nov/05	86.725,40	jul/08	103.799,20	mar/11	136.286,50
dez/05	98.933,50	ago/08	108.209,30	abr/11	138.520,00
jan/06	81.656,00	set/08	110.991,90	mai/11	140.631,20
fev/06	78.500,90	out/08	107.654,50	jun/11	145.407,30
mar/06	78.814,00	nov/08	118.464,40	jul/11	146.139,20
abr/06	77.977,20	dez/08	137.442,60	ago/11	148.012,10
mai/06	81.504,40	jan/09	110.691,10	set/11	152.900,90
jun/06	82.939,50	fev/09	109.350,20	out/11	146.113,40
jul/06	83.412,30	mar/09	109.968,40	nov/11	162.051,20
ago/06	82.600,60	abr/09	106.978,40	dez/11	185.692,20
set/06	90.850,20	mai/09	110.242,80	jan/12	149.181,60
out/06	85.750,60	jun/09	113.313,10	fev/12	154.951,50
nov/06	93.277,70	jul/09	113.250,00	mar/12	154.194,00
dez/06	103.979,50	ago/09	116.877,40	abr/12	153.431,90
jan/07	88.356,80	set/09	121.500,50	mai/12	157.023,60
fev/07	86.151,90	out/09	115.881,50	jun/12	159.359,30
mar/07	88.927,70	nov/09	126.396,70	jul/12	159.243,50
abr/07	85.966,40	dez/09	144.758,20	ago/12	163.627,50
mai/07	88.119,00	jan/10	117.265,40	set/12	171.095,20
jun/07	90.669,00	fev/10	121.111,90	out/12	166.561,80
jul/07	89.153,80	mar/10	125.616,30	nov/12	181.121,20
ago/07	90.308,60	abr/10	119.110,50	dez/12	208.513,10

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012.

ANEXO D - Este anexo contém os dados do Endividamento das famílias 2005 a 2012.

Data	%	Data	%	Data	%
jan/05	18,39	set/07	27,94	mai/10	37,3
fev/05	18,77	out/07	28,66	jun/10	37,51
mar/05	19,16	nov/07	29,22	jul/10	37,83
abr/05	19,55	dez/07	29,12	ago/10	38,13
mai/05	19,93	jan/08	29,59	set/10	38,5
jun/05	20,06	fev/08	30,01	out/10	38,79
jul/05	20,33	mar/08	30,45	nov/10	39,2
ago/05	20,81	abr/08	30,91	dez/10	39,16
set/05	21,1	mai/08	31,33	jan/11	39,53
out/05	21,39	jun/08	31,5	fev/11	39,87
nov/05	21,64	jul/08	31,84	mar/11	40,14
dez/05	21,47	ago/08	31,94	abr/11	40,34
jan/06	21,97	set/08	32,21	mai/11	40,76
fev/06	22,25	out/08	32,91	jun/11	40,88
mar/06	22,68	nov/08	32,65	jul/11	40,98
abr/06	23,05	dez/08	32,2	ago/11	41,43
mai/06	23,36	jan/09	32,15	set/11	41,51
jun/06	23,53	fev/09	32,51	out/11	41,74
jul/06	23,79	mar/09	32,83	nov/11	41,88
ago/06	24,12	abr/09	33,01	dez/11	41,72
set/06	24,18	mai/09	33,31	jan/12	42,08
out/06	24,3	jun/09	33,53	fev/12	42,22
nov/06	24,53	jul/09	33,79	mar/12	42,39
dez/06	24,47	ago/09	34,18	abr/12	42,6
jan/07	24,94	set/09	34,57	mai/12	42,86
fev/07	25,3	out/09	34,96	jun/12	43,2
mar/07	25,62	nov/09	35,19	jul/12	43,43
abr/07	26,07	dez/09	35,41	ago/12	43,8
mai/07	26,67	jan/10	35,81	set/12	43,52
jun/07	26,81	fev/10	36,1	out/12	43,55
jul/07	27,26	mar/10	36,49	nov/12	43,58
ago/07	27,68	abr/10	36,88	dez/12	43,44

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014.

ANEXO E - Este anexo contém os dados da Inadimplência do Consumidor - 2005 a 2012.

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral	Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
jan/05	18,4%	7,1%	-7,9%	7,5%	jan/09	2,6%	29,9%	-5,8%	12,7%
fev/05	21,6%	3,7%	-6,6%	8,1%	fev/09	-1,8%	23,4%	-5,7%	8,6%
mar/05	22,7%	3,6%	-0,9%	10,5%	mar/09	-1,2%	26,8%	-1,1%	11,4%
abr/05	22,2%	6,4%	1,2%	12,3%	abr/09	-2,1%	27,1%	-3,1%	10,8%
mai/05	21,8%	3,3%	3,8%	12,6%	mai/09	-2,9%	26,1%	-2,8%	10,3%
jun/05	20,0%	2,8%	6,3%	13,2%	jun/09	-2,9%	26,1%	-2,1%	10,4%
jul/05	18,7%	1,8%	6,6%	12,7%	jul/09	-1,9%	23,9%	-2,6%	9,9%
ago/05	19,0%	2,1%	8,2%	13,7%	ago/09	-1,2%	22,3%	-2,7%	9,5%
set/05	19,6%	1,6%	9,1%	14,1%	set/09	-1,7%	21,8%	-3,7%	8,9%
out/05	18,2%	0,5%	9,1%	13,4%	out/09	-2,0%	20,5%	-5,3%	7,9%
nov/05	17,9%	0,4%	9,2%	13,4%	nov/09	-2,9%	18,8%	-5,9%	6,8%
dez/05	18,8%	0,0%	9,3%	13,5%	dez/09	-3,0%	17,4%	-7,3%	5,9%
jan/06	18,0%	-4,0%	15,6%	13,3%	jan/10	-4,7%	-1,3%	-32,0%	-8,1%
fev/06	17,8%	1,9%	9,0%	13,0%	fev/10	-1,5%	1,6%	-30,5%	-5,3%
mar/06	21,0%	7,1%	10,4%	16,6%	mar/10	-1,3%	-2,7%	-28,5%	-6,7%
abr/06	25,2%	2,3%	7,7%	15,2%	abr/10	2,5%	-2,6%	-27,8%	-5,2%
mai/06	26,6%	4,8%	8,1%	16,7%	mai/10	7,1%	-2,3%	-28,3%	-3,7%
jun/06	27,0%	3,6%	5,5%	15,3%	jun/10	11,6%	-2,0%	-28,6%	-2,3%
jul/06	28,6%	3,5%	4,6%	15,5%	jul/10	15,0%	-2,0%	-29,1%	-1,4%
ago/06	27,3%	3,1%	2,8%	14,2%	ago/10	19,0%	-1,5%	-28,7%	0,2%
set/06	25,8%	3,6%	0,3%	13,0%	set/10	24,5%	-1,5%	-28,5%	1,8%
out/06	23,8%	5,0%	-1,3%	12,3%	out/10	29,8%	-1,4%	-28,7%	3,3%
nov/06	21,6%	6,1%	-2,9%	11,3%	nov/10	35,5%	-1,0%	-28,3%	5,0%
dez/06	19,1%	7,3%	-4,5%	10,3%	dez/10	39,7%	-0,9%	-27,6%	6,3%
jan/07	-5,3%	25,8%	-12,1%	5,1%	jan/11	88,3%	3,5%	-15,8%	24,8%
fev/07	-3,3%	27,6%	-10,1%	7,3%	fev/11	87,9%	3,2%	-12,4%	25,4%
mar/07	-5,9%	20,1%	-16,7%	1,2%	mar/11	75,1%	3,3%	-13,2%	21,4%
abr/07	-9,4%	21,9%	-16,5%	0,4%	abr/11	69,8%	3,4%	-12,4%	20,3%
mai/07	-12,2%	21,0%	-17,2%	-1,4%	mai/11	65,5%	5,0%	-10,4%	20,6%
jun/07	-13,3%	22,9%	-17,9%	-1,6%	jun/11	62,2%	7,5%	-9,2%	21,6%
jul/07	-14,0%	22,4%	-17,3%	-1,7%	jul/11	59,2%	10,1%	-8,5%	22,5%

Cont.

Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral	Mês	PEFIN	REFIN	CCF	Geral
ago/07	-13,8%	23,9%	-17,2%	-1,1%	ago/11	55,5%	12,9%	-7,0%	23,4%
set/07	-13,5%	24,6%	-17,4%	-0,8%	set/11	50,8%	14,9%	-6,3%	23,4%
out/07	-12,3%	25,3%	-16,9%	0,3%	out/11	45,3%	16,2%	-4,8%	23,0%
nov/07	-10,7%	24,3%	-16,6%	1,0%	nov/11	39,9%	17,6%	-3,6%	22,4%
dez/07	-8,5%	23,3%	-16,3%	1,7%	dez/11	35,3%	18,6%	-3,6%	21,5%
jan/08	0,5%	16,6%	-9,9%	6,9%	jan/12	3,8%	28,9%	2,5%	16,6%
fev/08	-1,8%	17,6%	-8,1%	7,5%	fev/12	7,3%	29,2%	-1,7%	17,4%
mar/08	0,2%	18,2%	-12,8%	6,5%	mar/12	12,0%	28,0%	-5,2%	18,2%
abr/08	-0,8%	18,7%	-11,5%	6,7%	abr/12	15,9%	27,5%	-4,7%	19,6%
mai/08	-1,1%	19,0%	-13,4%	5,9%	mai/12	19,3%	25,5%	-4,8%	20,0%
jun/08	-1,2%	18,8%	-12,8%	6,1%	jun/12	21,6%	22,1%	-5,9%	19,1%
jul/08	-2,2%	22,3%	-12,7%	6,9%	jul/12	22,8%	18,0%	-5,5%	17,8%
ago/08	-2,5%	22,9%	-13,7%	6,6%	ago/12	24,1%	14,0%	-6,0%	16,2%
set/08	-2,3%	23,9%	-12,3%	7,6%	set/12	25,3%	11,3%	-6,9%	15,3%
out/08	-3,0%	24,0%	-11,5%	7,5%	out/12	26,8%	9,9%	-6,7%	15,3%
nov/08	-3,2%	24,2%	-11,3%	7,6%	nov/12	28,0%	8,9%	-8,1%	15,1%
dez/08	-3,9%	25,2%	-10,2%	8,0%	dez/12	28,8%	8,2%	-8,3%	15,0%

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2014.

ANEXO F – Cálculo de correlação entre as variáveis

O cálculo de correlação , permite medir a intensidade ou o grau de associação linear entre duas variáveis. Pode-se mostrar com o coeficiente de correlação que tem como símbolo a letra r , que seu resultado assume valores no intervalo de -1 a 1. E quanto mais forte for a correlação linear entre as variáveis analisadas, mais próximo r estará de 1 ou -1.

Após aplicar o cálculo de correlação entre as variáveis, encontra-se o seguinte resultado:

$$r = 0,1729$$

Com isso podemos ver que o grau de correlação entre elas é fraco, pois resultados entre 0 e 0,5 ou -0,5 e 0 são considerados fracos e de 0,5 a 1 ou -0,5 e -1 são considerados moderados.

ANEXO G - Este anexo contém os dados do Crédito e Inadimplência de 2005 a 2012.

Data	Inadimplência PF %	Credito R\$ (milhões)	Data	Inadimplência PF %	Credito R\$ (milhões)
jan/05	6,09	207.879	jan/09	8,2	538.254
fev/05	5,94	210.691	fev/09	8,3	544.509
mar/05	6,13	215.961	mar/09	8,3	553.077
abr/05	6,12	221.440	abr/09	8,4	561.027
mai/05	5,94	227.441	mai/09	8,5	574.559
jun/05	6,03	231.262	jun/09	8,4	581.587
jul/05	6,12	233.650	jul/09	8,4	587.961
ago/05	6,3	239.234	ago/09	8,3	598.500
set/05	6,48	245.120	set/09	8,1	610.076
out/05	6,47	251.959	out/09	8,1	621.967
nov/05	6,8	257.880	nov/09	8	629.524
dez/05	6,74	263.968	dez/09	7,7	635.939
jan/06	6,93	268.613	jan/10	7,5	643.994
fev/06	7,17	272.263	fev/10	7,2	650.632
mar/06	7,25	277.594	mar/10	7	663.394
abr/06	7,43	282.854	abr/10	6,8	672.665
mai/06	7,7	290.418	mai/10	6,8	685.023
jun/06	7,27	293.271	jun/10	6,5	692.299
jul/06	7,54	297.701	jul/10	6,3	699.827
ago/06	7,6	303.446	ago/10	6,2	715.586
set/06	7,68	307.034	set/10	6	730.189
out/06	7,58	315.265	out/10	6	743.053
nov/06	7,67	322.952	nov/10	5,9	760.586
dez/06	7,57	326.823	dez/10	5,7	778.209
jan/07	7,5	332.780	jan/11	5,7	784.461
fev/07	7,3	337.685	fev/11	5,8	796.242
mar/07	7,1	344.098	mar/11	6	806.759

Cont.

Data	Inadimplência PF %	Credito R\$ (milhões)	Data	Inadimplência PF %	Credito R\$ (milhões)
abr/07	7	352.000	abr/11	6,1	820.095
mai/07	7,2	363.904	mai/11	6,4	837.120
jun/07	7,1	368.771	jun/11	6,4	854.701
jul/07	7,1	378.542	jul/11	6,6	860.943
ago/07	7,2	388.110	ago/11	6,8	879.931
set/07	7,1	395.739	set/11	7	893.006
out/07	7	408.186	out/11	7,1	913.898
nov/07	7,1	418.413	nov/11	7,3	926.424
dez/07	7	425.413	dez/11	7,4	940.402
jan/08	7,1	432.860	jan/12	7,6	953.359
fev/08	7,1	440.453	fev/12	7,6	960.672
mar/08	6,9	450.563	mar/12	7,4	973.210
abr/08	7,1	461.986	abr/12	7,7	984.617
mai/08	7,4	474.046	mai/12	7,9	999.858
jun/08	7	483.090	jun/12	7,8	1.014.590
jul/08	7,3	492.986	jul/12	7,9	1.022.494
ago/08	7,5	501.310	ago/12	7,9	1.044.975
set/08	7,3	515.092	set/12	7,9	1.054.640
out/08	7,6	525.144	out/12	7,9	1.072.887
nov/08	7,8	526.565	nov/12	7,8	1.088.350
dez/08	8	532.306	dez/12	7,9	1.107.955

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012. IPEADATA.